

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PRISCYLA MAMY OKUYAMA

Um estado de arte sem arte
estratégias para acompanhamento de crianças e adolescentes

São Paulo

2013

PRISCYLA MAMY OKUYAMA

Um estado de arte sem arte
estratégias para acompanhamento de crianças e adolescentes

Dissertação apresentada a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Filosofia e Educação

Orientador: Prof. Dr. Celso Fernando Favaretto

São Paulo

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

371.92 Okuyama, Priscyla Mamy

O41u Um estado de arte sem arte : estratégias para acompanhamento de crianças e adolescentes / Priscyla Mamy Okuyama ; orientação Celso Fernando Favaretto. São Paulo : s.n., 2013.

165 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Filosofia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo)

1. Educação - Filosofia 2. Aprendizagem 3. Ética - política 4. Sofrimento 5. Terapia ocupacional 6. Vulnerabilidade – Aspectos sociais 7. Subjetividade I. Favaretto, Celso Fernando, orient.

Nome: Priscyla Mamy Okuyama

Título: *Um estado de arte sem arte: estratégias para acompanhamento de crianças e adolescentes*

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Mestre em Educação.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

À Ivanilze, que me mostrou as pinturas-sonho de Chagall e que viver implica encarnar forças, não temer a luta e seguir adiante.

Ao Gabriel por tudo o que a gente nutre e inventa [espaços e ficções] que me irradiam uma alegria amorosa e afirmativa: *sim, eu quero sims!*

À Karina e à Andreia, com quem fui aprendendo a transformar o luto em lutas.

Aos meninos e às meninas por trazerem consigo forças indomáveis, suas insistências em viver.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Celso Fernando Favaretto a imensa generosidade, delicadeza e paciência nas orientações desse trabalho e também por preferir “abrir as janelas pra que entrem todos os insetos”.

À Juliana Araujo a amizade companheira e cuidadosa em toda a duração da minha vida profissional e da feitura desse trabalho.

Ao Renan Duarte, o amigo mais amigo, com quem fui aprendendo acompanhar ao vê-lo me acompanhando.

À Erika Alvarez Inforsato as distâncias e proximidades, aos cuidados precisos nos acompanhamentos como supervisora e amiga, por teimar em incentivar esta escrita, bem como suas preciosas contribuições na qualificação deste trabalho.

À Profa. Dra. Cintya Regina Ribeiro as contribuições na qualificação e por me lembrar precisamente da agonística que produziu reverberações importantes na escrita e no manejo cotidiano com os meninos e meninas.

À Fabíola Costa Carraro, Lívia Bardella Miranda e Luis Gheventer, especialmente, que compuseram numa sintonia fina e alegre o trabalho de acompanhar os meninos e meninas do *Conhecidências do Centro* no CAPS i Sé.

À toda equipe do CAPS infantil Sé (aos que estão e aos que passaram por lá) muita gratidão por todas as aprendizagens, discussões e parcerias que tramam uma caudalosa e complexa experimentação de “como viver juntos no meio do furacão”, principalmente à: Aleixo França Jr., Ana Antunes, Ana Tereza, Anderson Oliveira, Andrea Medina, Andreia Gualter, Bruno Vizzolli, Camila Bilotti, Cida Sampaio, Daniela Moretti, Daniela Zambrini, Danielle Rodrigues, Daniel Palaio, Dayana Brito, Deborah Schmidt, Denis, Elizabete Neimeir, Eleotério Almeida, Elizabeth Costa, Fabiola Carraro, Fabiola Dias, Fátima Rigatto, Fernanda Fudissaku, Larissa Ferrari, Gláucia Galvão, Gilmar Cardoso, Juliana Cardinal, Luana Fernandes, Lucas Cavalcanti, Livia Miranda, Lucimaura Pereira, Luis Gheventer, Marcelo Caro, Márcio, Maria José Gonçalves, Mariana Louver, Mariane Pontes, Marília Vellano, Paulo Medeiros, Patrícia Caxambu, Railda Oliveira, Rafael Presto, Renato Cavalcante, Ricardo Anacleto, Rodrigo Vaz, Rosana Oliveira, Rosângela Mota, Ruth Silvestre, Sérgio, Silvany Pereira, Simone Anjos, Stella Maris Collonato, Tatiana de Paula, Valéria Chiari e Zilda Jucius.

À Fernanda Fudissaku, Marília Vellano, Lívia Miranda, Ruth Silvestre, Fátima Dinis, Fabíola Carraro e Deborah Schmidt a amizade preciosa e fundamental nos momentos mais duros e difíceis, por terem ido muito além do que companheiras de trabalho, mas irmãs de fé [faca amolada!], por terem sido tantas vezes intercessoras de modos para renascer na luz de todo dia.

À Andrea Angeli, Renata Buelau, Cinthia Saito, Caroline Lucas, Natasha Caramaschi Del Galo, Alexandre Nakahara, Isabela Valente, Bruna Taño, Sofia Araújo, Juliana Bepalec, Andrea Atilano, Carolina Barbosa, Carolina Carvalho, Debora Lacerda, Paulo Lorenzetti, André Nunes, Mariângela Quarentei, Kátia Harumi Gondo, Regina Gondo e Zezinho Marcarini, Ivana Almeida: os encontros preciosos e alegres (mesmo virtuais e breves) geradores de forças que com certeza pulsaram na maquinação desse trabalho.

À equipe dos Redutores de Danos do CAPS na Rua do CAPS AD Sé.

A equipe do CAPS i Recriar – Guarulhos e do Abrigo Rio Bonito, onde fui tecendo as primeiras aprendizagens profissionais.

Ao PACTO – USP a proliferação neste espaço de uma comunidade possível.

À Profa. Dra. Eliane Dias de Castro a aposta e convite inicial lá atrás como bolsita de pesquisa na graduação, que produziu tantas aberturas e germinações de possíveis: uma imensa gratidão!

À Profa. Dra. Elizabeth de Araújo Lima, Profa. Dra. Maria Isabel Ghirardi, Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo os questionamentos e contribuições muito importantes para minha formação ainda na graduação.

À Regina Favre e aos outros companheiros do Laboratório de Biodiversidade Subjetiva, principalmente aos grupos: BS2 – o espaço de maturação formativa e afirmativa; e ao SOS TO – a partilha e co-corporação deste processo inventivo que é ir se fazendo terapeuta.

À Carla Francine e Bruno Zuccherelli a amizade com os momentos *dry* que fazem fugir qualquer tristeza.

Ao Maurício Porto a presença exterior cuidadosa, pela construção conjunta de uma “habitação” e por lembrar muitas vezes e ajudar a encontrar modos de incluir doçura na luta comigo mesma.

À Maria Angélica, Geraldo e Joana Queiroz o apoio e o acolhimento amoroso e generoso na família querida.

Ao Gabriel Jubé por tudo isso que é viver junto, o amor e o cuidado, os distanciamentos e proximidades e também pelo bom humor, paciência e disponibilidade em revisar, ler, comentar, abster-se, ficar em silêncio. Pelos jogos e pelas tréguas, gratidão!

Fui aprendendo a achar graça no desassossego.
[Guimarães Rosa]

Na luta entre você e o mundo, apoie o mundo.
[Franz Kafka]

São claras as crianças como candeias sem vento,
seu coração quebra o mundo cegamente.
E eu fico a surpreendê-las, embebido no meu poema,
pelo terror dos dias, quando
em sua alma os parques são maiores e as águas turvas param
junto à eternidade.
As crianças criam. São esses os espaços
onde nascem as suas árvores.

(...)

As crianças invasoras percorrem
os nomes - enchem de uma fria
loucura inteligente
as raízes e as folhas da garganta.
Aprendemos com elas os corredores do ar,
a iluminação, o mistério
da carne. Partem depois, sangrentas,
inomináveis. Partem de noite
noite - extremas e únicas.
- E nada mais somos do que o Poema onde as crianças
se distanciam loucamente.
Loucamente.

[Heberto Helder]

OKUYAMA, P. M.. **Um estado de arte sem arte:** estratégias para acompanhamento de crianças e adolescentes. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: Educação e Filosofia, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. São Paulo – 2013.

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de mapear e analisar processos clínicos e de aprendizagens das crianças e adolescentes com sofrimento psíquico intenso, deficiência mental e em situação de vulnerabilidade social inseridas em um grupo terapêutico intitulado *Conhecências do Centro* - grupo para crianças e jovens que faz parte da programação de um serviço público de saúde mental, que se propõe a realizar o acompanhamento dos participantes e experimentações junto com eles em espaços menos protegidos, não especializados, em espaços de uso comum da sociedade. Nos encontros deste grupo com instituições educacionais, de saúde e culturais, criou-se a demanda de pensar os processos de convivência, de experimentação e de aprendizagem dessas crianças e jovens, bem como dos profissionais das instituições que convivem com as mesmas. É possível que além de demandar das crianças, aprendizagem e adaptação, quem lida com elas também aprenda e se afete com elas também? Quais experimentações, experiências e interferências são possíveis com essa infância e juventude que foge das normas? O que se pode aprender com essas crianças (com ou sem deficiências e em situações de sofrimento psíquico), a fim de que acolhamos suas diferenças em nossa prática pedagógica e clínica? Essas são algumas das perguntas que dispararam a feitura desse trabalho e que deseja problematizar, assim como apresentar algumas pistas e hipóteses que podem contribuir para a produção de pensamento e de estratégias éticas e políticas no trabalho de acompanhar crianças e adolescentes.

Palavras Chaves: Infância e juventude, sofrimento psíquico, vulnerabilidade social, clínica ampliada, subjetividade.

OKUYAMA, P. M.. **A state of art without art:** strategies for accompaniment of children and youngsters. Dissertation. (Master's Degree). Postgraduation program on Education, Line of research: Education and Philosophy, from the School of Education of University of São Paulo - FEUSP. São Paulo – 2013.

ABSTRACT

The following research was developed aiming to chart and analyze clinical and learning processes of children and adolescents with intense psychical suffering, mental deficiency and at socially vulnerable conditions inserted in a therapeutic group entitled “*Conhecidências do Centro*” - a group for children and youngsters that's part of the program in a public service for mental health, and that proposes itself to accomplish the accompaniment of the participants and conjoint experimentations in less protected spaces, non specialized, of society's common use. At the group's meetings with educational, health and cultural institutions, it was created a demand to think the processes of acquaintanceship, experimentation and learning of these children and youngsters, as well as those of the institution's professionals who coexist with them. Is it possible that beyond demanding learning and adaptation of the children, those who deal with them also learn and affect themselves? Which experimentations, experiences and interferences are possible with an infancy and youth that strays from the standards? What can be learned with these children (with or without deficiencies and at psychical suffering situations), in order to receive their differences at our pedagogical and clinical practice? These are some of the questions that trigger the making of this work and that wishes to problematize, as well as present some clues and hypotheses which can contribute for the production of thinking and political and ethical strategies in the work of accompany children and youngsters.

Keywords: Infancy and youth, psychical suffering, social vulnerability, expanded practice and clinic, subjectivity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
I - ITINERÂNCIAS CONCEITUAIS	33
II - NOS ENTRE ESPAÇOS: inventar percursos	52
III - MOVÊNCIAS E CINTILAÇÕES	70
CONCLUSÃO	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158
ANEXO I: Roteiro de questões para a entrevista semi-estruturada	165

INTRODUÇÃO

No trabalho com crianças e adolescentes, somos convocados a pensar cotidianamente na multiplicidade das formas de vida, na alteridade e na diversidade, especialmente nas suas formas minoritárias (FOUCAULT, 2010). Preservar e afirmar as diferentes formas de viver implica pensar as dificuldades que lhes são constitutivas – os movimentos de captura hegemônica a que estamos sujeitos, as formas de poder, os mecanismos de controle e regulação, positivities que as atravessam. Desta forma, talvez seja possível criar modos de sustentar a multiplicidade das formas de vida e resistir aos movimentos homogeneizantes com gestos afirmativos nas intervenções éticas com crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes, por não se adaptarem ao que está em funcionamento nas escolas e nas relações sociais, pois de alguma maneira se desviam das normas determinantes, podem exigir interferências nos processos institucionais de homogeneização dos modos de aprender, de cuidar, de existir, colaborando com outras formas de manejo na educação, na saúde e na cultura. Se condutas normativas não funcionam ou funcionam pouco para crianças e adolescentes em geral, para aqueles em situação de risco é preciso disponibilizar – e muitas vezes inventar – formas de cuidar, ensinar e aprender que acolham as condições particulares de cada um.

Em concordância com a Reforma Psiquiátrica¹ – movimento ético-político que foi construído para pensar outras formas de lidar com a loucura e o sofrimento psíquico, rompendo com a lógica alienante dos hospitais manicomiais e passando a pensar o cuidado dessa população com sofrimento psíquico em modelos comunitários – surgem os Centros de Atenção Psicossociais Infanto-juvenis (CAPS i). São equipamentos de saúde públicos

¹ No Brasil, o movimento da reforma psiquiátrica inicia-se no final da década de 1970 inspirado no Modelo da Psiquiatria Comunitária Italiana, desarticulando gradativamente o modelo de atenção cuja característica principal era a segregação das pessoas diagnosticadas com transtornos mentais em longas internações psiquiátricas marcadas por negligência e maus-tratos (AMARANTE, 1998). Dessa forma, o modelo de atenção assistencial deixa de ser centrado na doença mental, na tutela e no dispositivo hospitalar para ser centrado na promoção de estratégias de atenção à saúde com base comunitária/territorial. Essas intervenções, na perspectiva da reabilitação psicossocial, desdobram-se em novas políticas e éticas de cuidado, lembrando que foi necessário inventar outras práticas e conceitos para lidar com o sofrimento psíquico humano que não sejam instrumentos de segregação, opressão e controle, mas, sim, de produção de vida.

destinados a atender crianças e adolescentes com sofrimento psíquico intenso e/ou em situação de vulnerabilidade social, devido a transtornos e distúrbios mentais, uso abusivo de álcool e outras drogas e/ou associados a contextos de pobreza, abandono e violência.

Foi destacado nessa política o princípio da intersectorialidade, fundamental na constituição de uma rede de cuidados para a infância e adolescência que articule os diversos equipamentos públicos sociais de saúde, de educação, de assistência social e cultura, de forma a atender às demandas dessas crianças e adolescentes em sua comunidade. São dispositivos que possibilitam o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos através de uma rede de sustentação para ampliação e produção de vida nos diferentes espaços sociais, não se restringindo apenas ao privado, como a família, mas possibilitando a circulação, a convivência desses sujeitos nos espaços públicos e comunitários da cidade (BRASIL, 2004).

No entanto, existem muitos entraves para a constituição dessa rede de cuidados, pois as instituições sociais, ao alegar não terem um saber específico para manejar intervenções e ações com essas pessoas, muitas vezes se retiram das cenas de cuidado e conflito, dificultando e mesmo interditando a possibilidade de convivência e utilização de equipamentos imprescindíveis a essas crianças e adolescentes. Daí, surgem demandas dessas instituições de que os lugares de cuidado destinados a atender essas crianças e adolescentes sejam eficazes e tenham metodologias claras que objetivem “melhorias” rápidas, sistemáticas dos sintomas e doenças. Considerando a complexidade das vidas destas pessoas em termos clínicos, psiquiátricos e psicológicos, reduzem os cuidados a um simples encaminhamento às instituições de saúde mental.

No Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil da Sé, localizado na região central do município de São Paulo, há grande número de encaminhamento de crianças e adolescentes por escolas, unidades de internação da Fundação Casa, abrigos. Ao levarem as crianças, já trazem nas suas demandas uma pretensa solução: psicoterapia ou medicalização seriam as medidas ideais para os casos desses sujeitos. E quando se convidam as crianças para outros tipos de dispositivos, como conviver com outras crianças no espaço do CAPS de forma mais livre e aberta, ou para algum grupo, oficina, algumas vezes aparecem indagações sobre a eficácia desses mecanismos: “para que serve ele ficar aqui desse jeito... só brincando?”, “para que serve este grupo?”, “quais são os objetivos desse procedimento?”, “para que serve ele ser atendido por terapeuta ocupacional?”.

A exigência de eficácia demanda respostas: o desencadeamento de procedimentos que visam a dar respostas à série de modo a estabelecer, ao mesmo tempo, uma segurança utilitária e uma ilusão finalista. Assim, o serviço acaba se definindo por objetivos a serem alcançados *a priori* com as pessoas atendidas.

Os Centros de Atenção Psicossociais são serviços públicos e, por isso, os trabalhadores que ali estão são pressionados a atender numerosas demandas que muitas vezes arrastam os profissionais para o imediatismo e para a lógica capitalista: exigência de eficácia, competência, performance e rendimento.

Daí o cuidado para não se prender à produção de respostas, procedimentos e utilidades ao “para que serve?”, deslocando-se da chave da utilidade para a chave da potência: “o que pode este serviço?” bem como “o que podem estes meninos e meninas?”. Enquanto as possíveis respostas ao “para que serve” definem pontos fixos limitados, utilidades, a questão “o que pode?” abre possibilidades, modos de ser e agir, instaura uma relação com a existência das pessoas, ao poder de afetar e serem afetadas, ou seja, com a potência.

Quando as práticas dos serviços não ficam restritas, pela sua utilidade pública, aos procedimentos determinados pelas leis e diretrizes da saúde, sociais e educacionais – como viabilizar os benefícios sociais, como bolsa-família, encaminhar e acompanhar as crianças na escola, incluí-las em outros espaços sociais, realizar acompanhamento psi e médico, etc. – os decretos, as leis, os direitos circunscrevem certo campo de trabalho. Os Centros de Atenção Psicossociais são assim instituições produzidas como alternativas aos modelos asilares, mas deve-se considerar também que estas são parte também de um dispositivo governamental.

À medida que os CAPS disponibilizam de outros modos de acompanhar as pessoas, produzir outras liberdades, também dispõem de outras formas de controle e assujeitamento destas a um certo poder. Investigar os modos concretos de assujeitamento dessas pessoas nesses jogos de saber e poder é criar condições de um agir crítico, efetuar um *êthos*², frente a essas estratégias, não com o objetivo de dissolver as estratégias de poder, mas criar possibilidades de que esses jogos de poder sejam jogados com o mínimo possível de dominação (FOUCAULT, 2012a). É necessária atenção às forças normativas que atravessam

² “Êthos era a maneira de ser e de se conduzir. Era um modo de ser do sujeito e uma certa maneira de fazer visível para os outros. O êthos de alguém se traduz pelo seus hábitos, por seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos acontecimentos etc.” (FOUCAULT, 2012b, p.194).

estas instituições para que se possa evitar ao máximo determinar as condutas dos usuários destas organizações. Foucault ainda aponta que:

o poder não é o mal. O poder são jogos estratégicos. (...) o problema é de preferência saber como será possível evitar nessas práticas – nas quais o poder não pode deixar de ser exercido e não é ruim em si mesmo – os efeitos de dominação que farão com que um garoto seja submetido à autoridade arbitrária e inútil de um professor primário; um estudante, à tutela de um professor autoritário etc. Acredito que é preciso colocar esse problema em termos de regras de direito, de técnicas racionais de governo e de êthos, de prática de si e de liberdade (FOUCAULT, 2012a, p. 278)

Então, a questão que se abre para esta pesquisa é como acompanhar estes meninos com os pressupostos de liberdade e cuidado, mesmo circunscritos por uma lógica de institucionalização, que podem normatizar as condutas e cuidados ofertados, pois estão inscritas em lugares institucionais – e que editam como se faz saúde, qual é a ideia de infância e juventude, o que é doença-saúde, como se cuida de uma pessoa.

Mas, ao mesmo tempo em que se produz modos de cuidado para criar condições de continuidade da vida dessas pessoas – outras liberdades –, esta produção está atrelada à existência de instituições, estruturas que submetem essas pessoas a certo campo de enunciados, discursivo, que as agarra, produz emboscadas de controle, de inscrição dessas pessoas em certo domínio. É neste campo problemático que essa pesquisa se dá e, desde seu início, é importante pontuar que não se tratará de uma pesquisa para procurar soluções para as condições que serão abordadas, mas justamente para ficar com esta problemática, acompanhá-la.

Como impedir uma completa cristalização das pessoas nas instituições? Como criar relações com o fora, arejar os procedimentos de cuidado com “um pouco de ar livre”? Como acrescentar novas variedades de cuidado nesse mundo? Como produzir um cuidado o mais aberto possível às variáveis?

E foi assim, numa tentativa de produzir uma experimentação em torno dessas perguntas, que, no CAPS infantil da Sé, foi criado um grupo nomeado de *Conhecidências do Centro*³. No início, reuniram-se alguns jovens-usuários do CAPS i Sé que, ao falar de suas histórias e cotidianos, começaram a relatar repetidas vezes as relações que tinham com os lugares do centro da cidade de São Paulo em que habitavam, percorriam, atravessavam.

³ O nome *Conhecidências do Centro* foi inventado por uma das participantes do grupo em um de nossos encontros, quando discutimos com eles as propostas – conhecer e circular pelas ruas e lugares da cidade, principalmente pelo centro. Preservou-se o nome como o proposto pela participante, após votação.

Deste modo, teve-se a ideia de explorar os lugares referidos do centro juntos, acompanhar os participantes por espaços menos protegidos, não especializados e de uso comum da sociedade, mapeando e experimentando as relações com os ambientes da cidade juntos.

De manhã, eu vou para a escola Roosevelt que fica na (rua) São Joaquim, depois eu volto para o abrigo que fica na (rua) Conselheiro Nebias. Vou e volto de ônibus.

Nos fins de semana, eu vou ao Shopping Light com as amigas para ver as vitrines.

Eu pego trólebus para vir ao CAPS. Parque Aclimação. (relatos de variados participantes registrados no diário de campo do pesquisador, agosto de 2010).

O interesse por mostrar e explorar juntos os percursos e lugares logo foi despertado nesses primeiros encontros pelos próprios participantes. Foi assim que se formou este grupo constituído por crianças e adolescentes entre 11 a 18 anos de idade inscritos no serviço com diferentes formas de sofrimento psíquico intenso: esquizofrenia, deficiência mental, autismo e neuroses graves e/ ou em situação de alto risco social também devido à situação de rua e contextos familiares e sociais difíceis, marcados pelo abandono e pela violência. Trata-se de um grupo heterogêneo com pessoas marcadas pelo estigma de “anormalidade” por não se adequarem facilmente às normas sociais. Embora haja uma homogeneidade quanto à procedência social, em geral de classes econômicas menos favorecidas, existe uma heterogeneidade quanto à idade e às problemáticas que geram sofrimentos e vulnerabilidades.

Os trabalhos foram iniciados em meados de agosto de 2010. O grupo se reúne na própria sede do CAPSi Sé, onde realizam-se rodas de conversa, organizam-se saídas com adolescentes para lugares escolhidos, em que os acontecimentos e experiências grupais e individuais decorrentes dos percursos e das situações de vida de cada participante são objeto de escuta atenta e discussão por parte dos técnicos e participantes envolvidos. Os encontros duram em torno de 1 hora e 30 minutos a 2 horas. E são acompanhados por quatro técnicos do serviço, duas terapeutas ocupacionais, uma psicóloga e um médico psiquiatra.

No funcionamento do grupo, há propostas de fazer os integrantes deslocarem-se, transitarem, mapearem lugares – como ruas, praças, centros culturais, parques, bibliotecas, exposições artísticas, shows, cinema –, o que possibilita encontros com pessoas estranhas ao seu cotidiano e onde se realiza uma espécie de franqueamento desses locais. Procura-se acompanhar os participantes pelos trajetos de modo que as passagens e encontros ocorridos na

duração deste grupo possam fazê-los emergir do universo de sofrimento e ter a possibilidade de habitar o mundo.

A proposta inicial parecia simples: apostou-se que a efetivação do acompanhamento desses sujeitos por esses lugares favorecia encontros e a construção de uma rede de convivência, criando possibilidades de constituição de recursos relacionais na experimentação de si próprio e dos lugares da cidade.

Cartografar o acompanhamento dos percursos, processos e acontecimentos produzidos no transcurso por lugares que geralmente pouco acolhem essas pessoas, devido ao estigma de um sofrimento psíquico intenso – localizado pela psiquiatria como transtorno mental –, ou pelo alto risco social, como é o caso das crianças e adolescentes em situação de rua. Quais são os efeitos produzidos ao acompanhar essas pessoas nessas circulações? O que pode essas pessoas nesses outros lugares?

É crescente a construção de políticas públicas que pretendem propor possibilidades para que crianças e jovens com transtornos do desenvolvimento sejam incluídas em escolas regulares e outros projetos; no entanto, para a efetivação dessas políticas, encontram-se pontos duros. Percebe-se que há ainda uma dificuldade dos profissionais para lidar com essas crianças e adolescentes com desenvolvimentos que fogem às normas.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 – destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2001, p.205). Em 2002, passa a vigorar no SUS uma política pública de enfrentamento das necessidades de cuidados em saúde mental para as crianças e adolescentes gravemente comprometidos psiquicamente, incluindo aquelas com “autismo, psicoses, neuroses graves e todos aqueles que, por sua condição psíquica, estão impossibilitados de manter ou estabelecer laços sociais” (BRASIL, 2004, p. 24). Pois, mesmo após a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (idem, 1991), esses sujeitos continuavam ficando em sua maioria segregados e abandonados em asilos e escolas especiais.

Mesmo com as políticas públicas de inclusão na educação e na saúde mental, oriundas da Reforma Psiquiátrica, os profissionais de saúde, da educação e da cultura encontram dificuldades para acolher, cuidar, entrar em relação com estas crianças e adolescentes

acompanhados pelos CAPS i. No entanto, esses profissionais têm o compromisso ético de acompanhar, auxiliar e ampliar as possibilidades de continuidade da vida dessas pessoas.

Estas pessoas com dificuldades de se adaptarem ao que é pré-determinado muitas vezes são privadas ou encontram uma série de dificuldades para circularem em espaços sociais de troca, como a rua, centros culturais, escolas, parques, ficando assim impossibilitadas de desenvolverem experiências fundamentais na constituição de si.

Mas, por sua singular posição de estar constituindo-se, guarda uma enorme potência plástica, polimórfica, de indecibilidade e de abertura. A criança detém uma fragilidade constitucional subjetiva que está justamente a serviço da construção de mundos, de potência de ser. Inexiste algum caminho prévio e determinado que a criança devesse seguir a fim de se tornar um adulto. Criança é movimento singular que, afetado em seu percurso pelas múltiplas práticas modelares e inúmeros saberes técnicos, encontra seus próprios caminhos de resistência à normatização (VICENTIM, 2006, p.14).

Estes obstáculos que dificultam as possibilidades de se situarem nos espaços sociais provêm das exigências comuns de adaptação, que produzem rejeição aos que não se adaptam aos modelos pré-estabelecidos – e tende-se a individualizar essas dificuldades nas pessoas, responsabilizando-as pelas suas dificuldades de adaptação. Em primeiro lugar, a questão posta é complexa, pois raramente alguém escolhe não se adaptar ou desviar: entende-se que há um conjunto de procedimentos e regras que fazem com que esses indivíduos entrem em certos jogos de verdade, em certas posições nas relações de poder, que produzem diferentes relações humanas.

É certo que com a reforma psiquiátrica começou-se a pensar outros modos de cuidar dos desviantes que não as práticas de confinamento. O cuidado comunitário, nas residências, marcou o início de novas liberdades, mas também constituiu modalidades de controle ao ar livre muito mais refinadas que as práticas disciplinares. Estas, ao mesmo tempo em que produzem liberações, também produzem outras sujeições (DELEUZE, 2008b).

As dificuldades de relacionamento dessas crianças e adolescentes são produzidas também pela comunicação nesses ambientes. Muitas vezes, nota-se que há lugares em que as relações entre as pessoas estão cristalizadas e bloqueadas, impedindo qualquer movimento que possibilite modificações das mesmas. Muitas vezes o funcionamento das instituições pelas quais circulam esses estranhos – as famílias, as escolas, as igrejas, os CAPS – não permite o acolhimento das estranhezas, das diferenças que escapam da curva normal:

rapidamente qualquer estranheza é capturada pela chave do familiar, torna-se identificável e, portanto, dominável. Não permitindo, dessa forma, qualquer invenção ou modificação nos modos de se relacionar. Larrosa fala de “uma imagem do totalitarismo: o rosto daqueles que, quando olham para uma criança, já sabem, de antemão, o que vêem e o que têm de fazer com ela” (LARROSA, 2010, p. 192).

A desregulação referida, atualmente sobre a rubrica de transtorno ou distúrbios invasivos do desenvolvimento, começa nos primeiros anos de vida, principalmente, na família ou nas instituições disciplinares, como a escola, onde surgem os primeiros apontamentos sobre aquelas que não seguem o desenvolvimento dito “normal”. Inicia-se aí um enquadramento a uma patologia ou a uma identidade por meio de um diagnóstico que reifica a pessoa e corrobora para a continuidade institucionalizada nas identidades.

Impedidas em suas experiências, essas crianças ficam restritas ao que está previsto, tendem a ficar isoladas socialmente, ou segregadas a espaços direcionados especialmente a elas: são as “crianças-problema” (ROLNIK, 1985). Esse processo restringe as possibilidades de entrada do inesperado, de novas experiências e encontros. Não há espaço vazio que possibilite que algo inédito aconteça.

Sabe-se que é o encontro com esse “outro-estranho” que instabiliza as totalidades e as verdades constituídas, pois estamos todos em processo permanente de construção, como diz Guimarães Rosa (2001, p.39): “as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam”. É em uma certa falta de desenvoltura das crianças, em oposição à demasiada segurança dos adultos, que se encontra a potência da infância, pois a infância é:

o signo sempre presente que a humanidade do homem não repousa somente sobre sua força e poder, mas, de maneira mais secreta, mas essencial, sobre suas faltas e suas fraquezas. É porque a infância não é a humanidade completa e acabada, é que ela nos indica o que há de mais verdadeiro também no pensamento humano: a sua incompletude, isto é, a invenção do possível (GAGNEBIN, 1997, p.17).

Ir em busca da infância é retomar a capacidade de jogar, de amar, de viver na intimidade com um ser estranho, não para conhecê-lo ou classificá-lo, mas para estar ao seu lado sem temer ficar entre o dizível e indizível, acompanhá-lo e buscar as frestas para fazê-lo

experimentalizar a sua própria existência como possibilidade ou potência, “potência de ser e de não ser” (AGAMBEN, 1993, p 39).

Os saberes médicos, psicológicos e educativos a partir de suas técnicas e tratamentos delimitados não deveriam fechar o espaço subjetivo dessas crianças, pois diminuem as possibilidades destes de se realizarem e de se expressarem no mundo, fragilizando as próprias vidas.

Nas produções discursivas sobre a vida dessas crianças, enfrentam-se as mesmas dificuldades. Fala-se muito sobre as “identidades” em que são enquadradas: crianças com “problemas psiquiátricos”, adolescente “infrator”, “menino de rua”, “nóia”, “retardado mental”, “incapaz”, entre tantos outros nomes que vêm enunciados nos relatórios que as acompanham, classificando-as de modo a fazer com que elas respondam com um movimento de identificação a esses estigmas (LARROSA, 2010; GUATTARI, ROLNIK, 2005).

* * *

O que é grave é que se percebe nesse movimento “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.286).

Ao discutir o poder soberano contrapondo-o ao biopoder, o poder sobre a vida, Foucault (1999) reflete sobre este mecanismo de poder centrado no corpo individual situado no coletivo. O poder cria agenciamentos nas vidas das pessoas: especificamente, agencia “como” elas vão viver. É sobre cada um que as tecnologias do poder atuarão como seus dispositivos de adestramento disciplinar e seus dispositivos de regulação e segurança. Estabelece-se, deste modo, uma norma que “é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p. 302). Ela permite, ao mesmo tempo, controlar a disciplina dos corpos e os acontecimentos aleatórios de uma população. Este biopoder dispõe em seus dispositivos de maneiras de “fazer

viver” e “deixar morrer” (FOUCAULT, 1999). E esta forma está centrada na intolerância às “minorias”⁴.

O biopoder se encarrega das vidas dessas crianças, submetendo-as a uma estrutura funcional determinante que as conduz a um certo modo de viver fadado a um tratamento institucional considerado específico para seu diagnóstico. Elas ficam presas a uma classificação e toda a sua vida pode girar em torno disso, expropriam-lhe, assim, possibilidades de viver, de experienciar, chegando mesmo ao extremo de direcionar-lhes para uma “sobrevida”⁵, como no caso dos meninos em situação de rua que fazem uso abusivo de crack.

Então, como se pode interferir nesses jogos de verdade e poder que fazem que alguns determinem outros? Como diz Foucault, “sempre há possibilidade, em determinado jogo de verdade, de descobrir alguma coisa diferente e de mudar mais ou menos tal ou tal regra, e mesmo eventualmente todo o conjunto de jogo de verdade” (FOUCAULT, 2012b, p.276b).

Esse trabalho se constitui com a necessidade de pensar em como é possível interferir nesses jogos de verdade criados em torno da “infância” e da “loucura” que se inserem nos comportamentos e nas práticas humanas nesses domínios, afetando os sujeitos, buscando, a cada vez nos encontros com essas pessoas, cavar margens de liberdade, buscar “espaços fora” ainda não tão cristalizados e dominados.

Sabe-se que há cada vez mais um refinamento das formas de sujeição contemporâneas na sociedade de controle e, para quem está implicado na crítica e clínica nesse tempo, envolve-se no trabalho ético, pois, onde há relações de poder, há possibilidades de resistência, de liberdade. Por isso, trata-se de um chamamento ético, já que ética está estritamente relacionada às práticas refletidas de liberdade nesses jogos de poder (idem, ibidem).

Ética que se avizinha daquela busca por uma estética da existência, modos de viver nos quais os gregos da Antiguidade buscavam se fazerem livres na pólis, a liberdade era alcançada com exercícios de si mesmo em primeiro lugar, única maneira de determinar a forma da própria vida (FOUCAULT, 2012b, p. 283).

⁴ Minoria aqui no sentido daqueles que estão fora do padrão hegemônico idealizado pelo sistema do capital, como, por exemplo: as mulheres, as crianças, os homossexuais, os loucos.

⁵ Segundo Agamben em “O que resta de Auschwitz” (2010), o biopoder contemporâneo reduz a vida ao seu mínimo biológico e o mesmo não se preocupa em “fazer viver” ou fazer morrer, mas de *fazer sobreviver*.

A proposta da ecosofia (GUATTARI, 2009) – um novo jeito de fazer funcionar as máquinas dos microssistemas para a transformação da sociedade e, por fim, dos macrossistemas – é a articulação ético-política entre os três registros ecológicos: o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana que indicarão novas linhas de recomposição da práxis humana nos mais variados domínios. Assim, a ecosofia trata da problemática da produção de existências humanas em novos contextos históricos, dando importância para o estudo dos dispositivos de produção de subjetividades, pensando em novos dispositivos que possam ser acionados em vista de outros processos de individuação (SIMONDON, 2003), reconstruindo também novas maneiras de “ser em grupo”.

A ecosofia mental, por sua vez, será levada a reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os “mistérios” da vida e da morte. Ela será levada a procurar antídotos para a uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens etc. Sua maneira de operar aproximar-se-á mais daquela do artista do que a dos profissionais “psi”, sempre assombrados por um ideal caduco de cientificidade (GUATTARI, 2009, p.16).

Esta proposta de Guattari associa-se ao que Lygia Clark propunha em seu *Livro-obra*, que o artista pudesse instaurar nas pessoas comuns o singular estado de arte sem arte:

O artista se dissolve no mundo. Seu espírito se funde com o coletivo, permanecendo ele mesmo. Pela primeira vez, ao invés de interpretar um fato existente no mundo, muda-se esse mesmo mundo por uma ação direta. (...) Ao mesmo tempo em que se dissolve no mundo, em que se funde no coletivo, o artista perde sua singularidade, seu poder expressivo, ele se contenta em propor que os outros sejam eles mesmos, e que atinjam o estado singular da arte sem arte (CLARK, 1998, p. 154).

Lygia desejava “criar condições para conquistar ou reconquistar na subjetividade um certo estado no qual seja possível suportar a contingência das formas, desgrudar de um dentro absolutizado vivido como identidade” (ROLINK, 1998, p. 461).

Uma pergunta logo se impõe: por que "sem arte"? Este é um detalhe essencial: para Lygia experimentar o estado de arte – corporificar um novo feixe de sensações, singular por definição – não se dá somente na criação de um assim chamado "objeto de arte", mas também na criação da existência objetiva e/ou subjetiva. O que Lygia quer é resgatar a vida em sua potência criadora, seja qual for o terreno onde se exerça tal potência (ibidem, p. 461).

Há, atualmente, políticas públicas voltadas para a construção de espaços de integração e encontro nos campos da cultura, da educação e da saúde. Nesses lugares, atividades e proposições coletivas estabelecem uma dinâmica relacional mais horizontal, na qual são organizadas e cultivadas práticas que produzem efeitos para aumentar a potência das pessoas. Uma ecologia de subjetividades vivas é fabricada quando, a partir de um encontro, certos coletivos, comunidades, grupos, se reapropriam dos meios de produção de subjetividades e engendram novos campos de referência que resistam aos hegemônicos: “estamos diante de uma escolha ética crucial: ou se reificam, se “cientificiza” a subjetividade ou, ao contrário, tenta-se apreendê-la em sua dimensão de criatividade processual” (GUATTARI, 2006, p. 24).

Abrir espaços de respiro e movimento para a infância e juventude implica fugir das estases, dos modelos totalizantes que tentam determiná-los como identidades de deficientes, doentes, loucos, marginais, com o intuito de criar possibilidades de outros lugares de existência para as crianças e os adolescentes, de modo que as fragilidades de cada participante não são colocadas como patologias a serem curadas, mas como elementos do seu processo vital, “de autopoeise, de autocriação e, nessa medida, estético, que tem seus norteadores éticos na produção da diferença e na busca de uma potência de vida” (LIMA, 2009, p. 239).

O trabalho realizado em instituições específicas de saúde ou de educação que atendem a crianças e adolescentes pode cair no risco de codificar, normatizar, formalizar todos os tipos de relações e conduta com os sujeitos, reduzindo tudo a determinadas possibilidades de vida, no caso, de “infância” e “juventude”. O que reduz e formata todas as ações a sentidos pré-determinados, totalizando e paralisando os processos inventivos fundamentais para a sustentação ética das vidas.

Apostou-se que o acompanhamento em outros espaços sociais e principalmente pelos espaços públicos das ruas favorecesse a reconquista do inesperado, ajudando a estremecer e a perpetuar uma zona de instabilidade que favorecesse encontros éticos. Portanto, esse trabalho se configura a partir da procura de zonas de desestabilização como modo de se relacionar com as crianças e adolescentes. Esse trabalho encontra como ponto de partida uma busca de um estado de "desassossego", uma recusa dos sentidos pré-determinados, e utilizará como instrumento e forma de expressão as fabulações, entendidas como experiências construídas a partir dos encontros entre a pesquisadora e os mundos que se abriram no trabalho no centro de São Paulo.

I - ITINERÂNCIAS CONCEITUAIS

Mas os livros que em nossa vida entraram
São como a radiação de um corpo negro
Apontando pra expansão do Universo
Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
(E, sem dúvida, sobretudo o verso)
É o que pode lançar mundos no mundo (Caetano Veloso)

“As crianças são prisioneiros políticos”, disse Jean Luc Godard (*apud* DELEUZE, 2008b, p. 55).

Compreende-se a infância neste trabalho a partir do significado construído e atribuído a ela ao longo da história. A infância não teve o mesmo significado que tem atualmente, nem sempre ela designou este período que atribuímos às crianças e adolescentes hoje, bem como entendemos que cada cultura atribuiu um significado diferente e inventou um modo específico de ser criança e acompanhar uma criança.

Na Idade Média e no início dos tempos modernos, nas classes populares (ARIÈS, 1984), as crianças eram vistas como pequenos adultos, misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de não precisarem mais da mãe ou de um cuidador, dividindo tarefas e espaços como trabalhar, comer, dormir, participando da comunidade dos homens. Assim, não havia uma concepção de infância para designar crianças e adolescentes na sociedade medieval. A ideia de infância estava muito mais ligada ao sentido de dependência devido à sua incapacidade física.

Ariès (1984) afirma que foi durante o século XVII que a palavra infância assumiu o seu sentido moderno, referindo-se mais frequentemente à criança pequena. É também a partir daí que a infância passa a ser administrada com o objetivo de formar um adulto. Assim, submetem-se crianças e adolescentes a uma política *adultocêntrica*, que declara fundamentalmente sua incapacidade e inferioridade em relação aos adultos. Suscitam-se práticas de dominação, de disciplinamento, de sujeição a diversas ordens de violência, como, por exemplo, quando conferem à criança uma infantilização que não é dela, ou quando estigmatizam-na conferindo-lhe identidade de incapacidade em relação ao adulto.

A infância começa a ser dividida por etapas e compreendida como apenas uma passagem para atingir a idade adulta por meio de acúmulo de experiências e conhecimentos, visão esta que contribuiu para desqualificar a criança, caracterizá-la como alguém imperfeito, incapaz de realizar certas tarefas da vida cotidiana, restringindo as atividades destinadas às crianças e, conseqüentemente, desqualificando-as como “menores”.

Nos séculos XIX e XX, a infância tornou-se mais suporte da difusão do poder psiquiátrico. O adulto passa a funcionar como norma e a infância chegou a ser considerada uma passagem pelos graus de debilidade mental. O idiota, que antes pertencia à classificação das doenças, passa a pertencer à infância. Estabelece-se, assim, um sistema de referências a partir da noção de desenvolvimento na infância ao demarcar as fases que consideram quais as variedades de transformações e velocidades que deveriam acontecer em cada período, pela determinação das variedades de estágio, assim como pela relação normativa em que o adulto é considerado como tendo o desenvolvimento completo. Deste modo, tornou-se possível localizar os desvios, interrupções, anomalias do desenvolvimento, tomando como referência os desenvolvimentos julgados normativos (FOUCAULT, 2006).

Com isso, serão submetidas de pleno direito à inspeção psiquiátrica todas as condutas da criança, pelo menos na medida em que são capazes de fixar, de bloquear, de deter a conduta do adulto e se reproduzir nela. E, inversamente, serão psiquiatrizáveis todas as condutas do adulto, na medida em que podem, de uma maneira ou de outra, na forma da semelhança, da analogia ou da relação causal, ser rebatida sobre e transportadas para as condutas da criança. Percurso, por conseguinte, integral de todas as condutas da criança, pois elas podem trazer consigo uma fixação adulta; e inversamente, percurso total das condutas do adulto para desvendar o que pode haver nelas em matéria de traços de infantilidade (ibidem, p. 388)

A psiquiatria ultrapassou a categoria da infância e a instituição asilar, e começou a se responsabilizar e se especializar por toda anormalidade que aparecia nos diversos espaços sociais como a escola, o trabalho e a família. A psiquiatria passa a definir, controlar e corrigir o anormal. Por este motivo, Foucault (2006) sustenta que a difusão do poder psiquiátrico realizou-se na infância, isto é, a partir da psiquiatrização da infância.

A infância e, posteriormente, a juventude passam a ser administradas por instituições de assistência e proteção, considerando-se que elas devem ser assistidas, tratadas e protegidas.

As instituições familiares, psiquiátricas, jurídicas, de assistência social e escolares ficaram responsáveis por disciplinar as crianças através de aparatos repressivos que

homogeneízam e oprimem suas singularidades. Políticas de prevenção emergentes foram se constituindo como um dispositivo de modulação e coação dos corpos desde o nascimento através de inúmeras inspeções e avaliações com o objetivo de adestrá-los e discipliná-los.

No entanto, esses equipamentos de confinamento, os sistemas fechados de disciplinamento, estão atualmente passando por uma crise generalizada. Essa crise estrutural expõe a substituição das sociedades disciplinares pelas sociedades de controle. Esse é o nosso tempo. O poder se articula na produção incessante de “formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado” (DELEUZE, 2008b, p. 220). Se as estruturas de confinamento moldavam de distintas maneiras, os controles modulam, ou seja, estão continuamente operando deformações na subjetividade. As sociedades contemporâneas caracterizam-se cada vez mais por um controle contínuo e aberto, interminável.

Barthes diz que:

e no entanto, se o poder fosse plural, como os demônios? “Meu nome é Legião”, poderia ele dizer: por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. Adivinhamos então que o poder está presente nos mais finos mecanismos do intercâmbio social: não somente no Estado, nas classes, nos grupos, mas ainda nas modas, nas opiniões correntes, nos espetáculos, nos jogos, nos esportes, nas informações, nas relações familiares e privadas, e até mesmo nos impulsos liberadores que tentam contestá-lo: chamam de discurso de poder todo discurso que engendra o erro e, por conseguinte, a culpabilidade daquele que o recebe. (BARTHES, 2006, p. 11)

Como aponta o texto, percebe-se gradativamente que, através das mídias, da escola, da família, as crianças são conduzidas a uma espécie de processo de indiferenciação, referenciado a um determinado discurso homogêneo e infantilizante que as trata como imaturas e incapazes. Ou, no caso das crianças que são capturadas pela malha da psiquiatria, pelo discurso psiquiatrizante que as determina como deficientes, irracionais e, ao mesmo tempo, responsabiliza essas crianças pelas dificuldades que aí são colocadas como se fossem delas, individuais, principalmente na fase em que as chamarão de adolescentes.

Elas, ao mesmo tempo em que entram na linguagem, aprendem também códigos de sociabilização, de circulação nos diferentes espaços sociais, a se relacionar com as máquinas e com as tecnologias. Não fica mais sob a responsabilidade da família, da creche e da escola essa iniciação – a televisão e outras mídias de comunicação têm papel fundamental na impregnação desses códigos que servem ao sistema de economia capitalista.

Toda a linguagem que nela [a televisão] está a serviço de um certo tipo de informação, de iniciação às diferentes engrenagens de produção e do campo social. O imaginário da criança atualmente escapa, por exemplo, ao sistema dos contos de fadas, e mesmo a um certo tipo de devaneio. A educação televisual modela o imaginário, injeta personagens, cenários, fantasmas, atitudes, ideais; ela impõe toda uma micropolítica das relações entre os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, as raças, etc... Ela ocupa o lugar de um certo tubo de conversa, de leitura, etc (GUATTARI, 1985, p. 53).

Essa impregnação dos modelos imaginários, sociais, culturais, afetivos e perceptivos conduz a uma modelagem da libido das crianças, que tendem a se sujeitar ao que provém dos dispositivos da cultura do capitalismo em detrimento das suas capacidades expressivas, criativas e inventivas. Por isso, é preciso localizar esses fluxos decodificados do capitalismo, dar-lhes um devido lugar, de certa forma governá-los, para ajudar as crianças a enfrentarem essa realidade social em que vivem, “recusar fazer cristalizar a criança muito cedo em indivíduo tipificado, em modelo psicológico estereotipado” (ibidem, p. 54), oferecendo-lhe condições de adquirir outros meios de expressividade, outras maneiras de perceber o mundo que não estejam tão capturados por esse sistema. Não é à toa que, cada vez mais precocemente, crianças se preocupam com o consumo e com a moda e há um crescente investimento das indústrias e da publicidade na criança como consumidor.

Larrosa (2002) diz que a pobreza de experiência da vida contemporânea se deve ao excesso de informação. O periodismo junto à falta de tempo, de silêncio e memória preenchem todo o tempo da vida das pessoas com informações que apenas geram mais informação e opinião: não há espaço possível para as narrativas e para a história. Não há tempo-espaço para a experiência.

O ser humano moderno retorna todos os dias para a sua casa, avassalado por uma mistura de eventos; no entanto, nenhum destes torna-se experiência. É justamente essa “incapacidade de traduzir-se em experiência que torna hoje insuportável (...) a existência

cotidiana e não uma pretensa má qualidade ou insignificância da vida cotidiana confrontada com a do passado” (AGAMBEN, 2005, p. 22). O funcionamento do consumismo, do prazer imediato, submete os indivíduos a uma espécie de totalização do presente, a um estado de emergência, deixando-os sem passado e sem futuro, pela valorização exclusiva do que é passageiro e imediato.

Até a educação é assolada pela pobreza de experiência na contemporaneidade quando promove uma aprendizagem restrita a um processar de informações, sem tampouco preocupar-se em induzir ao desejo de aprender, o gosto do pensamento.

Esta é a barbárie contemporânea, a pobreza de experiência na humanidade que impele o indivíduo a contentar-se com pouco, construir com pouco, sem olhar para os lados, sem o desejo de ir em busca dos vestígios da humanidade, seus mistérios, contenta-se a viver pleno de hábitos e não mais de experiências (BENJAMIN, 1994, p. 116).

O império, a megamáquina de produção de subjetividades, vende no consumismo as formas de vida. Encontra-se aí uma tendência à homogeneização universalizante e reducionista da subjetividade. São agenciamentos coletivos de enunciação, marcados pela uniformização. No entanto, a vida continua se manifestando em sua potência de invenção, em que se encontra uma tendência heterogenética, o reforço da heterogeneidade e da singularização dos componentes da subjetividade (GUATTARI, 2006), que possibilita encontrar modos de resistir a esse poder que expropria a vida humana ou a transforma em uma sobrevida.

A produção maquínica de subjetividade pode trabalhar tanto para o melhor como para o pior (...) tudo depende de como for sua articulação com os agenciamentos coletivos de enunciação. O melhor é a criação, a invenção de novos Universos de referência; o pior é a mass-midialização embrutecedora, à qual são condenados hoje milhares de indivíduos (GUATTARI, 2006, p. 15- 16).

“O poder não é mal. O poder são jogos estratégicos” (FOUCAULT, 2012b, p. 278b). O poder constitui-se de jogos estratégicos dos corpos em transe, ou seja, se configura nas relações entre os corpos. E, justamente pelo caráter de jogo no qual quem submete pode também submeter, é possível resistir. O modelo de combate, o agonismo, técnica de exercício empregada pelos gregos no qual se desenvolvem reações e injúrias mútuas no meio de uma

luta física, foi lembrado por Foucault (2012b) e proposto como modo de resistir no campo de batalha.

Em qualquer instituição ocorrem processos de institucionalização voltados à abolição dos movimentos de combate e resistência. Deleuze (2008b) diz que, com a crise das sociedades disciplinares, as práticas de confinamento estão sendo concomitantemente substituídas por mecanismos de controle que modulam continuamente toda a diversidade de produção e todos aqueles que têm alguma relação de permanência com as instituições que se constituíram para substituir aquelas de confinamento. Codificando, regulando, normatizando, agenciando formalizações das forças, “como uma moldagem auto-deformante” (idem, p. 221) contínua que tende a capturar as linhas de fuga, as linhas flexíveis, extraíndo suas forças de mutação, capturando-as na soberania significativa do discurso institucional.

O confinamento dos desarrazoados, dos insensatos, dos loucos não se restringe mais aos altos muros de um hospital. A recusa de diálogo com aqueles que experimentam a desrazão e caíram na malha fina do discurso psiquiátrico já não se restringe mais às práticas de confinamento em hospitais, mas em estratégias de sujeição ao saber psiquiátrico, que continua enclausurando, mas ao ar livre. É através do corpo que o saber médico e *psi* irá operar seu controle. Diz Foucault (2010): “para a sociedade capitalista, é o biopolítico que importava antes de tudo, o biológico, o somático, o corporal. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (p. 80).

Quando, na relação com o sujeito, o psiquiatra ou qualquer profissional da área assistencial captura tudo aquilo que é estranho e traduz em discurso psiquiátrico como doença, categoriza-o a uma identidade, impõe-lhe um regime de verdade, pode fragmentar sua vida comunitária (FOUCAULT, 1995). Atualmente, em circuito aberto, o cerco aos que se desviam é outro: ele se constrói estruturalmente com os mecanismos de controle dos corpos, fazendo-os viver, mas através de regulamentações e determinando a norma, limitando os modos de viver.

O exercício de poder pode perfeitamente suscitar tanta aceitação quanto se queira: pode acumular as mortes e abrigar-se sob todas as ameaças que ele possa imaginar. Ele não é em si mesmo uma violência que, às vezes, se esconderia, ou um consentimento que, implicitamente, se reconduziria. Ele é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários

sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (idem; p. 243).

Por isso, produzir uma crítica em relação às formas de condução e acompanhamento das crianças e adolescentes consiste em, ao mesmo tempo, produzir formas de resistências a essas diferentes formas de dominação que atravessam o campo de trabalho.

Assim, trabalhar em um serviço de saúde pública como os CAPSs, em que todos protagonistas estão imersos em um dado jogo de verdade, que implica em, por um lado, jogos de saber-poder, mas, ao mesmo tempo, em inventar práticas clínicas que sejam disparadas a partir dos encontros, em que não simplesmente sejam replicados os jogos de verdade da psiquiatria ou do Estado – o que promoveria um controle social estrito da população e a submissão de todos ao poder que tentaria determinar a conduta de todos ali, produziria assim uma instituição de adestramento das condutas humanas, estado de dominação. Mas o que se quer pensar aqui é a invenção de dispositivos diversos, possibilidade de encontros com os sujeitos, o que só é possível ao produzir-se estados de liberdades.

Ao afirmar que o “poder só se exerce sobre homens livres” (FOUCAULT, 1995, p. 244), o autor explica o que entende por livres: sujeitos individuais ou mesmo coletivos “que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (ibidem). Acrescenta, ainda, que a escravidão não constitui uma relação de poder já que, a princípio, trata-se de uma “relação física de coação” (ibidem). Só pode haver relações de poder quando há possibilidade do sujeito se deslocar, escapar. Por isso, não se trata de uma questão de abolir o poder, pois, “na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outro lugares... e a batalha continua” (FOUCAULT, 2010, p. 146). Trata-se de um jogo dinâmico e muito complexo, em que a liberdade é condição de existência do poder ao mesmo tempo que também é de resistência a ele. Não se pode lutar contra o exercício de poder do exterior, de fora.

A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então ser separadas. O problema central do poder não é o da “servidão voluntária” (como poderíamos desejar ser escravos?): no centro da relação de poder, “provocando-a” incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade. Mais do que um “antagonismo” essencial, seria melhor falar de um “agonismo” – de relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta; trata-se, portanto, menos de uma oposição de termos que se bloqueiam mutuamente do que uma provocação permanente (FOUCAULT, 1995, p. 244-245).

Por isso, a resistência não é ruptura total das formas de subjetivação propostas por regimes de saber-poder, ela é operada dentro das imediações do poder. É pelas linhas de subjetivação que se delineiam novas configurações desses regimes e, junto a isso, novas formas de produção de sujeitos. Ao ressaltar o caráter agonístico das relações de força, pretende-se justamente reforçar seu caráter de mobilidade na medida em que “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força” (MACHADO in FOUCAULT, 2010, p. 14). A questão é como agir taticamente neste combate de forma a produzir pontos móveis e transitórios de resistência em resposta aos dos modelos impostos pela sociedade de controle. Nietzsche (1974) escreve a seguinte passagem sobre a potência desta luta agonística, em que se criam possíveis mobilidades – todo o vir a ser:

Da guerra dos opostos nasce todo vir-a-ser: as qualidades determinadas, que nos aparecem como duradouras, exprimem apenas a preponderância momentânea de um dos combatentes, mas com isso a guerra ainda não chegou ao fim, a contenda perdura pela eternidade. (...) Assim como cada grego combate, como se somente ele estivesse no direito, e uma medida infinitamente segura do julgamento determina, a cada instante, para onde inclina a vitória, assim combatem as qualidades entre si, segundo leis e medidas inflexíveis, imanentes ao combate. (...) Esse combate (...) é o próprio vir-a-ser (idem, p. 44-ss.).

Entrar no combate para buscar as fissuras e brechas de escape destes assujeitamentos modulares. Reconhecer este sistema complexo de regulação e controle, buscar compreender seu funcionamento, suas reminiscências e repetições, constitui também o campo de trabalho, para vislumbrar o que se pode fazer para resistir a este poder que normatiza, buscando gerar outros gestos que operem na contramão da docilização dos corpos, da individualização da vida humana, desta indolência a favor de certo governo.

A atitude política frente à homogeneização é aquela que constitui complexos de subjetivação que oferecem às pessoas possibilidades de recompor uma corporeidade existencial, de sair de seus impasses repetitivos. É o movimento que arranca da morte, o devir de afirmação que permite re-singularizações. Mas, para tanto, sugere Guattari (2006) que é necessário retomar a força de invenção dos corpos em rede: indivíduo-grupo-máquinas a trocas múltiplas.

Vida inclui sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. A vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo. Como diz Lazzarato, a vida deixa de ser reduzida, assim, à sua definição biológica para tornar-se cada vez mais uma virtualidade molecular da multidão, energia a-orgânica, corpo-sem-orgãos. O bios é redefinido intensivamente, no interior de um caldo semiótico e maquínico, molecular e coletivo, afetivo e econômico (PELBART, 2003, p.25).

A força de invenção é potência de qualquer ser humano e, quando exercida, produz “novos desejos, novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação” (PELBART, 2003, p.23), que vão compondo uma comunidade de autovalorização capaz de ações coletivas sobre a realidade, deixando de serem passivas às forças do Império.

Ao poder sobre a vida responde-se com a potência da vida, e ao biopoder responde-se com a biopotência. O que poderia estar totalmente submetido a um sistema do capital e condenado à passividade traz à tona a vida que “aparece agora como reservatório inesgotável de sentido, manancial de formas de existência, germe de direções que extrapolam as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos” (ibidem, p. 23).

“A solidão é a impotência” (NEGRI, 2001, p.21). Quando a solidão se expressa impedindo a pessoa de encontrar outros seres, povos, ela se torna incapaz de agir sobre sua realidade, pois é só através do encontro com o outro que ela é capaz de agir sobre o mundo. Para Negri (2001), essa noção de construir mundos diferentes do que já está instituído “passa pela noção do ‘comum’, ou seja, que representa o ser humano em seu conjunto” (ibidem, p.22).

É que os regramentos de uma instituição podem sufocar todos aqueles que mantêm alguma relação de permanência com ela, usuários e profissionais, bem como qualquer possibilidade inventiva ou criativa que poderia ser produzida ali. E é a mesma desconfortável insegurança gerada pela rua que também estremece os possíveis modelos institucionais e potencializa a atenção no acompanhamento. Quando se acompanha alguém na rua, entra-se num espaço de indeterminação, de improviso, de acaso, de sorte do lance de dados. É a técnica amando o acaso e o acaso, a técnica. Isso é também um respiro, areja o terreno com um pouco mais de oxigênio, algum fôlego para continuar em processo de invenção.

Mas ao mesmo tempo não pode haver nômade sem instituição, sem o sedentário, é preciso haver um centro para que o nômade possa operar suas descentralizações.

A duração desses encontros é um tempo saturado de todo tipo de devires, dobrado, como diria Deleuze, um tempo barroco em que diferentes camadas de corpos, de sensações, de prazeres, de dores, de sofrimentos, vêm se misturar.

Os jogos de forças que atravessam os corpos não fazem destes simples fantoches ao arbítrio das intensidades dos jogos de poder, meros sujeitados às forças e aos acontecimentos. Quando o corpo é afetado pelas intensidades, apresenta necessariamente uma resposta automática do sistema nervoso automático, que pode ser de proteção ou regulação do organismo às intensidades mais excessivas: uma taquicardia, um arrepio na pele, o endurecimento muscular de alguma parte do corpo, um sobressalto de susto, a emissão de adrenalina no sangue, a paralisia ou até mesmo um desmaio. Mas este mesmo corpo pode também, ao captar esses efeitos do acontecimento sobre si próprio, exercer uma artesanaria de si mesmo, ou seja, estes corpos podem produzir ações intencionais sobre si próprios, intervir sobre a própria existência (FAVRE, 2013, anotações do curso⁶).

A intencionalidade é como este corpo agirá sobre a própria superfície, é uma ação neuromotora. Importante frisar que a ideia de intenção aqui é o próprio modo como o corpo age sobre o efeito do acontecimento em si mesmo, para tanto, é a possibilidade de o corpo interferir sobre as próprias respostas, se autorregular para realizar as próximas ações no ambiente dos acontecimentos.

É o cuidado de si: alguma possibilidade da pessoa determinar a si mesma. Essas são as técnicas de si, diria Foucault (2012b), que configuram práticas de liberdade que engendram uma ética da existência e por isso também a possibilidade de resistir à dominação de um poder hegemônico.

Quando Foucault (2012b) pensa a ética na Antiguidade, lembra que, para os gregos, o ético não é apenas o cuidado com os outros, mas, em primeiro lugar, o cuidado de si mesmo que:

implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros.(...) Não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida em que as relações consigo mesmo é ontologicamente primária (idem, p. 264 - 265)

⁶ Anotações do curso Biodiversidade Subjetiva II do Laboratório de Processo Formativo em 06/04/2013, São Paulo – SP.

A ética implica uma dimensão relacional com os outros, mas a partir do princípio que uma pessoa livre sabe se conduzir adequadamente, ou seja, sabe governar a si mesmo, para não se tornar escravo de suas próprias vontades, pois “é o poder sobre si que vai regular o poder sobre os outros” (idem, p. 266), aprendendo também a controlar-se e a limitar as extensões dos seus próprios apetites. Por isso, o cuidado de si tem íntima relação com a ética, pois é produtor de modos de se relacionar com menor vontade de dominação ou de se impor de forma tirânica sobre os outros. É em um constante exercício de si, crítico e gestual, que se aprende a ter a relação necessária com sua comunidade, com seus amores, seus pares.

Dessa forma, os acontecimentos que atravessaram os encontros entre os participantes do *Conhecências do Centro* e as pessoas e lugares estrangeiras dispararam uma experimentação que pode ser reconhecida como uma verdadeira “fábrica do sensível”, como denominou Rancière (2005), que possibilita compartilhar em um “comum” as intensidades que nela eram produzidas e onde puderam acontecer atos éticos e estéticos “que ensejam novos modos do sentir e induzem novas formas da subjetividade política” (ibidem, p.11).

Este reconhecimento impele também a buscar-localizar pontos de diferença em relação a esta “infância prisioneira política” e outros pensamentos que se diferenciam dessa postura de dominação em relação à infância. Buscar outro modo de pensar a infância é possibilitar outro modo de intervir clinicamente.

As crianças e os adolescentes atendidos em serviços como os dos Centros de Atenção Psicossociais Infantis, por estarem nesses contextos podem já estar marcados, significados por histórias e por saberes-poderes que os aprisionam e os reduzem muitas vezes em enquadres determinantes. Nomeiam, classificam, diagnosticam em avaliações de psiquiatras, de outros profissionais da saúde, da educação, da assistência social ou do jurídico.

Por suas inadaptabilidades em relação ao sistema normativo, são passíveis de serem classificadas em patologias e medicalizadas. Esse modo de operar sobre os corpos dessas crianças expropria-lhes suas percepções e saberes sobre si mesmas, colaborando para a alienação do próprio corpo.

Esse apoderamento da vida em seu conjunto pelo poder foi nomeado por Foucault de biopoder. O poder toma de assalto a vida, penetra, desta forma, todos os âmbitos da existência humana, “os genes, o corpo, a afetividade, o psiquismo, até a inteligência, a imaginação, a criatividade, tudo isso foi violado, invadido, colonizado, quando não diretamente expropriado

pelos poderes”⁷. As tecnologias contemporâneas que compõem a biopoder não descartam as técnicas disciplinares, mas operam principalmente a partir da regulamentação com parâmetros de uma norma internalizada nos próprios indivíduos.

É preciso ver também que o que é dito do sofrimento, destino individual, deve ser dito ainda mais da infelicidade, da opressão e da miséria. O homem totalmente infeliz, o homem reduzido pela abjeção, a fome, a doença, o medo, torna-se o que não tem mais relação consigo, nem com quem quer que seja, uma neutralidade, um fantasma errante num espaço em que nada acontece, um ser vivo caído abaixo das necessidades (BLANCHOT, 2007, p. 143).

A questão é que essa marca classificatória ameaça enclausurar essas crianças e adolescentes em um circuito repetitivo e institucional pelo resto de suas vidas. Ficam presas à tutela da família, quando estas existem, e às instituições de saúde, de assistência social e jurídicas: um circuito institucional fechado atrelado também à uma cadeia de blocos de significantes congelados e repetitivos. É uma repetição mortífera, não permite que se produzam outros sentidos de vida fora do circuito da doença, da delinquência, da loucura, da deficiência. É ele mesmo um processo enlouquecedor quando os condena a girar em torno de uma estruturação que não é nada além de um “si mesmo” institucional, privando-lhes da experimentação, de encontrarem outros sentidos para sua vida.

Mas há algo na infância que a faz sempre escapar dessa institucionalização total, pois a “infância é um outro: aquilo que, sempre além de qualquer tentativa de captura, inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhimento” (LARROSA, 2010, p. 184).

Cavar espaços no mundo para receber cada criança que nasce em sua alteridade, “abrir um espaço em que aquele que vem possa habitar; pôr-se à disposição daquele que vem, sem pretender reduzi-lo à lógica que impera em nossa casa” (LARROSA, 2010, p. 188), exige a articulação de uma máquina que opere a partir dos encontros, por isso afetiva, quando pode considerar cada corpo com suas possibilidades de aumento ou diminuição da potência de agir nos ambientes. Talvez assim possam se abrir possibilidades delicadas e sutis nas durezas e embrutecimentos instaurados pelo poder. Inventar a cada vez um gesto que opere a favor da

⁷ P. P. PELBART, 2006. Texto: “Vida nua, vida besta, uma vida” disponível no endereço eletrônico: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl>.

vida, de modo que os sujeitos possam contar com este gesto ético que responde a sua pergunta “onde estás?”, a qual possam lhe responder: “eis me aqui!”, consciente de sua responsabilidade pela ação com o outro (RICOUER, 1991).

Nas práticas geradas nos serviços públicos de saúde, deveria ser engendrado um modo de pensar a saúde que é chamado *saúde ampliada*. Extrapolando os campos de qualquer saber, ela é tramada no social, na vida cotidiana de cada pessoa (CANGUILHEM, 1990). Relacionando esta perspectiva de *saúde ampliada* ao trabalho com o *Conhecimentos do Centro*, pode-se considerar que, nesse contexto, o percurso pelos equipamentos socioculturais com essas pessoas é uma intervenção com o intuito de produzir espaços de respiros, de deslocamento do lugar da doença e da delinquência, onde é possível fomentar força-invenção para achar outros modos de transitar, habitar a cidade, fazer com que essas pessoas participem de outros contextos, ampliem sua rede de troca, possibilitando experiências que agreguem às suas vidas outros recursos e valores.

Matisse afirma: “é preciso ver toda a vida como quando se era criança” (2007, p. 370), sobre a necessária nudez no olhar que o artista precisa ter durante o processo de criação artística, que conversa com uma poesia de Manoel de Barros que diz:

Depois que iniciei minha ascensão para a infância,
 Foi que vi como o adulto é sensato!
 Pois como não tomar banho nu no rio entre pássaros?
 Como não furar lona de circo para ver os palhaços?
 Como não ascender ainda mais até na ausência da voz?
 (Ausência da voz é infantia, com t, em latim.)
 Pois como não ascender até a ausência da voz –
 Lá onde a gente pode ver o próprio feto do verbo –
 Ainda sem movimento.
 Aonde a gente pode enxergar o feto dos nomes –
 Ainda sem penugens.
 Por que não voltar a apalpar as primeiras formas da pedra.
 A escutar os primeiros pios dos pássaros.
 A ver as primeiras cores do amanhecer.
 Como não voltar para onde a intenção está virgem?
 Por que não ascender de volta para o tartamudo!
 (BARROS, 2001, p. 41)

Essa afirmação de Matisse e a poesia de Manoel de Barros remetem à noção de experiência e infância que Agamben (2005) analisa no livro *Infância e História*. À medida que pensa sobre os variados sentidos que a palavra experiência teve durante a história da humanidade, procura o cerne dessa palavra e o encontra quando faz uma conexão entre

experiência e linguagem. Pensa sobre uma “in-fância” dos seres humanos, fundamental à aparição da linguagem. Para ele a infância é onde se vive a experiência originária, uma experiência muda, que precede a palavra. Afirma que “é na linguagem que o sujeito tem origem e seu lugar próprio” (p. 56), mas que a linguagem não existiria sem a experiência.

A ideia de uma infância como uma <<substância psíquica>> pré-subjetiva revela-se então um mito, como aquela de um sujeito pré-linguístico, e infância e linguagem parecem assim remeter uma à outra em um círculo no qual a infância é a origem da linguagem e a linguagem a origem da infância (AGAMBEN, 2005, p.56).

O jogo dialético entre infância e linguagem não se finda num tempo, continua a acontecer durante todo o processo formativo do sujeito. Deve-se atentar para a afirmação de Matisse e cuidar da capacidade de olhar o mundo com olhos de criança, o que possibilita a experimentação, uma certa experiência.

Mas talvez seja justamente neste círculo que devemos procurar o lugar da experiência enquanto infância do homem. Pois a experiência, a infância que aqui está em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em um determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se, aliás ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito (AGAMBEN, 2005, p.59).

Esta infância, a que Agamben se refere, não se finda num determinado tempo cronológico: é possível retomá-la, ter experiências de infância ainda quando adulto, “voltar para onde a intenção ainda está virgem” e acompanhar com essas crianças e adolescentes sem a necessidade de nomeá-las de antemão, entrar em jogo relacional, em experimentação com elas. Assim, é possível ativar um dispositivo potencializador dessa infância, como um dispositivo de encontro, troca e afirmação.

Deleuze acreditava que talvez a fala estivesse apodrecida e que, de toda forma, a comunicação fosse distinta da criação. Que o importante era o desvio da fala, criar “vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle” (DELEUZE, 2008b, p. 221)

As ações deste grupo se desdobram num acolhimento das diferenças de modos de fazer e de agir de cada sujeito integrante desse projeto, tornando-se um modo de resistir ao

funcionamento do sistema do capital, que, como relata Favre (2004), pode adoecer o homem pela forma que ele opera a subjetividade dos sujeitos. Assim, Favre diz que:

a subjetividade compreendida como esse lugar vivo [...] nesse processo de produção capitalística vertiginoso pode adoecer, perder potência formativa, sofrer, se desorganizar, doer muito, não agüentar, arrebentar-se em consequência do modo pelo qual o capitalismo hoje opera na subjetividade para sustentar a si mesmo. Porque a subjetividade capitalística, com seu funcionamento de mercado, nos faz agudamente temer a exclusão e desejar a hegemonia (ibidem, p.76).

No *Conhecências do Centro*, trabalha-se para produzir intervenções que podem abrir extensivamente um espaço em que os participantes possam experimentar outros modos de viver, experimentando o experimental, como dizia Hélio Oiticica. Deste modo, temos a hipótese que com essa experimentação é possível inaugurar espaços mais livres e abertos, em que é possível ensaiar outros modos de conviver juntos nos ambientes públicos, na pólis.

Essas intervenções provocam processos de reinvenção de outros modos de perceber, pensar e sentir, não referendadas nos padrões de normalização, de cura que fecham e estagnam processos das vidas, mas que abrem para a produção de vida, possibilitando que as multiplicidades se afirmem e floresçam.

Não se trata apenas de uma preocupação, mas de um trabalho que deseja abrir possibilidades éticas para a vida humana, uma responsabilidade ética de retomar as perguntas que afirmem o enigma da infância, que preservem sua alteridade:

na medida em que encarna o surgimento da alteridade, a infância nunca é o que sabemos (é o outro dos nossos saberes), mas, por outro lado é portadora de uma verdade à qual devemos nos colocar à disposição de estudar; nunca é aquilo apreendido pelo nosso poder (é o outro que não pode ser submetido), mas ao mesmo tempo requer nossa iniciativa, nunca está no lugar que a ela reservamos (é o outro que não pode ser abarcado), mas devemos abrir um lugar para recebê-la (LARROSA, 2010, p. 186).

À medida que se identificam e se nomeiam esses estrangeiros – crianças e adolescentes – em determinadas patologias, nomes, grupos sociais etc, retira-se justamente a sua potência de invenção para fixá-lo em uma identidade que, muitas vezes, o reifica, tornando mais coisa-doença, coisa-transgressão, que humano: *o corpo do estrangeiro é então o mais exposto ao desejo de dominação* (ZYGOURIS, 1999, p. 117).

O xenófobo procura sempre isolar, estigmatizar, isolar as diferenças físicas do estrangeiro a fim de percebê-lo localizá-lo, e mais facilmente vigiar o seu espaço. De tanto estigmatizar as diferenças de “raça”, ele consegue negar as diferenças singulares, a presença real e única de cada um (ibidem).

Lévinas (2009) diz que a abertura é a “vulnerabilidade de uma pele exposta na ferida e na ofensa, para além de tudo aquilo que se pode mostrar, para além de tudo que, na essência do ser pode expor-se à compreensão e à celebração” (ibidem, p.99). A sensibilidade seria a própria vulnerabilidade e, quando esta impele uma abertura ao outro, a possibilidade de se alterar, de outramente ser, na qual encontramos uma relação com o outro, é a proximidade do outro, uma relação ética: “a relação com o Outro questiona-me, esvazia-me de mim mesmo e não cessa de esvaziar-me, descobrindo-me possibilidades sempre novas” (ibidem, p. 49).

Reconhecer que se desconhece o outro é um gesto ético. O encontro com o outro se expressa em seu rosto, que por sua vez é único e infinito. Há sempre algo que não é inteligível no rosto do outro. O rosto do outro nos impele sempre a redução, ou seja, a seu assassinato e, ao mesmo tempo, nos convoca a um chamado ético: “não matarás”. Assim, o autor coloca a importância de não se reduzir o outro a coisa: se não se pode conhecê-lo, essa seria uma atitude possível e ética.

Assim, acredita-se que os mecanismos inventivos e criativos instaurados neste grupo ensinam a produção de lugares de reconhecimento, pois configuram no cotidiano dos participantes e dos outros que atravessam o nosso grupo maior capacidade de entrar em relação com o outro, sem reduzi-lo a um “nome”. É nesse interjogo com esses outros que se produzem políticas de reconhecimento das diferenças, da alteridade das crianças e adolescentes acompanhadas.

O manejo com os profissionais e frequentadores desses espaços sociais pelos quais nos propusemos a habitar e transitar neste primeiro ano possibilitou a produção de alguns questionamentos sobre esses “estranhos” que acompanhamos, e gestos de reconhecimentos das pessoas que trabalham e usam esses espaços, através de um acompanhamento e manejos éticos que fizeram desestabilizar certezas sobre as determinações causadas pelos estigmas e preconceitos.

Há algo de inesperado no encontro com o outro que está “fora da língua”, uma espécie de “presença inaproximável que impede que nos fechemos em uma identidade substancial” (AGAMBEN, 2007, p. 17), que nos impele em ir em busca da infância, ou seja, de nossa capacidade de:

viver na intimidade de um ser estranho não para fazê-lo conhecido e sim para estar ao lado dele sem medo de ficar entre o dizível e o indizível; equivale a perseguir sinais e frestas de contingência, de “absoluta contingência”, ou seja, de subjetividade, de liberdade humana, de cesuras entre um poder-ser e um poder-não-ser (ASSMANN in AGAMBEN, 2007, p. 7).

Estar ao lado, não para determinar as condutas das crianças, mas para acompanhá-las. São encontros que produzem impulsos para a formação de outros mundos. Colapsos de mundos que fazem surgir outro mundo. Um mundo ocorrendo ao encontro de outro por desejo e necessidade, de “conflagração cósmica e da desintegração no fogo puro” (NIETZSCHE, 1974, p.43), saciando-se apenas na consumação de si próprio pelo fogo, o encontro, fazendo surgir, então, outro impulso de formação de mundo – efundindo-se nas formas da multiplicidade. Assim, o desejo aí só se sacia no encontro e dessa saciedade surge a *hybris*, todo o vir a ser produzido por esse choque entre mundos: operações, movimentos criativos e inventivos. Por isso, é o próprio encontro que convoca a necessidade de criar operações éticas, políticas e estéticas, uma feitura inventiva que se dá ao efundir-se o encontro. É preciso responder ao encontro, como diria Nietzsche, de modo suficientemente artístico. Isso não quer dizer produzir obras de arte, mas criar, a cada vez, novas possibilidades de vida.

Mas sabe-se que esse modo de intervir toma uma configuração precária, arriscada, pois está constantemente ameaçado pela reterritorialização dos poderes normativos que ameaçam enfraquecê-lo. Trata-se de um *estado de jogo* que se faz a partir da necessidade de criar a cada encontro. Movimentos de jogo similares àqueles que Nietzsche se referiu acerca dos jogos das crianças e dos artistas:

Um vir-a-ser e perecer, um construir e destruir, sem nenhuma prestação de contas de ordem moral, só tem neste mundo o jogo do artista e da criança. E assim como joga a criança e o artista, joga o fogo eternamente vivo, constrói em inocência — e esse jogo joga o Aion consigo mesmo. Transformando-se em água e terra, faz, como uma criança, montes de areia a borda do mar, faz e dismantela; de tempo em tempo, começa o jogo de novo. Um instante de saciedade: depois a necessidade o assalta de novo, como a necessidade força o artista a criar. Não é o animo criminoso, mas o impulso lúdico, que, sempre despertando de novo, chama a vida outros mundos. Às vezes a criança atira fora seu brinquedo: mas logo recomeça, em humor inocente. Mas tão logo constrói, ela o liga, ajusta e modela, regularmente e segundo ordenações internas (NIETZSCHE, 1974, p.44-45).

É verdade que tanto na clínica como na arte habita-se a tensão de um combate trágico – entre a vida e a morte. Nietzsche (1974) lembrará uma bonita imagem da filosofia trágica, que para o vir-a-ser é necessário tanto a vida como a morte, o nascer como o perecer, que participem do mesmo processo. “Ao vir-a-ser é necessário tanto o ser quanto o não ser; se

eles agem conjuntamente, então resulta um vir-a-ser" (idem, p.47). E o que ligará esses contraditórios é o desejo, representado por Afrodite, "o desejo une os elementos que conflituam e se odeiam: o resultado é um vir-a-ser. Quando o desejo está satisfeito, o ódio e o conflito interno impulsionam novamente o ser e o não-ser à separação - e então o homem fala: "*a coisa perece*" (idem, p.47).

Por isso, é justamente no precário e no instável que se localiza a potência desse acompanhamento, pois é por esse constante fazer e desfazer que é possível vir o fluxo sempre renovado do vir a ser. No caso da clínica, isto se faz como um trabalho afetivo que exige constante atenção para tentar, nas relações e nos contatos humanos, produzir pequenos acontecimentos "que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos" (DELEUZE, 2008b, p.218).

Fernando Ortega, artista mexicano, produziu uma série de fotografias de uma balsa que fazia a travessia de pessoas de uma margem a outra de um rio e pediu ao músico Brian Eno para compor uma trilha sonora para essa curta viagem.



Uma das fotografias⁸ de uma série do artista Fernando Ortega, *Music For a Small Boat Crossing a Medium Size River*, 2012, exposta na 30ª Bienal de Artes de São Paulo – *Iminências das Poéticas*.

⁸ Fotografia de Fernando Ortega (2011-2012) disponível no site: http://www.samartprojects.org/oeuvre/46294/Music_For_a_Small_Boat_Crossing_a_Medium_Size_River_Fernando_Ortega/

Brian Eno (2012) relatou em texto exposto ao lado dessa série de fotografias como foi a experiência dessa composição:

Talvez meu interesse em transporte – estar em trânsito – vem do fato de que a arte por ela mesma (quando ela funciona) é um meio de transporte: um meio de locomoção de um estado mental a outro. Quando nós viajamos, quando nos permitimos sermos levados a outro lugar, nós podemos entrar em um estado da mente não tão diferente ao estado de entrega que caracteriza a arte, o amor e a religião. Eu me lembro de falar sobre isso com uma comissária de bordo uma vez. Ele me disse que quanto mais controle as pessoas estavam acostumadas a exercer durante o seu dia-a-dia menos elas eram capazes de relaxar na decolagem: “Os mais nervosos estão na classe executiva” era como ela dizia. Ser transportado (e apreciar isso) requer que você pare, mesmo que temporariamente, tentar controlar todo o universo e se permitir ser carregado por ele durante a viagem. Isso exige um estado da mente que eu aprecio bastante: receptivo, aberto, atento, pronto para ser surpreendido. É isso que eu espero que essa música possa sugerir e encorajar⁹.

Estar aberto, receptivo e atento são modos fundamentais para poder produzir deslocamentos, mas ainda mais que isso, para que se possa jogar o jogo artístico. Isto é o estado de arte sem arte que propunha Lygia Clark: saber jogar com as “*regras facultativas*” conforme as intensidades e qualidades do momento, descobrir os pontos duros que impedem a vida de passar e investir as forças inventivas e criativas dos próprios encontros para desfazê-los, é isso que pode produzir “existências como obra de arte, regras éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida” (DELEUZE, 2008b, p. 124).

Nesses limites entre a clínica e a arte, nessa fronteira, instaura-se um combate ético-estético em que ocorrem hibridizações. Joga-se, cria-se e inventa-se para a expansão da vida. Atinge-se um estado de jogo, um estado de arte sem arte, que produz não obras, mas *hybris*, o vir a ser que dá passagem para a vida fluir, propagar-se.

⁹ Texto originalmente em inglês, tradução própria; exposto na 30ª. Bienal de Artes de São Paulo e disponível em: <https://twitter.com/asip/status/244844390877655042>

II - NOS ENTRE ESPAÇOS: inventar percursos

Se perguntarem das artes do mundo?
Das artes do mundo escolho a de ver cometas
despenharem-se
nas grandes massas de água: depois, as brasas pelos
recantos,
charcos entre elas.
Quero na escuridão revolvida pelas luzes
ganhar baptismo, officio.
Queimado nas orlas de fogo das poças.
O meu nome é esse.
E os dias atravessam as noites até aos outros dias, as
noites
caem dentro dos dias e eu estudo
Astros desmoronados, mananciais, o segredo.
(Herberto Helder, 1994, p. 524)



Obra de Cerith Wyn Evans, Aqui tudo parece que ainda é construção e já é ruína, a partir da música Fora da Ordem de Caetano Veloso, (fotografia), 2004.

Um cotidiano de urgências, emergências e gritos agudos que ecoam e dificultam a pausa, o distanciamento necessário para que o pensamento se alargue na escrita. As intensidades de um serviço de saúde público, de uma política urbana muitas vezes asséptica, muitas fragilidades e precariedades levam o pesquisador à tentativa de buscar caminhos possíveis para realizar o trabalho de dar suporte às vidas das pessoas em situação de sofrimento e vulnerabilidade. Organizar o pensamento, ativar a sensibilidade, pesquisar e conhecer à medida que se inventa e intervém são táticas fulcrais para fortalecer o trabalho.

No centro de São Paulo expressam-se os conflitos de toda ordem que emergem numa metrópole capitalista em meio a construções cravadas em ruas nas quais milhares de pessoas e veículos disputam e produzem este espaço: configura-se uma espécie de labirinto multicursivo formado por outros pequenos labirintos. Casas, prédios, flats, hotéis, pensões, cortiços, favelas, mocós¹⁰, biqueiras, ocupações, albergues, viadutos, túneis, praças, cracolândias¹¹, tubulação de esgoto – todos possíveis lugares de habitação – que enredam essas pessoas a esta rede de habitantes do centro desta capital, os quais alguns se servem dos serviços do CAPS i Sé, cada qual com uma intimidade, com vulnerabilidades, vivendo o cotidiano.

O cotidiano, segundo o pensamento de Blanchot (2007), é aquilo que é mais difícil de descobrir, aquilo que escapa e se dissipa. E talvez este caráter fugidio do cotidiano determinado pela sua banalidade é o que faz dele algo importante: uma duração em que a espontaneidade se apresenta misturada às estases e aos fluxos de vida, às repetições e suas pequenas variações.

O cotidiano escapa. Porque ele escapa? É que ele não tem sujeito. Quando vivo o cotidiano, é o homem qualquer que o vive, e propriamente falando, o homem qualquer não sou eu nem é o outro, ele não é nem um, nem outro, e é ambos em sua presença intercambiável, sua reciprocidade anulada, sem que, por isso, haja aqui um “Eu” e um “alter-ego” podendo dar lugar a um *reconhecimento dialético* (BLANCHOT, 2007, p. 244).

Em sua irrepresentabilidade, o cotidiano dissolve estruturas e desfaz formas, não tem começo nem fim. Mas como fazer para que esta duração não arraste toda e qualquer

¹⁰ Gíria dos meninos em situação de rua para se referirem aos pequenos barracos construídos por eles próximo às vias públicas, que não estão atrelados às favelas.

¹¹ Regiões públicas onde há uma reunião de pessoas que fazem uso de “crack”- substância psicoativa derivada da “merla”, mesma base da produção da cocaína. Além do uso da droga, existem outras atividades para a manutenção da vida que ocorrem nesses lugares. As cracolândias são nômades, variam de espaço, conforme a ação das políticas públicas de segurança, de habitação, da polícia etc.

experiência que se aglutina para o total esquecimento? Como falar das paisagens heterogêneas e movediças, porém provisoriamente compartilhadas, habitadas e encarnadas? Talvez para começar a narrar algum cotidiano seja necessário não destacar os sujeitos individualmente, mas pinçar suas sociabilidades, este viver coletivo desordenado, narrar a comunhão dos seres e das coisas no sentido que Manoel de Barros trata nesta poesia:

Cresci brincando no chão, entre formigas. De uma infância livre e sem comparamentos. Eu tinha mais comunhão com as coisas do que comparação. Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes criancieiras a visão comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor. Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. Era o menino e os bichinhos. Era o menino e o sol. O menino e o rio. Era o menino e as árvores. (BARROS, 2008, Manoel por Manoel)¹²

Manoel de Barros se refere ao cotidiano dessa criança como comunhão com a natureza. Não interessa pensar quais são os limites entre a criança e a natureza, onde uma começa e termina, mas o que acontece entre a criança e o sol, entre o menino e os bichinhos. A série de “E”s marca os “entres”, as relações, os territórios que se abrem nesses “entres”. “E” que a cada vez marca outro limiar, outra fronteira, conectando seres, lugares, imagens, sons a cada vez tencionando forças e linhas para que se dobrem e expressem modos de existir. O que interessa aqui é verificar o que se passa nessas fronteiras, se há linhas de fuga que esboçam destabilizações às reduções do ser (DELEUZE, 2008c).

Entre o menino e a rua. Entre o menino e a mulher. Entre a menina e o vídeo. Não se trata mais de comparar corpos a outros corpos, nem definir “quems”, não se trata de julgar quais são os limites dos “eus”, mas verificar o que se passa *entre*. Ao voltar a atenção na percepção do que se passa entre, atenta-se para o caráter transitório em que *tudo parece construção e já é ruína*. O que se passa entre só faz sentido na duração de sua passagem, do encontro. Estar atento a estas paisagens passageiras é o trabalho do cartógrafo, como método de continuar a viver no inferno, resistindo para não tornar-se apenas escravo produtor do próprio inferno. Em *Cidades Invisíveis* encontra-se uma pista:

¹² Este livro de Manoel de Barros é composto por páginas soltas em uma caixa e sem numeração.

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exigem atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (CALVINO, 2011, p. 150)

Como canta Caetano Veloso (1991) na música Fora da Ordem¹³:

Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína
Tudo é menino, menina
No olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto
Ganindo prá lua
Nada continua...

E o cano da pistola
Que as crianças mordem
Reflete todas as cores
Da paisagem da cidade
Que é muito mais bonita
E muito mais intensa
Do que no cartão postal...

Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial... (...)

Eu não espero pelo dia
Em que todos
Os homens concordem
Apenas sei de diversas
Harmonias bonitas
Possíveis sem juízo final (idem, 1991)

Na aparente banalidade do cotidiano, composto por essa série de composições (e decomposições), é que se tecem os encontros com, entre as pessoas no CAPS i, crianças, jovens e adultos. Em sua irrepresentabilidade radical, o cotidiano dissolve estruturas e desfaz formas, oferece e dissipa comunhões passageiras, recusa valores, é o sem sujeito e sem acontecimento. Produz paisagens continuamente movediças e é nessas movências que se dão os encontros, o ser/estar com outros, a vida coletiva, a vida comum, compartilhada. Não se trata então de capturar apenas os sujeitos individuais viventes nesse cotidiano, mas suas sociabilidades. É preciso incluir também que é nessas atividades banais que são produzidos os

¹³Do álbum Circulandô, 1991.

terrenos formativos desse trabalho, o cotidiano em um serviço que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e sofrimento no centro da maior metrópole da América Latina.

É ali que se fecundam e que se escavam práticas e sentidos de conviver e existir. Há muitas ações que escapam à apreensão do pesquisador, justamente pela proximidade deste nesse cotidiano do serviço. Interessa pensar que o cotidiano oferece esta “existência em sua espontaneidade mesma e tal como esta se vive, no momento em que, vivida, subtrai-se a todo enformar-se especulativo, talvez toda a coerência e toda regularidade” (BLANCHOT, 2007, 237);

Mas como registrar essas minúcias e banalidades desses cotidianos? Para os diferentes participantes, os aspectos de seus dia a dias ressoam no nosso espaço grupal: das escolas, trabalhos, relações com outros – são trazidos para o encontro, são ditos, delirados, contornados, estilizam-se. Assim, surge a necessidade de um registro coletivo e de escutar o que têm a dizer alguns desses meninos sobre os cotidianos, os encontros e os acontecimentos. De todo o banal, o que pode marcar essas vidas e esses encontros? De todos os afetos, o que circula por ali? Dos acontecimentos, o que pode ser registrado? O que não pode? O que está sendo encarnado por esses meninos e meninas nesses cotidianos?

Assim é o confuso cotidiano. Ele parece ocupar toda a vida, é sem limite e fere de realidade qualquer outra vida. Mas eis que sobreveem uma brusca claridade. “Algo se acende, surge como clarão sobre os caminhos da banalidade... é o acaso, o grande instante, o milagre”. E o milagre “penetra de modo imprevisível a vida... sem relação com o resto, transformando o conjunto numa conta clara e simples”¹⁴. Por seu brilho, ele separa os momentos indistintos da vida diária, suspende as nuances, interrompe as incertezas e revela-nos a verdade trágica, essa verdade absoluta e absolutamente dividida, cujas duas partes solicitam-nos contraditoriamente sem descanso, cada uma exigindo tudo de nós a todo instante (BLANCHOT, 2007, p. 240)

Blanchot (2007), lembrando Lefebvre, diz que a rua “tem esse caráter paradoxal de ter mais importância do que os locais que ela conecta mais realidade viva do que as coisas que ela reflete. A rua torna público” (idem, p. 242). A rua como campo de encontro e dispersão, onde se processam reuniões esporádicas, composições passageiras de estranhos expostos a

¹⁴¹⁴ LUKÁCS *apud* BLANCHOT, 2007, p. 240.

adversidades, mas, ao mesmo tempo, camuflados pelo anonimato. Talvez a rua possa ser um espaço potencial onde seja possível recuperar algo inesperado, algo impensado, que surpreenda, um pouco de absurdo, de *non-sense*, de estranho, que revitalize outros espaços da vida. Uma reunião de estranhos expostos ao público, às adversidades, mas simultaneamente camuflados pelo anonimato, invisíveis.

As pulsões econômicas da cidade de São Paulo produzem repetidas vezes políticas que são nomeadas como, por exemplo, “revitalização do centro”, a política mais recente da Nova Luz, revogada recentemente. De qualquer maneira, transformaram a paisagem social do centro de São Paulo. As questões que se colocam: como se quer revitalizar? E revitalizar para quem?

No Projeto Nova Luz, ficava claro que os pressupostos eram a eliminação de antigas construções para liberar espaço para novas edificações, sem qualquer preocupação com o que já existia. Fica claro que tal política tinha o objetivo de transformar o centro de São Paulo em um local limpo, vigiado e controlado, banindo quaisquer daqueles identificados como indesejados: os comerciantes informais, a população em situação de rua, os catadores de recicláveis e os movimentos por moradia – atrair cada vez mais investimentos da iniciativa privada, principalmente o setor imobiliário, favorecendo os setores mais ricos da sociedade, ao que se dá o nome de “processo de gentrificação”¹⁵.

Nas práticas de retirada dos indesejados, foram acionadas a polícia militar, os guardas civis metropolitanos e serviços da saúde e sociais, justificando todas as ações como medidas de segurança pública¹⁶. Em 2010, uma delas atingia principalmente a região da Luz, justamente onde o governo do Estado localizava a necessidade de “revitalizar” com o projeto Nova Luz. Não por coincidência onde também o mesmo Estado pressionava para que os pequenos proprietários vendessem seus patrimônios a serem demolidos para as novas construções. No entanto, mesmo com as intervenções da polícia e de outros equipamentos sociais com objetivo de acabar com a “cracolândia”, percebeu-se, ao contrário, o espalhamento da mesma pela região central em outras mini-cracolândias: espalhando-se pela Mooca, Glicério, 23 de março, Praça da Sé. Talvez não seja coincidente também que, na mesma época em que a região da Luz era conhecida como “Cracolândia”, também habitou ali

¹⁵ Conjunto de transformações do espaço urbano em que se busca um “enobrecimento” de áreas ocupadas por classes econômicas mais desfavorecidas, com a consequente expulsão, resultando na valorização imobiliária desses espaços.

¹⁶ Informações retiradas do livro do Coletivo Políticas do Impossível, 2008. Conferir referências de documentos eletrônicos.

um bando de ciganos que logo se deslocou para outro lugar depois que as pessoas que faziam uso de crack foram espalhadas pela ação repressiva do Estado.

Por mais que essa porção de “indesejáveis” sejam vigiados, esquadrinhados tanto pela polícia, como pelos serviços de diagnóstico sociais, há sempre alguns que, em forma de grupúsculos, escapam e se estabelecem em outro ponto deste mesmo centro, resistindo às forças centrífugas que os mandam para periferia da cidade.

A cidade revela de súbito a ineficiência do esquadrinhamento, da classificação das populações nômades, pois ela continua abrindo fendas de escape nos mecanismos de controle dominantes de seus espaços. É sempre uma cidade menor introduzindo-se numa cidade maior, políticas menores compondo-se na paisagem social junto com essas políticas macro. Os movimentos nômades insistem em acontecer, em escapar da estrialização.

É claro que um serviço público de saúde mental no centro desta cidade é afetado por todas estas políticas diretamente. Habita-se o olho de um furacão ao trabalhar num serviço público de saúde no centro de uma megalópole como São Paulo. As políticas públicas, o controle do Estado, as reivindicações populares, tudo isso ferve nesse centro. Talvez mais do que um furacão, a melhor imagem seria um turbilhão, já que tudo isso produz ondas muito mais relacionadas às dinâmicas dos fluídos que aos vetores de interferência atmosféricos: são ondas que produzem interferências e efeitos nos acompanhamentos com as crianças e adolescentes que chegam ao CAPS i.

Por exemplo, é perceptível que, apesar de um corpo “estourado” devido ao consumo de crack, alguns desses indivíduos possuem uma constituição muscular que permite certa agilidade e força, nitidamente produzidas pela resistência desses corpos às políticas de eliminação e expulsão do Estado. Muitos deles, contudo, experimentam essas mesmas violências na família. Corpos constantemente invadidos pela realidade de uma cidade, por isso, corpos violentados, sem tempo para fazer alguma pele, alguma história, ou qualquer camada que envolva todas essas experiências em um invólucro de sentido para poder produzir sentido para tanta invasão de mundos.

Ao mesmo tempo em que esses bandos de meninos escapam, eles reivindicam uma “tradução” de suas operações desviantes para a cultura dominante. Mesmo vivendo a expulsão e falência de todas as instituições modernas no próprio corpo – família, escola, hospital, prisão –, esses meninos ainda reivindicam para si seu alisamento e captura nessas políticas

molares. É isso que muitas vezes narram alguns meninos que estão há muito tempo nas ruas: alguns têm esperança de serem adotados por uma família ainda bastante idealizada, de possuírem seus objetos de marca da propaganda na televisão, como efeito do que é geralmente produzido como “inclusão” nas sociedades do capitalismo avançado. Todo o alarme produzido pelas propagandas e notícias nas mídias sociais a respeito do crack, que mostram inclusive as práticas abusivas e violentas da polícia com essa população, justificadas pelo aparelho Estatal como “medida de segurança pública”, configurando um “estado de exceção” com “o objetivo de controlar uma epidemia do crack que dissemina a violência e a destruição”. É claro que isto afeta a muitos dos profissionais e usuários do serviço, mesmo aqueles que não estão em situação de rua, que trazem a marca desse estado epidêmico de emergência. É evidente que isso produz efeitos na convivência com, entre as crianças e adolescentes que são problematizadas a cada vez que emergem.

Deste modo, fica clara a necessidade de uma clínica que seja não pensada apenas a partir das histórias individuais. Invoca-se uma clínica que leve em consideração as afecções, o que acontece com todo os que participam deste estado problemático que é viver nessa cidade. Deste modo, todos os problemas podem tornar-se a própria matéria de uma experimentação conjunta. Ao trabalhar nessa zona atravessada por tantas políticas molares, “no olho do furacão”, pretende-se a produção de uma clínica que leve em consideração e opere com os fluxos, os devires e a heterogeneidade: mergulhar a cada vez no caudaloso turbilhão do acontecimento e deixar-se deslizar nas forças que o produzem, apostar na vida mesmo sem quaisquer garantias. É isto, senão, um salto no abismo de alguém que pula porque desistiu de morrer e aposta nas forças vitais que o arrastam e impõem um deslocamento, um prosseguir que seja na forma de salto, movimentos que, entretanto, geram continuidade. É assim que um terapeuta-cartógrafo pode reativar forças de proliferação, estabelecer conexões entre os acontecimentos: mergulhando a cada vez e criando condições para respirar se conectando às outras figuras que encontra ali.

Da mesma forma que os geógrafos cartografam paisagens através de desenhos que acompanham as transformações das mesmas, pode-se também cartografar as paisagens psicossociais que estão em processo de formação. Nesse sentido, a cartografia pode acompanhar as formações, transformações e os desmanchamentos de certos territórios existenciais: “mundos que se criam para expressar os afetos contemporâneos, em relação aos quais os universos vigentes tornam-se obsoletos” (ROLNIK, 1989, p.15).

O corpo vibrátil é o recurso primeiro que dispõe o cartógrafo: as intensidades de um acontecimento, de um plano, de um encontro são captadas e, ao tomarem corpo, delineiam um território existencial que pode ser captado a olho nu (ROLNIK, 1989).

O “corpo vibrátil” é a potência que o corpo tem de vibrar a música do mundo, composição de afetos que toca à viva voz na subjetividade. A consistência subjetiva é feita dessa composição sensível, que se cria e recria impulsionada pelos pedaços de mundo que nos afetam. O corpo vibrátil, portanto, é aquilo que em nós é ao mesmo tempo dentro e fora: o dentro nada mais sendo do que uma filtragem seletiva do fora operada pelo desejo, produzindo uma composição fugaz (ROLNIK, 1989, p.72).

Os diagramas ou mapas são constituídos por linhas diversas que funcionam ao mesmo tempo, mas não são linhas comuns. Estas linhas se diferenciam entre si, há linhas que contornam e outras que não, algumas são representativas, outras são abstratas, há aquelas dimensionais e outras direcionais.

Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama. O que há de interessante, mesmo numa pessoa, são as linhas que a compõe, ou que ela compõe, que ela toma emprestado ou que ela cria (DELEUZE, 2008b, p.47).

As intensidades imanentes ao acontecimento só apresentam sua forma e substância quando se efetuam nos corpos vibráteis – antes da efetuação não apresentam substância nem forma. As dinâmicas das ondas e vibrações dos afetos, os estados intensivos de afetar e ser afetado desses corpos, o conjunto de afetos que os preenche a cada momento, as suas relações cinéticas de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as paradas e precipitações são identificadas pelo corpo vibrátil do cartógrafo quando este ativa “o seu fator de a(fe)tivação” (ROLNIK, 1989, p. 35), permitindo-o “habitar o ilocalizável” (ibidem, p.36), tornando-o mais aguçado na captação do ambiente.

Cartografar é sempre compor como território existencial, engajando-se nele. Mas sabemos que o processo de composição de um território existencial requer um cultivo ou um processo construtivo. Tal processo coloca o cartógrafo numa posição de aprendiz, de um aprendiz-cartógrafo. Nesse processo de habitação de um território, o aprendiz cartógrafo se lança numa dedicação aberta e atenta (ALVAREZ; PASSOS in PASSOS et. al, 2009, p. 135-136).

A cartografia se dispõe para o pesquisador não apenas como método de captar e acompanhar os movimentos que acontecem neste grupo, mas também como uma forma de

acompanhar e intervir com essas crianças e adolescentes nos espaços públicos da cidade, pois permite chamar a atenção para as relações afetivas, de poder e sujeição e às possibilidades de transformações disparadas pelos acontecimentos e vivências no grupo.

A partir das afetações que atingem o corpo, o pesquisador tem uma espécie de *feeling* de cada situação que lhe indica como pode proceder nela. Assim, o pesquisador-cartógrafo segue a regra de prudência, de delicadeza para com a vida, ou seja, está sempre avaliando “o quanto as defesas que estão sendo usadas servem ou não para proteger a vida” (ROLNIK, 1989, p. 70) dos sujeitos com os quais se está lidando. Ele sabe que existe um limiar da perda de sentido que esses sujeitos suportam em seu desencantamento, de modo que, a partir desse limite, o que aparece nos relatos indicia o que pode “agir na pura destruição de si mesmo e/ou de outro” (ibidem, p.71).

Trata-se, assim, de acolher o acontecimento, pesquisá-lo, atravessando e percebendo as sensações, as percepções e os pensamentos disparados por ele e intervir como caminho para transformar essas realidades. São esses procedimentos que constituirão um percurso metodológico, em que a intervenção e o conhecimento se produzem concomitantemente. Acompanhar as paisagens que acontecem nesses territórios com os adolescentes como modo de descobrir como eles modos de agir e refletir a cada passagem (PASSOS et. al, 2009).

Daí a necessidade de traçar e conectar fios na tentativa de trazer à tona presenças, narrativas, mapas que mostrem o seu funcionamento com o objetivo de ampliar a superfície de contato com o “fora” – produzindo, assim, clínicas possíveis para enfrentar as situações de sofrimento vividas com estes atendidos. Trata-se de intervir *com*, não *por*, abrindo as possibilidades de acolhimento de diversos vetores de existência em vista de um devir “outro” – não um outro representável ou identificado, mas de um outro como um modo de ser dessubstancializado, híbrido e efêmero: “o devir é se desterritorializar em relação ao modelo” (MACHADO, 2010, p. 214).

Cabe àqueles que se batem e que se debatem encontrar, eles mesmos, o projeto, as táticas, os alvos de que necessitam (...). Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes, a que estão ligados os poderes - (...) onde eles se implantaram. Em outros termos, fazer um sumário topográfico e geológico da batalha (FOUCAULT, 2010, p. 151).

O principal compromisso do cartógrafo-pesquisador é com a vida. Deste modo, todo seu trabalho é permeado por uma ética, pois seus princípios são vitais e não morais.

A diferença é esta: a moral se apresenta como um conjunto de regras coercitivas de um tipo especial, que consiste em julgar ações e intenções referindo-as a valores transcendentais (é certo, é errado...); a ética é um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, o que dizemos, em função do modo de existência que isso implica (DELEUZE, 2008b, p. 125-126).

É o compromisso com a vida que mobiliza o esboço de inúmeros planos e desenhos com o objetivo de descobrir linhas que potencializam e afirmam outras formas de viver. A cartografia é um espaço de exercício ativo de estudo das formações das máquinas desejanças, de seu funcionamento, das linhas de subjetivação no campo social, ou seja, um lugar para exercício de tais estratégias.

um espaço de emergência de intensidades sem nome; espaço de incubação de novas sensibilidades e de novas línguas ao longo do tempo. A análise do desejo, desta perspectiva, diz respeito, em última instância, à escolha de como viver, à escolha dos critérios com os quais o social se inventa, o real social. Em outras palavras, ela diz respeito à escolha de novos mundos, sociedades novas. A prática do cartógrafo é, aqui, imediatamente política (ROLNIK, 1989, p.72).

Ao realizar operações para sustentar a vida dessas pessoas nos percursos nas ruas e nos lugares, para torná-los “mais protegidos contra o perigo de contaminar-se do desvalor de tudo” (ROLNIK, 2000, p. 3) são perceptíveis as intensidades que pedem passagem, a variedade de aberturas e de acolhimentos destas experiências que podem permitir a proliferação de territórios férteis de outras possibilidades de vida, ou mesmo a desterritorialização de territórios existenciais desertificados, de sofrimento. Ao acompanhar a composição e decomposição dos territórios existenciais, os terapeutas percebem os funcionamentos, manobras e táticas acionadas para inventar outros modos de existência, outras paisagens.

Delimitar os regimes discursivos, delimitar as singularidades enunciativas é um modo de perceber quais são as forças e os movimentos que reificam as situações de sujeição e submissão que reiteram as condições de vulnerabilidade dessas vidas. Pensar e criticar o instituído e pensar as possibilidades de transformação pela análise das formas, dos territórios e matérias de expressão permite ativar os seus limites e fronteiras, problematizá-los,

estabelecer seu plano de alteridade. Visando a desarticular as formas instituídas, é possível localizar e mesmo desfazer certas paralisias institucionais. Constitui-se, assim, um caminho possível para se produzir transformações nesta situação, politicamente, uma ferramenta facilitadora para desencadear percursos em favor da análise e da apropriação das experiências e processos de subjetivação. Esta é uma estratégia metodológica em que o ato de pesquisar aproxima-se do ato de conversar, de estabelecer o diálogo entre os diversos campos do saber, configurando um dispositivo de subjetivação e de produção de conhecimento, que permite traçar cartografias adequadas à complexidade das situações de vida dos participantes desses ambientes feitos de carências.

Acontecimentos e encontros desencadeiam uma série de agenciamentos que formam uma “cristalização existencial”, uma configuração mais ou menos estável de uma série de linhas, formas de expressão, afetos que constituem um plano de funcionamento, um mapa, que serão nomeadas como experimentações nesta pesquisa. São estas experimentações que serão relatados. Os registros com os participantes tiveram inicialmente o objetivo de criar narrativas, com intenção de mapear e produzir sentidos para cada experimento. Quais são as marcas desses encontros?

Com o intuito de montar uma espécie de topologia clínica das estratégias e dispositivos que foram viabilizadas com o propósito de produzir cuidado e atenção a crianças e adolescentes em situação de sofrimento psíquico intenso, foram escolhidas algumas cenas que explicitam um funcionamento experimental. Nomeadas de experimentações, são narrativas de operações clínicas, afetivas e éticas realizadas no acompanhamento dessas pessoas.

Para tanto, ao cartografar os movimentos intersubjetivos das instituições, dos profissionais da rede de saúde, de cultura e de educação que atendem crianças e adolescentes (nesse caso, especificamente os participantes do *Conhecências do Centro*), explicitam-se neste estudo os *pontos duros* que impedem ou dificultam o trabalho, pois reiteram práticas de *vulnerabilização* da vida, além de estratégias e manejos que colaboram para o fortalecimento ou alargamento das possibilidades de viver desses participantes.

Mas é preciso assinalar que, assim como o corpo humano compõe-se de muitas outras espécies de diferentes naturezas de intensidades e cada uma dessas espécies também são compostas por outras tantas diversas partículas, quando um corpo encontra outro corpo ou

outra ideia, estes mesmos podem se juntar, compondo-se para formar um todo mais potente e isto produz alegria; da mesma maneira, o encontro pode instaurar uma decomposição ou a destruição de partes dos corpos ou das ideias, o que produz tristeza (SPINOZA, 2011).

As intensidades e afetos vividos, emergentes nos percursos instaurados, conquistam o espaço dos corpos dos participantes, os invisíveis preenchendo os corpos, pulsando nos corpos, transformando-se em corpos. São perceptíveis a olho nu as modulações de pulso e tônus do corpo – que expressam a vitalidade de algumas dessas experiências, que mobilizam esses participantes a registrar afetivamente o diário de campo e a falarem sobre o vivido. No grupo, registramos algumas dessas conversas no diário.

Os momentos de conversas¹⁷ são compreendidos como um dispositivo para fazer com que seja possível a invenção e escuta das narrativas singulares dos participantes. Maneja-se de modo a contribuir para que os fatos sejam lembrados, significados, pensados e, às vezes, reinventados na construção de uma narrativa do vivido. Nestes, eles assumem o lugar de autor por o quê lhes acontece. Logo surgem conexões entre acontecimentos, a memória e os encontros, que produzem outros sentidos no universo de referência de modos de existência dessas pessoas, como se fossem decalques - figuras de um devir.

É possível dar corpo aos acontecimentos e encontros e aos processos continuamente móveis que se pretendem explicitar? Como narrar o instável? Os pontos delicados? Como produzir narrativa daquilo que foi testemunhado? Assim, pretendeu-se aqui construir narrativas fragmentadas de experiências efêmeras com o auxílio de um diário de campo do pesquisador e outro dos participantes. Linhas, palavras, frases, desenhos e fotografias são marcas de processos clínicos e dos encontros desses participantes com instituições inscritas na interface da cultura, da educação e da saúde que, ao todo, formam planos, mapeamentos, que requerem do pesquisador um modo sensível de captá-los, além de uma linguagem apenas verbal, o que está fora da linguagem. Quem trabalha com os desdobramentos da loucura, com os seus desmoronamentos, sabe que há muito que não se pode dizer com palavras.

Entretanto, é através da linguagem que se abre passagem para os afetos e intensidades, localizando-as e caracterizando-as. Mergulhado no seu campo de atividades, o terapeuta é

¹⁷ Foram realizadas algumas entrevistas com os participantes do grupo. A leitura dessas entrevistas e as anotações ajudarão a elucidar os pontos mais relevantes dos relatos sobre as vivências e processos suscitados a partir dos encontros grupais, que muitas vezes apresentam experiências singulares a cada participante e em outros momentos apresentavam pontos de convergência, relatos que se tocam, afetos comuns entre todos eles.

capaz de beber das linguagens e elementos que encontra para enveredar-se na artesanaria das cartografias. De tal modo, é imprescindível que ele participe da constituição dos territórios existenciais, das construções das realidades e que, assim, nessa aproximação com os territórios, possa buscar possibilidades de transformação dos elementos do ambiente de pesquisa.

Considera-se que as narrações dos acontecimentos fazem emergir sujeitos-autores, os sujeitos da linguagem e da ação ética e política, que remetem à noção de *ipseidade*, como diz Ricouer (GAGNEBIN, 2009).

Esta ancoragem da identidade-ipseidade na história, em particular na narração, explica por que, segundo Ricoeur, as obras literárias representam um tipo sismográfico privilegiado da crise de identidade (entendida como mesmidade) e do recurso à identidade como ipseidade, que ainda permite a um “eu” tomar a palavra, mesmo quando o “sujeito diz que não é nada”, isto é, quando é “um si desprovido de socorro da identidade idem [mesmidade] (...) Mesmo na vida corrente, quando contamos a nossa história, seja a nós mesmos seja aos outros, nosso relato desenrola-se entre um início e um fim que não nos pertencem, pois a história da nossa concepção, do nosso nascimento e da nossa morte depende de ações e narrações de outros que não nós mesmos; não há, portanto, nem começo, nem fim absolutos possíveis nesta narração que nós fazemos de nós mesmos” (idem, p. 84).

A análise das narrativas explicita o funcionamento do dispositivo ativado, os processos relacionais, de aprendizagem, afetivos e criativos, os possíveis abalos sismográficos de “si” dos participantes. Ela permite vislumbrar as relações labirínticas e funções privilegiadas estabelecidas nas experimentações produzidas no transcurso grupal.

As Entrevistas

Neste trabalho, foram realizadas entrevistas pela pesquisadora em espaço fora do CAPSi da Sé, como proposto pela coordenação do serviço e do Comitê de Ética da Secretaria de Saúde Municipal da Prefeitura de São Paulo. Além das entrevistas, foi usada a metodologia de coleta de dados aprovada pelos Comitês de Ética da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde, que aprovaram a metodologia da Cartografia, bem como diário de campo do

pesquisador e do grupo, respeitando, é claro, todas as questões éticas de anonimato e preservação dos direitos dos participantes do grupo.

A coleta de dados exigiu do pesquisador um exercício constante de autoanálise, de crítica durante o procedimento da entrevista e na análise dos dados, ou seja, exigiu atitude de distanciamento para que se pudesse manter o estranhamento sobre aquilo que poderia ameaçar parecer “familiar” (PELBART, 2009).

Optou-se pela técnica da entrevista semi-estruturada, que possibilita aos pesquisados discorrerem sobre suas experiências no grupo com alguma espontaneidade, para assim abrir possibilidades de diálogo, mantendo o foco da pesquisa e, ao mesmo tempo, flexibilidade na investigação. Foi construído um roteiro para a entrevista com questões disparadoras, focadas no funcionamento do grupo *Conhecências do Centro*.

Foram realizadas entrevistas com quatro participantes do grupo *Conhecências do Centro*. Os quatro entrevistados chegaram a participar do grupo por mais de dois anos. Na época da coleta de dados, um dos entrevistados já não participava mais do grupo, pois recebia alta do serviço. Só se realizaram as entrevistas com aqueles que, ao serem abordados, demonstraram interesse e conseguiram questionar e problematizar as suas questões junto com a pesquisadora. Por exemplo, uma das pessoas pesquisadas logo perguntou: “Mas o que eu disser na entrevista você também colocará no prontuário do serviço?”. Para esclarecer a situação, tanto para a pesquisadora, como para os entrevistados, sobre as implicações éticas, ficou decidido que essas atividades seriam apenas levadas em conta para a pesquisa.

Foram marcadas as entrevistas, porém, o fato de a pesquisadora trabalhar também como terapeuta ocupacional do serviço dificultou a abordagem com os responsáveis legais dos adolescentes. Alguns destes demonstraram mal estar sobre a situação, mesmo quando a pesquisadora esclareceu que se tratava de uma pesquisa de mestrado sobre o trabalho realizado no grupo. Ao se colocar a necessidade de realizar as entrevistas em suas residências, muitos recuaram, pareceram ficar preocupados com uma invasão de privacidade, mesmo dizendo que aceitariam. Como muitas famílias acompanhadas neste serviço também são acompanhadas por uma persecutoriedade paranóica, não apenas dos “delirantes” adolescentes, mas também por seus responsáveis, configurando um estado paranoico familiar, isso exigiu atenção redobrada da pesquisadora, pois, apesar de no contrato verbal os responsáveis e os adolescentes terem aceitado colaborar, percebendo um mal estar que sugeria confusão de

papéis, a pesquisadora preferiu não comprometer a vinculação dessas pessoas ao tratamento, que é prioritário.

Contudo, foram realizadas entrevistas com quatro participantes que, como os responsáveis, não demonstraram mal estar e nem constrangimento. Em todas essas atividades, foram respeitados os tempos e as necessidades dos entrevistados. As entrevistas foram transcritas e depois foi realizada uma análise das transcrições para perceber qual era o texto que emergia das conversas.

Em três das entrevistas, notou-se que, quando a conversa começava a tocar pontos de vulnerabilização das vidas em questão – por exemplo, ao perguntar-se sobre os motivos de frequentarem o CAPS –, eram adotadas estratégias variadas de distanciamento, talvez por se sentirem constrangidos para falar sobre o passado ou as problemáticas que os vulnerabilizavam. Por exemplo, dois deles começaram a falar mais sobre os outros participantes que sobre suas próprias experiências. Outro, no momento ainda inicial da entrevista, quando perguntado como chegou ao serviço e como se iniciou a sua participação no grupo, começou a se lembrar da sua situação inicial para chegar ao CAPS, quando estava na rua usando drogas, era muito bravo e quebrava tudo e disse começar a sentir raiva, pedindo em seguida para interromper a entrevista, o que foi respeitado.

Ao analisar tal material, começa-se a perceber que o ponto comum entre duas delas é que há um incômodo quanto à relação de poder que pode ser objeto de suspeita quanto à vinculação dos entrevistados ao serviço, evidenciando a condição de vulnerabilidade, passada ou ainda atual. Fica claro que, em sua maioria, inicialmente, nenhum deles chegou ao CAPS por uma condição de escolha própria. De qualquer maneira, o acolhimento neste serviço, em sua maioria, se dá por situações de sofrimento e crise que atingem a vidas dessas pessoas.

Então, mesmo que chegue a pedido deles, o serviço não deixa de ser uma relação problemática de dependência e cuidado. Foi o caso de um dos entrevistados que relatou, em entrevista, ter chegado ao serviço com um agente de saúde que fazia abordagem de rua e que, ao explicar que no CAPS havia tratamento para meninos e meninas que faziam uso de substâncias, veio para conhecer e acabou continuando a comparecer por três anos, faltando muito pouco. E o serviço, no caso deste menino, foi, por algum tempo, a única instituição a que ele conseguiu se vincular, já que os regramentos de abrigos, das escolas e até de ONGs específicas para atender crianças em situação de rua tendiam sempre a expulsá-lo por não conseguir cumprir as regras.

Assim, ao referir as vinculações desse menino ao serviço como uma potência do trabalho, ele logo rechaçou dizendo: “eu vou lá porque não tenho nada o que fazer!” (trecho da entrevista com participante), o que é contraditório aos movimentos de proximidade com o serviço pelo vínculo afetivo e pelo cuidado que o mesmo tem com os profissionais e outros usuários do serviço. Ele mesmo, outras vezes, disse que o serviço era seu ponto de encontro.

Falar da própria vulnerabilidade, era também, para ele, sentir-se mais vulnerável.

Quando ele demarca o cuidado ofertado no serviço como prescindível, talvez se evidencie uma necessidade deste menino de demarcar distanciamento e independência do serviço.

Por isso, quando perguntados nas entrevistas quais eram as funções do CAPS infantil na vida deles e do grupo, mesmo que tenham vindo por escolha própria, diziam que ir até o CAPSi e permanecer, para muitos, implicava o reconhecimento de sua vulnerabilidade e sofrimento. Nesses casos, lembraram-se de condições de vida em que durante a infância não podiam fazer escolhas: situações de abandono, de perdas de familiares precoces, de abuso e violência doméstica, de pobreza e miséria. Por isso, falar sobre a função do CAPS tornava-se difícil.

Os Diários de Campo

Há muitas dificuldades para se fazer pesquisa enquanto também se exerce a função de terapeuta ocupacional da mesma instituição em questão.

A primeira de todas é a institucionalização que se produz com a terapeuta ocupacional também pesquisadora no serviço. Os movimentos institucionais que são operados e se inscrevem no território deste CAPS podem se restringir a fazer com que a terapeuta recorte apenas aquilo que parece “dar certo” ou afirmar uma “potência clínica”.

A postura adotada a todo o momento ao se estudar o próprio local de trabalho é de crítica e clínica, uma luta agonística consigo mesma, que faz a pesquisadora problematizar na pesquisa sobre o seu envolvimento clínico e afetivo e o que isso produz nesta análise.

Desde o início da pesquisa, relatou-se aos participantes do grupo e aos responsáveis legais dos adolescentes que a terapeuta estava estudando o que acontecia naquele grupo, o que se produzia ali. Como instrumento de trabalho e registro, haveria dois diários de campo, um da terapeuta-pesquisadora e outro do próprio grupo, ao qual todos os participantes teriam acesso. O diário de campo grupal inicial era um grande mapa em que marcavam os lugares percorridos e no qual eram escritos alguns relatos em papéis enumerados, mas este mapa desapareceu do serviço, devido às precariedades estruturais que dificultaram achar um local adequado para guardar. Depois, conseguiu-se um grande caderno em que os participantes faziam registros escritos e desenhos, além de disporem fotografias. Ficou claro que com o diário de campo houve um maior interesse dos participantes por espécies variadas de registro. Quem não sabia ler e escrever desenhava. Às vezes, propunha-se que cada um registrasse ao seu modo o que estava se passando ou o que se passara na andança daquele dia. E, depois, compartilhavam-se os registros. Alguns ditavam aos outros aquilo que queriam registrar.

Havia um menino que insistia em corrigir a ortografia, a obsessão que manifestava em querer tudo limpo e correto o incluía no grupo e fazia funcionar um interesse pela escrita em alguns. Esse menino com 15 anos dizia ter dificuldade de sair na rua, pois tinha “nojo da sujeira” e sempre se posicionava afastado de todos, não suportava o cheiro forte que dizia sentir de alguns meninos. Porém, quando começavam a escrever, aproximava-se ao seu modo e pontificava intitulado-se “o escriba do grupo”.

Uma vez, andando pelo centro, numa rua próxima ao Pátio do Colégio, outro menino insistiu em interromper a andança para registrar no diário de campo e pediu que o esperassem. Sentou-se no chão da rua mesmo com o diário e, apontando o Pátio do Colégio com o queixo, disse aos outros que dormia ali há tempos atrás, já havia muitas vezes ficado ali, mas nunca tinha parado para olhar e desenhar. Todo mundo ficou observando o seu desenho, esperando que ele representasse algo da paisagem daquela ladeira repleta de lojas, comerciantes, delegacia ou algo do Pátio do Colégio, já que o menino olhava a paisagem e riscava um traço, mas ele fez a imagem de um rosto com um sorriso.

E foi assim que, aos poucos, o diário de campo do grupo foi se constituindo. Às vezes, eles traziam textos feitos em outros espaços e pediam para colar.

III - MOVÊNCIAS E CINTILAÇÕES

Sobre o peso de meu amores
 Eu vejo a distância
 Eu vejo os atalhos
 Eu vejo os perigos
 Eu vejo os outros gritando
 Eu vejo um
 Eu vejo o outro
 Não sei qual amo mais
 Sob o peso dos meus amores.
 (LEONILSON, 2011)

os fios soltos do experimental são energias que
 brotam para um número aberto de possibilidades
 (...) há fios soltos num campo de possibilidades:
 porque não explorá-los
 (OITICICA, 1972)

Marcar no mapa do centro da cidade os pontos de habitação – casas, abrigos, calçadas, escolas, praças, serviços de saúde – e riscar os trajetos. Traços se entrecruzam, formam um emaranhado de caminhos e mostram outros trajetos ainda não realizados e outros espaços ainda não descobertos. Aparece a vontade de conhecer os lugares que são marcados no mapa. As opções são muitas, é preciso escolher, propõe-se a votação. Cada um dos participantes justificava o motivo da sua escolha e a sua motivação. Marca-se o ponto de encontro, o horário de saída e de chegada. Aos poucos, o mapa vai sendo preenchido com as particularidades das pessoas do grupo.

Acompanhar um grupo de adolescentes e crianças pelas ruas da cidade exige muita atenção. São muitos os estímulos no entorno. De um lado, o trânsito, os sons, a arquitetura, viadutos, buracos, placas, as pessoas, os animais, o comércio, os carros, os ônibus, os caminhões; de outro, as vozes, as vontades, os desejos, as necessidades, as velocidades, as experiências e histórias de vida diferentes.

Como acompanhar? Como configurar uma organização que não exponha os integrantes ao risco de se machucarem, mas na qual, ao mesmo tempo, haja o risco do encontro com outros, de serem afetados pelo que encontrarão?

Acompanhar tais grupos requer do acompanhante um exercício constante de definição de limites e fronteiras, o que não significa se enclausurar, fechar-se ou proibir o contato por meio de uma espécie de véu que os esconda, isolar sua pele através de um invólucro protetor contra os possíveis inimigos. Aboli-los do mundo com a vontade de protegê-los é o que ainda circula nos gestos de alguns, ato produzido pelo receio dos riscos da inadaptação e exclusão.

Os limites são definidos conforme a situação que se apresenta durante o acompanhamento. É esta característica de contato e improvisação que marca o movimento de acompanhar o grupo. Como na técnica de dança de Contato e Improvisação¹⁸, a observação do que se passa é contínua, atentando-se aos contatos entre os corpos e as paisagens móveis sempre movediças – captando as forças, calculando as tensões e as necessidades de intervenção. Essa experiência não configura formas fixas de acompanhar, como em um esquema coreográfico. Acompanhar implica produzir o gesto no momento em que a paisagem se define ou se esvai. É este um modo de trabalhar: inventar a cada vez co-presenças com o próprio corpo conforme as movências dos encontros, assim como as paisagens que se configuram e se desfiguram a todo o momento. Trata-se de conviver segundo as nuances dos comportamentos. A experimentação sustentada pelo grupo visa a constituir um território existencial comum aos participantes, que torna possível o surgimento de processos de aprendizagem e relacionais que desdobram o repertório subjetivo, fundamental para a continuidade da vida dessas pessoas.

As experiências de grupo ensejam a articulação de um “comum” partilhado, no qual as práticas deste coletivo estão conectadas a práticas políticas. Diz Rancière (2005):

uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um ‘comum’ partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funde numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determinam propriamente a maneira como um ‘comum’ se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. O cidadão, diz Aristóteles, é quem toma parte no fato de governar e ser governado (p.16).

Os dispositivos produzidos na interface entre artes, saúde e educação tornam possíveis a criação de lugares de troca e a invenção de possibilidades diversas de relações: modos de estar no mundo, modos de afirmar as singularidades e as diferenças das vidas. Isto pode ser

¹⁸ Técnica pós-moderna de dança que surgiu nos Estados Unidos em 1970, baseada na interação entre duas ou mais pessoas que se movem mantendo pontos de contato físico que variam conforme as dinâmicas de dar e receber apoio e que desencadeiam variadas possibilidades de diálogo físico entre os dançarinos (AGG, 2005).

aproximado da ideia de “fábrica do sensível” (RANCIÈRE, 2005), que possibilita “a constituição de um mundo sensível comum, uma habitação comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas” (ibidem, p. 63) onde podem se constituir atos ético-estéticos que configuraram experiências, que ensejam modos do sentir e induzem formas da subjetividade política diferentes dos hegemônicos (ibidem, p.11).

A configuração deste grupo foi norteada pelo desejo de construir um dispositivo de encontro e partilha. A partir desses deslocamentos de um serviço de saúde mental direcionado para a rua e para os espaços públicos de cultura, quais são os encontros possíveis? E o que é disparado por esses encontros? Quais interferências ocorrem na vida desses sujeitos?

A fantasia do “viver junto”, que Barthes denomina “idiorritmia”¹⁹, remete à comunidade em que as cadências particulares de cada indivíduo são respeitadas. É a tentativa de conciliar a vida coletiva e a liberdade de cada um, a solidão e a sociabilidade do grupo, as distâncias e proximidades a partir do uso do tempo. Um viver junto que se estabelece numa zona de heterogeneidade, mas que permite múltiplas modalidades de encontro que se engendram na fluidez aleatória dos tempos e dos episódios (BARTHES, 2003a).

Os processos relacionais disparados pelo funcionamento deste grupo não se findam em si mesmos, produzem outros desdobramentos. A inventividade se apresenta como força para achar modos, frestas, meios, estratégias ético-políticas para afirmar e ampliar possibilidades para a vida em sua multiplicidade: “criar as condições para reativar o lúdico, o afetivo e o poético nos gestos cotidianos e, conseqüentemente, nos territórios existenciais que se produzem através deles” (ROLNIK, 2000, p.5).

No plano mais molecular, o grupo *Conhecências do Centro* foi instituído como um lugar de troca entre os participantes, no qual se utilizam variadas linguagens de arte, como desenho, colagem, pintura, poesia, fotografia, vídeo, ora como ponto de partida dos encontros, ora para potencializar ou provocar possíveis relações entre os participantes nos ambientes em que circulam, como a rua e outros espaços socioculturais, ora para explorar acontecimentos e encontros, na tentativa de suscitar outras experiências dessas crianças e adolescentes no território em que habitam.

¹⁹ A palavra advém de *ídios* = próprio e *rhythmós* = “modelo de um elemento fluido (...), forma improvisada, modificável. (...) remete a todo o objeto implicando um movimento” (Barthes, 2003a, p. 15).

Há, simultaneamente, a preocupação e o cuidado de produzir uma rede de sustentação ética e corresponsável que fortaleça as vidas dessas crianças e adolescentes afirmando e acolhendo as diferenças singularizadas em cada um desses participantes.

Considera-se também mais uma proposição: nos manejos com os funcionários e outras pessoas que circulam nos espaços, podem-se produzir questionamentos e contaminações éticas que possam eventualmente desestabilizar certezas sobre as determinações que resultam dos estigmas que recobrem os participantes do grupo. São dois focos principais de intervenção: o primeiro, as crianças e adolescentes participantes do grupo *Conhecidências* do Centro; o segundo, os demais frequentadores dos lugares explorados. Esses dois grupos incidem num mesmo ponto de interesse: a produção de um estado de jogo entre os mesmos. “O jogo é o movimento da vida que distraidamente se realiza. Jogar é atribuir um movimento à vida. Jogar é atribuir uma efetuação à vida, dotá-la de seu grande movimento” (LINS, 2008, p. 72).

Para tanto, é preciso considerar que o estado de jogo só pode se dar em uma superfície problemática, que tem relação com os acontecimentos que definirão condições, mas não soluções ou decisões finais: ali, tudo se ramifica. Equacionam-se os problemas, mas não se procuram soluções. Quando se enuncia o problemático, consideram-se os processos, as linhas intensivas e extensivas que se ramificam continuamente, mas nada se soluciona definitivamente. Algo vai se resolvendo: deslizando, escorregando, maturando, tratando, expandindo, contraindo. Aqui, o gerúndio marca processualidades que nunca chegam a uma solução final, sempre se ramificam em outros processos.

O modo do acontecimento é o modo problemático. Assim, não se pode falar dos acontecimentos senão das condições problemáticas que ele determina. Não se pode falar dos acontecimentos senão como singularidades que se dobram e se desdobram em um campo problemático. Só se pode falar dos problemas a partir das condições que determinam: não se pode falar dos acontecimentos senão como singularidades que se desenvolvem em um campo problemático (DELEUZE, 2006). O modelo é problemático, não é essencialista, nem ontológico. Há no problemático variedades de:

deformações, transmutações, passagens ao limite, ou seja de operações em que cada figura designa um *acontecimento* e não mais sua essência: o quadrado já não existe independente de uma quadratura, o cubo de uma curvatura, a reta de uma retificação. Enquanto o teorema é da ordem das razões, o problema é afetivo e inseparável das metamorfoses, gerações e criações na própria ciência (DELEUZE; GUATARRI; 1997, p.19).

Trata-se de uma espécie de nicho de convivência móvel, nômade, com a disponibilidade para deslizar neste campo problemático para jogar. “É o jogo dos problemas e da pergunta, não mais do categórico e do hipotético” (DELEUZE, 2006, p. 63). Cabe aos terapeutas perceberem as multiplicidades subjetivas e objetivas que se abrem na duração com os campos problemáticos e criar condições de deslizamento de uma organização para outra, de uma formação mais rígida para sua desorganização, possibilitar outros limiares, outras passagens, de modo a permitir-lhes atualizações das potencialidades da realização humana nos contextos de vida social.

Acredita-se que, deste modo, as andanças, os acontecimentos e os encontros possam mobilizar diferenças nesses corpos, que eles sejam afetados e produzam, assim, deslocamentos necessários para fazer irromper processos que antes se encontravam estagnados – isso considerando-se que os manejos clínicos são trabalhos afetivos, imateriais, não são meras fórmulas: só podem acontecer em um território em construção, pois são uma tarefa que “requer uma relação onde o outro exista” (ROLNIK, 2000, p. 5). Devido ao caráter aleatório dos acontecimentos, os manejos clínicos são experimentos que não podem ser reproduzidos como modelo, ou seja, tirados como uma conduta a seguir.

Algumas experimentações clínicas serão narradas em cenas a seguir, intercaladas por imagens e escritos dos diários de campos.

O testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. De um lado, o ‘empírico’ traz marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios. “O que sucedeu” remete pois diretamente a um regime de verdade, um regime de *mostração* de sua própria necessidade. Do outro, “o que poderia suceder” não tem mais a forma autônoma e linear da ordenação das ações. A “história” poética, desde então, articula o realismo que nos mostra os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas. (...) O real precisa se ficcionado para ser pensado. Essa proposição deve ser distinguida de todo discurso – positivo ou negativo – segundo o qual tudo seria “narrativa”, com alternâncias entre “grandes” e “pequenas narrativas”. A noção de narrativa nos aprisiona nas oposições do real e do artifício em que se perdem igualmente positivistas e desconstrucionistas. Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados por historiadores e analistas da realidade social. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade (RANCIÈRE, 2005, p. 57-58).

Os relatos, intitulados como experimentações, constroem-se como narrativas das experiências compartilhadas e vividas, histórias nas quais foi possível aventar os efeitos e os movimentos dos jogos artísticos²⁰ e prefiguradoras das matérias vertentes surgidas nos encontros que ocorreram durante os acompanhamentos. Como escreveu Guimarães Rosa (2001):

Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe! (...) Antes lhe conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só poucas veredas, veredazinhas” (ROSA, 2001. p.116).

²⁰ Conferir texto de Nietzsche, “A filosofia na época trágica dos gregos” in “Os pensadores” (1974).

[diário de campo]



Fotografia da obra Concerto para Anarquia de Rebecca Horn – tirada por participante na exposição Rebelião em Silêncio, Centro Cultural Banco do Brasil de São Paulo, em 2010.

Experimentação I

Onde segurar em meio a isso tudo que flutua? (HORN, 2010, p. 188)

As duas próximas experimentações que seguem se referem a uma exposição visitada por este grupo: “Rebelião em Silêncio” da artista Rebecca Horn no Centro Cultural Banco do Brasil em setembro de 2010.

No percurso até a exposição, falava com vozes que só ele ouvia. Quando outra pessoa que o acompanhava foi pedir informação a dois policiais, ele impôs seus braços, como quem pedia para ser algemado, pedia rendição. Os policiais estranharam-no, mas logo o ignoraram.

Quando perguntado com quem falava, respondia que falara com alguma entidade estranha – um caboclo, um sentinela, Fernandinho Beira-Mar... Numa postura curvada e em voz baixa e hesitante, dizia “sou malandro”, “sou mal”, “sou assassino profissional”, “matei cinco pessoas num assalto a banco”, que precisava ser preso, que precisava ser punido. Quando em cima de uma ponte, tentava chegar o mais próximo possível da beirada, como se fosse se jogar, mas sua própria lentidão possibilitava que alguém o impedisse.

Numa exposição da Rebecca Horn, encontrou no subsolo, em uma sala escura, na passagem para o antigo cofre do Centro Cultural Banco do Brasil, uma instalação composta por dois espelhos grandes que ficavam frente a frente, com uma distância de aproximadamente 4 metros entre eles. Em ambos, havia duas armas instaladas mais ou menos há um metro e sessenta centímetros do chão apontadas para quem ficava diante do espelho.

Quando o grupo entrou nessa sala, um outro menino se assustou, colocou suas mãos para cima, rendeu-se e gritava desesperado para que não atirassem. Foi preciso que os outros acompanhantes o acalmassem.

Mas ele ficou fascinado. Seduzido, foi arrastado pela situação. Com os olhos fixos em uma das armas, foi se aproximando de uma delas, fixado no calibre 34. Havia finalmente

encontrado sua rendição. Não ouvia o chamado do segurança alertando que não podia tocar na obra. Quase encostava sua testa no cano da arma...

Ouviu um tiro.

O tiro era fictício, parte da instalação.

Então, viu seu reflexo no espelho. Estava desnorteado com a intensidade do encontro, mas sorriu para si mesmo. Olhou para os outros que estavam na sala, para o monitor que o chamava e pediu desculpas.

Um encontro estético que abriu possibilidade para ele de jogar sensivelmente com o delírio. Havia se encontrado concretamente com seu próprio delírio, personificado primeiramente em uma arma, depois no reflexo do espelho – “é isto que tu és”.

Registrou deste modo este momento: “fiquei com vontade de pegar a arma. A arma que era de matar. Ninguém. Alguém. Foi ruim porque pensava que ela ia dar o tiro. Ela deu o tiro, mas acontece que fiquei aliviado. Dentro do corpo, fiquei alegre”.

Sentia-se o próprio malandro, as ideias delirantes o levavam a crer nisso. No entanto, ficava quase sempre restrito em casa. Dos 13 aos 15 anos, praticamente não saiu de casa. Um cárcere que reiterou a ideia de ser um homem mau que mereceria ser preso. Nessa época, saía para a rua para ir igreja e ao CAPS com sua mãe. Antes desse dia, diversas foram as tentativas de conversas sobre essa *malandragem*, no intuito de contornar os delírios que se embrenhavam em cada pensamento, em cada gesto. Mas o fluxo conversa-terapeuta talvez fosse muito rarefeito em relação a essas ideias que o perseguiram e contaminavam todas as relações, todas as conexões com os outros, o que tornava difícil produzir qualquer interferência em seu discurso. Apenas os atendimentos verbais pareciam não dar conta de todas as intensidades que atravessavam aquele corpo-esponja.

A instalação no Centro Cultural Banco do Brasil colaborou para desencadear uma cena teatral, uma experimentação na qual ele foi protagonista: sendo o corpo a própria síntese de singularidades, ponto de encontro dos delírios (não do indivíduo, mas todos existentes) e desejos ali expostos e embaralhados, um acontecimento. Um encontro fundamental não só para ele que delirava, mas para quem o acompanhava. Pois, como diz Deleuze (2006, p. 151):

Assim como os acontecimentos se efetuam em nós, e esperam-nos e nos aspiram, eles nos fazem sinal: “Minha ferida existia antes de mim, nasci para encarná-la”. Chegar a esta vontade que nos faz o acontecimento, tornar-se a quase causa do que se produz em nós, o Operador, produzir as superfícies e as dobras em que o acontecimento se reflete, se reencontra incorporal e manifesta em nós o esplendor neutro que ele possui em si como impessoal e pré-individual, para além do geral e do particular, do coletivo e do privado – cidadão do mundo.

Constituindo-se como um plano de imanência, virtualidade povoada por singularidades e acontecimentos virtuais, a arte foi vivida como real, atualizada e encarnada pelo indivíduo que, ativado por ela, parece ter neutralizado o fantasma, permitindo que ao final ele percebesse sua imagem no espelho. A arte como experiência do fora o colocou diante do real: afetado por ela e sob efeito dela, serviu de dobradiça para encarnar o delírio, não mais só no pensamento, mas vivê-lo, reestabelecendo o seu vínculo com o mundo a ponto do delírio voltar-se contra o próprio e restituir-lhe uma imagem corporal. A instalação substituiu o *Eu*.



Obra de Rebecca Horn: Quarto de mútua destruição (Room of mutual destruccion), 1992²¹

²¹ Foto da exposição de Hannover em 1997, retirada do catálogo: Rebecca Horn – Rebelião em Silêncio, produzido pelo Centro Cultural Banco Do Brasil. Conferir em referências de documentos eletrônicos.

Experimentação II

Com 16 anos, um corpo frágil, ela estava na rua há mais de três anos. Ficava na região da Luz, centro de São Paulo, quadrilátero chamado de Cracolândia devido à grande circulação de crack, em que se aglomeravam muitos usuários.

Usava compulsivamente o crack. Consumo sustentado pelos programas com homens e em pequenos furtos. Por diversas vezes, passou por abrigo, mas não conseguia ficar, retornava sempre para a rua. Na rua, dizia que era livre, dançava .

Havia descoberto que estava grávida quando foi engessar seu braço fraturado num pronto socorro após cair numa fuga do segundo andar de um prédio.

A equipe do CAPS i havia oferecido a possibilidade de abrigo. Não queriam forçá-la ou prendê-la. Logo, ela tinha uma escolha: podia voltar às ruas ou ir para o abrigo.

Não era simples sair das ruas. Havia a sedução da liberdade conhecida, onde as regras não eram as mesmas das instituições que repudiava. Mas, naquele momento, hesitava.

Na dúvida, preferiu acompanhar um passeio do “Conhecidências” até uma exposição. A tristeza estava em seu rosto, mas, como se quisesse escondê-la, cantava funk e dançava pelas ruas do centro com os outros meninos do grupo – meninos esses de quem ela gostava e por quem tinha um cuidado especial. Chegando ao Centro Cultural Banco do Brasil, ficou impressionada – sempre passara por essa rua e nunca havia entrado naquele lugar. Uma descoberta. Estranhava os objetos expostos, começou a rir de alguns que não entendia. Para que servem? – perguntava.

Aproximou-se de uma das instalações, uma máquina de escrever. Imediatamente, quando ficou em frente à obra, a mesma disparou as teclas na sequência: L - O - V - E.

Surpresa, chamou outra pessoa para ver – “Venha ver! Fique aqui na frente que a máquina vai se mexer!”. A acompanhante ficou na frente, aguardou por um momento, nada aconteceu.

Curiosa, a garota colocou-se na frente novamente, tentava entender o dispositivo e a máquina disparou novamente. A acompanhante disse: “Viu? A máquina parece só querer disparar para você. Sabe o que está escrito aí? LOVE?” Ela disse que não com a cabeça – “É amor em inglês”.

Surpreendida, os olhos marejaram, emocionou-se.

Em um enredo violento, o encantamento disparado pelo encontro dessa jovem com a obra de arte produziu a abertura necessária à experimentação lúdica, uma espécie de brincadeira, ao criar condições para que, delicadamente, se acionasse outra máquina invisível e afetiva pelo acompanhante-terapeuta, buscando abrir um espaço de acolhimento para essa jovem. O manejo clínico aqui não foi elaborar ou transformar os pontos duros que a faziam sofrer, mas desviar-se deles, ainda que temporariamente, para que se configurasse outra superfície sensível, uma suavidade, colaborando, talvez, para tornar a sua existência um pouco mais suportável naquele momento.

Para tanto, exigiu do acompanhante que entrasse em estado de jogo com o que acontecia, acionasse minuciosamente os instrumentos clínicos para fabricar uma mecânica que a fizesse emergir do sofrimento.

Criar uma narrativa no acontecimento junto com esta menina, acompanhar o seu encantamento efetuando com ela uma pequena história, produziu um tênue desligamento do seu sofrimento e o deslocamento para a possibilidade de fabricar outro mundo. “Trata-se de fabricar o real e não de responder a ele”, como diz Deleuze (2008c, p. 134). O artifício da ficção não se restringe à literatura, pode ser produzido no cotidiano ao se projetar uma narrativa que é fabricação de outra superfície, outro mundo impassível às profundidades do “eu”. Ao invés de escrever, inscreve-se uma história durante o acontecimento. O experimento se constitui ao inscrever uma fábula no ato de viver, certo modo de fabular que produz pequenos clarões que sustentam a continuidade da vida. “Nas alamedas do inferno, sob o dilúvio, fôlego cortado e coração à beira dos lábios, um diminuto clarão: são camélias. Porque uma camélia pode mudar o destino” (BARBERY, 2008, p. 322).

São essas florações de beleza, fulgores vivos que desencadeiam sutis operações, *cintilações de delicadeza* que compõe a produção de uma clínica que se preocupa “não mais [com] a instituição das verdades, mas [com] o pensamento dos efeitos” (BARTHES, 2003b, 105).

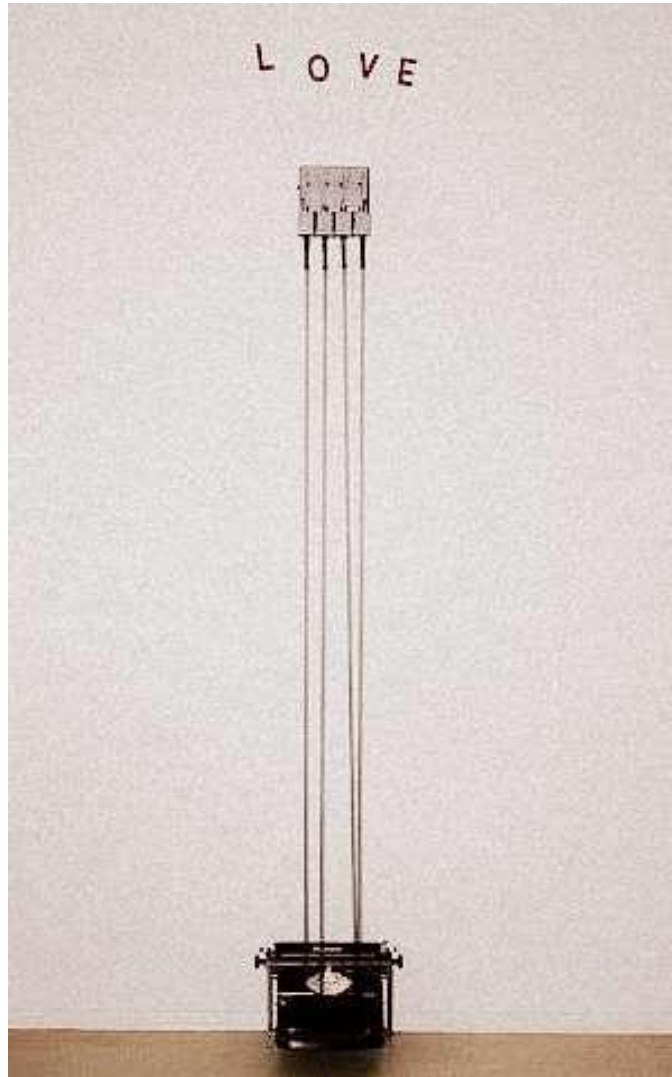
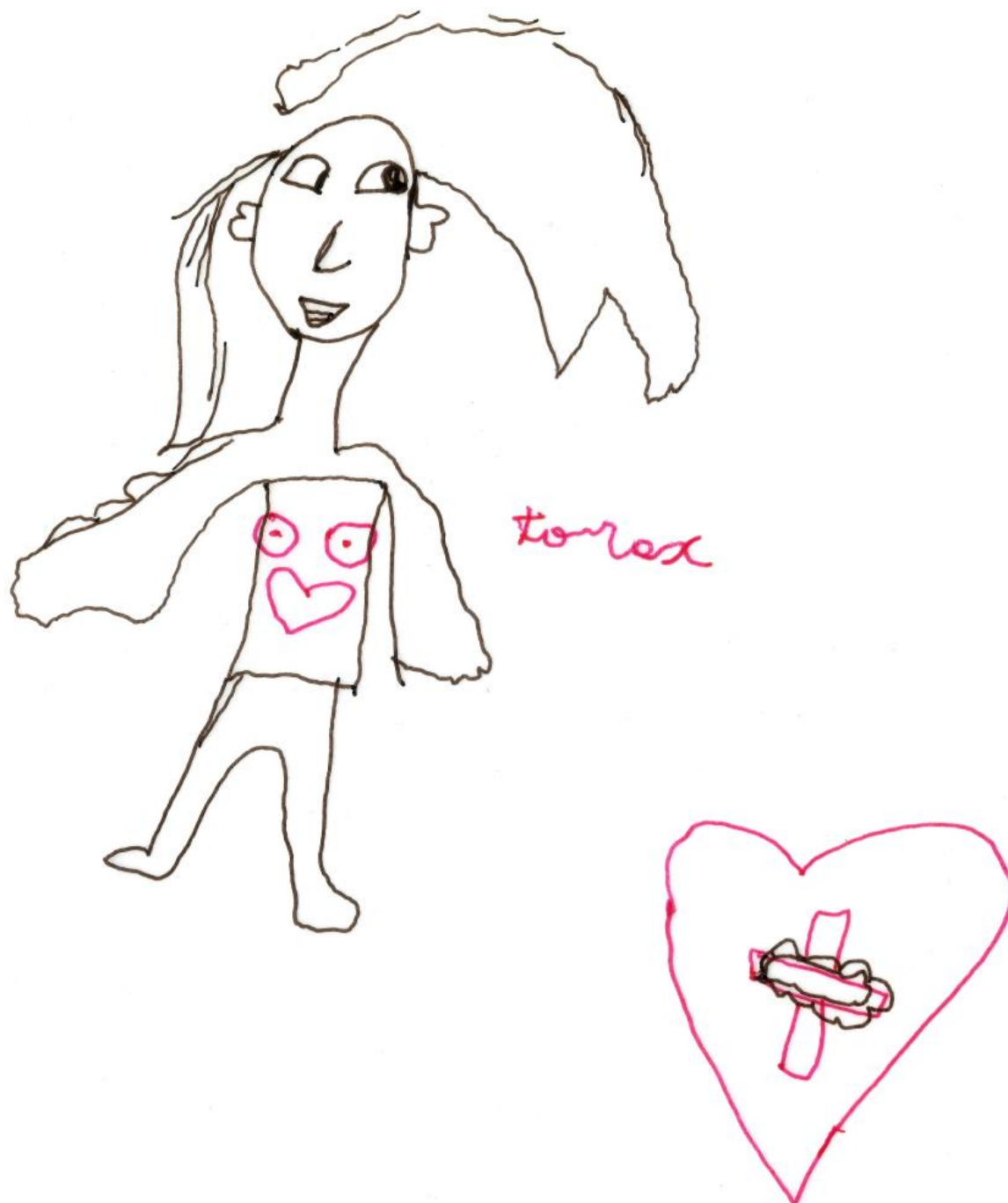
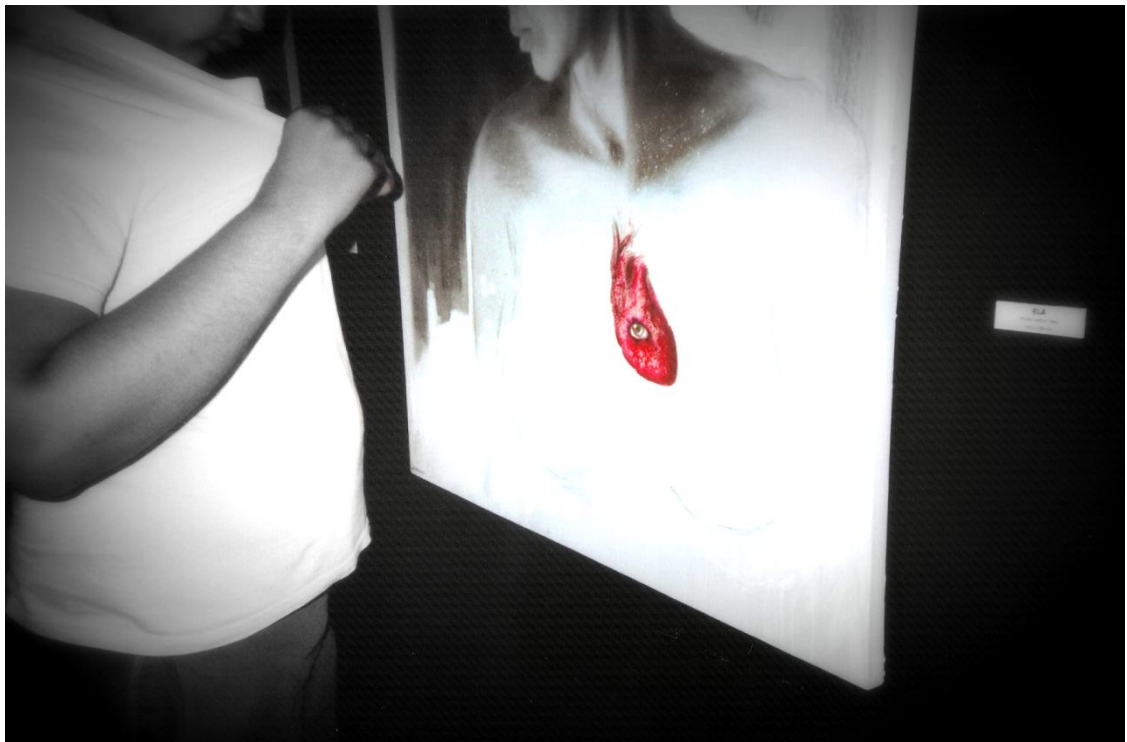


Imagem da obra Love Olympia, Rebecca Horn, 2010.

[diário de campo]



Desenho de participante para o diário de campo após visita a exposição de Leonilson, Sob o peso dos meus amores no Itaú Cultural.

[diário de campo]

Fotografia tirada por participante do grupo para o diário de campo em Exposição no Caixa Cultural.

Ele, quando viu a pintura de um coração com um olho, começou a levantar a camisa e olhar o próprio peito.

Experimentação III

Em outra exposição, também no Centro Cultural Banco do Brasil, visitada em outubro de 2010, da artista Laurie Anderson, intitulada de “I in U – Eu em Tu”, uma jovem de corpo contraído para si mesma, tímida, cuja voz mal se escutava, parecia apática a tudo, alheia e submetida às vontades dos outros. Falava pouco, concordava com tudo. Ajustava-se preservando certa invisibilidade no igual, no mesmo.

Nos trabalhos corporais realizados no grupo, parecia intimidada com o toque do outro, mas nunca trazia seu incômodo, seu sofrimento. Numa presença flutuante, às vezes não respondia às perguntas, simplesmente não as escutava. Parecia sempre ausente de si mesma. Era preciso chamar várias vezes, chacoalhá-la. Respondia: “Anh? Pode ser”. Mas logo desistia da conversa e calava-se novamente.

Na exposição de Laurie Anderson, foi diferente.

No primeiro objeto, experimentado coletivamente por todo o grupo, sentiu seu corpo vibrar com as ondas sonoras da mesa circular de madeira que emitia sons e, para escutá-los, era preciso apoiar os cotovelos em dois orifícios da mesa e colocar as mãos nos ouvidos. As ondas sonoras eram conduzidas através dos ossos até alcançar as mãos sobre as orelhas. Vibração que se perpetuou no seu corpo por toda a exposição. Surpreendia-se com os objetos, com as frases, os desenhos, as línguas estrangeiras. O olhar estava atento e o corpo menos molenga ao ver um vídeo que mostrava a artista dançando com gestos firmes, vigorosos. Vibrando com o que acontecia, disse: “queria dançar forte como ela”. Insistiu em permanecer vendo um vídeo da dança por mais tempo, mesmo quando solicitada pelo resto do grupo a continuar percorrendo o resto da exposição.

O contato com as atividades artísticas fazem vibrar o corpo de quem se permite ser atravessado pelo outro, pelo “fora”. É um encontro: fonte gerador de intensidades que se expandem pelos mais variados recantos da existência. A propagação das intensidades produz uma espécie de brilho, um viço nos corpos, perceptíveis a olho nu – uma espécie de sentido

produzido na passagem das intensidades pelos corpos. Quando estas não conseguem mais passar, o corpo torna-se obsoleto. Há um curto circuito no movimento de exteriorização dos afetos e uma contração do corpo em sua capacidade de afetar e ser afetado. Os encontros entre os corpos e os objetos induzem um campo de imantação em que é possível identificar estados de efetivação e exercitar a potência de afetar e se deixar ser afetado.

Constantemente, um átomo entra em relação com outros átomos e podem, nesse processo de repulsão e atração, agregar e constituir formas transitórias, gerar indivíduos. Este é o processo que precede à própria individuação, a hecceidade entre os átomos, a matéria e a forma que torna possível a ontogênese. Clarice Lispector enuncia isto quando escreve: “Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve” (LISPECTOR, 1995, p. 25).

A operação de individuação possibilita que indivíduos venham a existir e é nela que ele revela o seu desenvolvimento, o seu regime e as suas modalidades. Assim, o indivíduo é uma realidade relativa, pois supõe uma realidade pré-individual que o antecede. A individuação estabelece conexões entre o meio e o indivíduo através da atualização, pois ela não esgota de uma só vez os potenciais da realidade pré-individual: “o indivíduo mediatiza quando vem a ser” (SIMONDON, 2003, p.101). Assim, em regime de metaestabilidade, o indivíduo permanece sempre associado à realidade pré-individual, à multiplicidade que o constitui.

Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*; a suas relações, que são *devires*; a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus *espaços-tempos*, que são espaços e tempos livres; a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínuo); aos vetores que as atravessam, e que constituem *territórios* e graus de *desterritorialização* (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 8)

São esses os elementos da realidade pré-individual, da multiplicidade que podem configurar estados futuros, outras individuações, outras metaestabilidades que fazem o ser entrar em devir. O devir “é o ser em cujo seio se efetua uma individuação” (SIMONDON, 2003, p.101), efeito de forças produtoras de encontros e de afetos que o arrastam para novos estados do ser. Os estados do ser são sempre singulares, nunca individuais, são diferenças e

disparidades. O processo de individuação cria as fases desse ser, as quais consistem no desenvolvimento de algumas das suas partes.

Assim, esta concepção do ser de Simondon não repousa sobre a unidade de identidade, pois a individuação é devir do ser e não modelo do ser, no qual se esgotasse sua significação. Isso significa que o ser pode se diferenciar nele mesmo, alargar suas dimensões a partir de uma operação de transdução:

Por transdução entendemos uma operação física, biológica, mental, social, pela qual uma atividade se propaga gradativamente no interior de um domínio, fundando esta propagação sobre a estruturação do domínio operado de região em região: cada região de estrutura constituída serve de princípio de constituição à região seguinte, de modo que uma modificação se estende progressivamente ao mesmo tempo que esta operação estruturante (SIMONDON, 2003, p. 112).

A operação transdutora é ela própria a individuação em desenvolvimento: indica que o indivíduo é um corpo intensivo numa região de atividade máxima (o ovo), de potencialidades intensivas que o afetam. É no corpo que se efetuam as “dramatizações espaciotemporais”, que se produzem uma variação constante, que se estendem em diversas direções e, o que é mais importante, que se abrem outras dimensões do ser a partir desses estados intensivos, sofridos, efetuando a diferenciação como resultado. O corpo do indivíduo é um “corpo afetivo, intensivo, anarquista, que só comporta pólos, zonas, limiares e gradientes” (DELEUZE, 2008c, p.148).

Consideramos que a diferença de intensidade, tal como está implicada no ovo, exprime antes de tudo relações diferenciais como uma matéria virtual a ser atualizada. Este campo intensivo de individuação determina que as relações que ele exprime se encarnem em dinamismos espaciotemporais (dramatização), em espécies que correspondem a essas relações (diferenciação específica), em partes orgânicas que correspondem aos pontos notáveis dessas relações (diferenciação orgânica). É sempre a individuação que comanda a atualização: as partes orgânicas só são induzidas a partir dos gradientes de sua vizinhança intensiva; os tipos só se especificam em função da intensidade individuante. A intensidade é sempre primeira em relação às qualidades específicas e às extensões orgânicas. (idem, 2006, p. 352).

Assim, os corpos estão sujeitos às intensidades: são corpos larvares em um mundo-ovo. Mundo-ovo, pois os corpos são constituídos por um conjunto de intensidades e fluxos, que envolvem os corpos afetivos larvares e os desenvolvem, constituindo, assim, as potências vitais em germe.

A “estátua sensível” de Condillac que Borges (2007) descreve em *O livro dos seres imaginários* pode simbolizar essa capacidade de “afetivação” dos seres humanos. Inicialmente, um corpo petrificado, efeito da privação ou ausência de sensações e de ideias. Estado inicial que pode ser comparado a uma espécie de morte em vida, uma estase, produto do adormecimento ou da perda da consciência de si e da falta de discernimento da alteridade. Mas esta anima-se conforme o primeiro sentido conferido à estátua de Condillac; por sua vez, o olfato gera o movimento instintivo da respiração que desencadeia uma abertura progressiva dos outros sentidos. Num processo desmobilizante, o indivíduo assume sua carne sensível, o seu corpo experimental, que está em puro jogo com o meio, abre-se à experiência de todos os órgãos do corpo animados pelas sensações, desenvolvendo suas faculdades e adquirindo conhecimento de si mesmo e do mundo. A sensação dá lugar à ideia.

Um cheiro de jasmin é o princípio da biografia da estátua; por um instante, haverá unicamente esse cheiro, melhor dizendo, esse cheiro será o universo, que, um instante depois, será cheiro de rosa, e depois cheiro de cravo. Que na consciência da estátua haja um cheiro único, e já teremos a atenção; que perca o cheiro quando o estímulo tiver cessado, e teremos a memória; que uma impressão atual e outra do passado ocupem a atenção da estátua, e teremos a comparação; que a estátua perceba analogias e diferenças, e teremos o juízo; que a comparação e o juízo ocorram novamente, e teremos a reflexão; que uma lembrança agradável seja mais vívida que uma impressão desagradável, e teremos a imaginação. Engendradas as faculdades do entendimento, as da vontade surgirão depois: amor e ódio (atração e aversão), esperança e medo. A consciência de ter atravessado muitos estados dará a estátua a noção abstrata de número; a de ser cheiro de cravo e ter sido cheiro de jasmin, a noção de eu (BORGES, 2007, p. 28-29).

O último sentido que Condillac atribui ao seu ser é o tato, que revelará a noção de espaço e de corpo. E é através da pele, este tecido vivo e móvel, local de confluência de forças e fluxos, que o ser capta e reverbera as intensidades e emociona-se, entra em movimento, alterando-se conforme as deformações da subjetividade do meio. Deste modo, mobilizam-se transformações nos corpos e instauram-se outras configurações do vivo: um regime complexo de atividade permanente e metaestável.

Voltando a experimentação, estar em relação com o meio é estar aberto às simultâneas transferências que podem incidir sobre o “eu”. Nos acompanhamentos com esses adolescentes e crianças por esses lugares de cultura, arrisca-se a estar vulnerável, a ser afetado por intensidades e fluxos inesperados, a se deixar levar pelo desconhecido. E é justamente nesta zona de não conhecimento que aquela jovem, conforme relato anterior, encontrou presenças desconhecidas, presenças inaproximáveis, que a fizeram estranhar não só os objetos, mas a si

mesma. A estranha paisagem que se configurou neste lugar impediu que o ser se bastasse a si mesmo, que se fechasse em uma identidade substancial. Comoveu-se.

Agamben (2007) lembra que os latinos acreditavam ser *Genius* o deus a que todo o ser humano é confiado na hora do seu nascimento. Ao mesmo tempo em que é íntimo e pessoal, revela também o que há de mais impessoal, aquilo que é pré-individual. Rompe com a pretensão do Eu de bastar-se a si mesmo. Extrapola sempre a própria individualidade e recobra a potência de sermos íntimos da própria estranheza quando nos damos conta de que a vida não nos pertence. É ele o deus que torna a vida poética: “é a vida que se distancia da morte o olhar e responde sem hesitação ao impulso do gênio que o gerou” (ibidem, p. 16). Sua capacidade de afetar e ser afetado pelo outro foi atualizada nessa composição de arte e vida.

O “eu” deve abdicar-se de suas propriedades, deve comover-se. E a paixão é a corda estendida entre nós e Gênio, sobre a qual caminha a vida funâmbula. O que nos maravilha e espanta, antes mesmo do mundo fora de nós, é a presença, dentro de nós, dessa parte para sempre imatura, infinitamente adolescente, que fica hesitante no início de qualquer identificação. E é essa criança elusiva, esse *puer* obstinado, que nos impele na direção dos outros, nos quais procuramos apenas a emoção, que em nós continuou incompreensível, esperando que, por milagre, no espelho do outro, esclareça-se e se elucide. Se a emoção suprema, a primeira política, é olhar o prazer, a paixão do outro, isso acontece porque buscamos no outro a relação com Genius que não conseguimos alcançar sozinhos, a nossa secreta delícia e a nossa nobre agonia (AGAMBEN, 2007, p. 19-20).

[diário de campo]



Fotografias tiradas por participantes do grupo de outro participante atravessando o túnel de tecido na exposição de Lygia Clark, no Itaú Cultural.

[diário de campo]



Fotografias tiradas por participantes de outro participante atravessando o Túnel na exposição de Lygia Clark, no Itaú Cultural.

[diário de campo]



Fotografias tiradas por participantes do grupo de outro participante atravessando o túnel de tecido na exposição de Lygia Clark, no Itaú Cultural.

[diário de campo]



Desenho de participante realizado durante as atividades do grupo.

Ele disse que estava sentindo um maremoto durante o grupo, pediram para que explicasse e ele desenhou.

Experimentação IV

A invasão de mundos é nítida nos corpos de alguns meninos que estão em movimento de rua há muito tempo, é um excessivo presente nos gritos-pedidos, nos corpos agitados de peles grossas. Qualquer pedido de carinho ou proximidade pode facilmente virar um puxão de cabelo ou uma mordida. Para alguns que estão em situação de rua há muito tempo, a palavra falha, é difícil falar de si pelas próprias condições do contexto da rua – de muita exposição e violência, necessidade de rapidez e esperteza. Mas o que pode ser uma estratégia de sobrevivência na rua também produz um endurecimento nas possibilidades de se relacionar. O mais desejado pode tornar-se também o mais difícil. O contato afetivo, quanto mais intensivo e querido, mais temido devido aos processos de vulnerabilizações desencadeados nos corpos dessas crianças, a começar pelas poucas garantias que tiveram de abrigo, contorno, carinho.

As experiências afetivas e vinculares delineiam não apenas os modos de se relacionar, de se movimentar, mas também os desejos. Mas o desejo não se expressa nesses corpos sem também expressar seus conflitos.

Certa vez, um participante do grupo que estava em situação de rua há muitos anos e que era muito arredo com os outros, após uma agitação no serviço, quebrou janelas e portas e cortou a pele com cacos de vidro. Depois de acalmar-se, quando lhe perguntaram sobre o que sentia, se doía quando se cortava, ele ao fazer um desenho de si, disse o que sentia: havia no seu peito não um coração, mas um buraco negro e pensava que qualquer pessoa de quem se aproximasse podia ser engolida pelo buraco, que arrastava todos para o desaparecimento, por isso era melhor se afastar. Outra fratura se desvelava tão mais urgente quanto àquela da vontade de usar crack, que era o desígnio inicial daquele menino.

Este acontecimento evidencia mais uma estratégia desses meninos para se manterem vivos: institucionalizam-se na raiva e na agressividade, modo de defesa que gera comportamentos de repulsa também. Então, como fazer para convidá-los ao encontro? Como é possível produzir certa modalidade de variação nessa institucionalização da vida na violência da rua? Como é possível cuidar com delicadeza do sofrimento que se manifestava nesses corpos?

Barthes (2003b) indica um modo de acompanhar o outro que sofre por si mesmo sem que seja possível alcançar a causa do seu sofrimento, que é realizar o aprendizado de acompanhar quem sofre a certa distância:

Sofrerei, pois, com o outro, mas sem exagerar, sem me perder. A esta conduta, ao mesmo tempo muito afetiva e muito vigiada, muito amorosa e muito policiada, podemos dar um nome: é a *delicadeza*: ela é como a forma “sadia” (civilizada, artística) da compaixão. (Ate é a deusa do desvario, mas Platão fala da delicadeza de Ate: seu pé é alado, toca levemente) (*idem*, p. 73)

Os corpos daqueles que estão em processos psicóticos, delirantes, também podem fazer a cada momento uma economia das partículas que os atravessam, que podem arrastá-los a fluxos contínuos de desterritorialização, em que os modelos molares, as formas, as significações e significantes se desfazem em prol de processos moleculares de tornarem-se alguma minoria, sem nunca conseguir ser, sempre sendo, aproximando-se. No entanto, se este fluxo estanca, se estes processos se cristalizam, o movimento esquizo, a esquizofrenização, se torna um tipo psicossocial: um psicótico, um louco. Torna-se doença, pois se interrompeu o movimento, o fluxo vital desterritorializante. Como fazer esses fluxos continuarem efetuando-se nos corpos, sempre de forma passageira, como processualidades?

Alguns desses, ao falarem sobre si mesmos, aludem a processualidades *esquizo* de um corpo vivo que se desloca para fora de um “eu” fixado: devir-índio, devir-vento, devir-gato, devir-mulher. Trata-se então de acompanhar esses corpos em zonas de indiscernibilidade, sem necessariamente nomear ou confrontar, mas acompanhar as sensações e as delicadezas de ir tornando-se algum outro sem nome. Por isso, há uma atenção para não reduzir os corpos a uma significação simbólica do sujeito. José Gil quando pensa o corpo paradoxal colabora para abrir o campo de atenção do cartógrafo, pois propõe pensar e perceber o corpo para além de um fenômeno ou um objeto visível evoluindo no espaço concreto cartesiano:

mas como um corpo metafenômeno, visível e virtual ao mesmo tempo, feixe de forças e transformador de espaço e de tempo, emissor de signos e transsemiótico, comportando um interior ao mesmo tempo orgânico e pronto a dissolver-se ao subir à superfície. Um corpo habitado por, e habitando outros corpos e outros espíritos, e existindo ao mesmo tempo na abertura permanente ao mundo por intermédio da linguagem e do contato sensível, e no recolhimento da sua singularidade, através do silêncio e da não-inscrição. Um corpo que se abre e que se fecha, que se conecta sem cessar com outros corpos e outros elementos, um corpo que pode ser desertado, esvaziado, roubado da sua alma e pode ser atravessado pelos fluxos mais exuberantes da vida. Um corpo humano porque pode devir animal, devir mineral, vegetal, devir atmosfera, buraco, oceano, devir puro movimento. (...) Esse corpo compõe-se de uma matéria especial que tem a propriedade de ser no espaço e de

devir espaço, quer dizer, de se combinar tão estreitamente com o espaço exterior que daí lhe advém texturas variadas: o corpo pode tornar-se um espaço interior-exterior produzindo então múltiplas formas de espaço, espaços porosos, esponjosos, lisos, estriados, espaços paradoxais de Escher ou de Penrose, ou muito simplesmente de simetria assimétrica, como a esquerda e a direita (num mesmo corpo-espaço). (Gil, 2004, p. 56).

No acompanhamento clínico é perceptível esses dobramentos e desdobramentos do espaço exterior para o interior; e do interior que se reverte para se transformar em espaço exterior. Favre (2013, anotações do curso²²) diz que os corpos são bombas pulsáteis de ambientes. São máquinas autopoéticas que se constroem com os acontecimentos, e com suas respostas aos acontecimentos podem transformar os ambientes. Um contínuo processo de efetuações se desdobrando e produzindo infinitas possibilidades de diferenciação dos corpos e do mundo. Os corpos estão ligados à efetuação das singularidades dos mundos. Por isso, como afirmaram precisamente Polack e Sivadon: “o corpo é um mundo; a anatomia é antes de tudo viagem” (2013, p. 40).

Porém, a normopatia, que são as forças majoritariamente em voga no mundo capitalista, também afeta esses corpos, pois os seduz vendendo uma ideia ilusória de estabilidade. É, mais uma vez, o biopoder engendrando os corpos de modo que, segundo Regina Favre (2011), “todos os corpos e formas, ao se desencadearem, já emergem do oceano formativo diretamente num mundo capitalista regido por poderes e valores que os capturam para dentro de redes de sentido, moldando-os e modelando-os. Isso é homogênesse” (*idem*, 627).

Um dos meninos que participa das experiências relatadas, o que antes pedia a policias para prendê-lo, passou a pedir às pessoas que encontrava na rua, com as mãos postas como quem pede dinheiro, uma “cirurgia racial”. Dizia: “eu quero fazer cirurgia racial”. Nas saídas, saía pedindo a cada estranho que passava em tom muito baixo – “cirurgia racial... você sabe onde tem cirurgia racial?”, ao que as pessoas lhe respondiam na maioria das vezes: “não tenho dinheiro!”. Dizia querer ser loiro, ter olhos azuis, cabelo liso e branco. Não sabia explicar porque não queria ser negro inicialmente, simplesmente procurava uma cirurgia racial. Depois, disse-nos que era devido ao cheiro do negro, “a pele do negro é fedida” (sic. participante); queria ser branco e ter cheiro de laranja. Depois de um tempo, quando perguntado novamente de onde vinha essa ideia, disse pontualmente que um personagem de

²² Anotações do curso Biodiversidade Subjetiva II do Laboratório de Processo Formativo em 06/04/2013, São Paulo – SP.

uma novela da Rede Globo reprisada havia falado que ele precisava ser branco. Um delírio preciso, quase tão real que beirava o cruel.

O corpo é justamente o plano de consistência em que singularidades de toda ordem se efetuam e por isso, às vezes, vem a constituir uma monstruosidade, pois unifica em uma relação inorgânica objetos e fluxos que não pertencem à mesma categoria. Basta notar os desenhos e representações das imagens corporais que esses indivíduos produzem: “mais que um conjunto de vestígios, de memórias, de figuras, de percepções, de signos, de agenciamentos maquínicos, de intensidades” (POLACK; SIVADON, 2013, p. 32). É preciso lembrar que “o delírio é assombrado por um mapa”, ou seja, é articulado com componentes territoriais e históricos, bem como:

às vezes apenas fonêmicos ou tecnológicos. As mídias, o rádio, por exemplo, sobretudo a televisão, inserem-se em agenciamentos complexos com a sexualidade, o trabalho e a vida doméstica. O aparelho de televisão funciona como bateria e relé. Da realidade ao delírio, o movimento recíproco passa pela tela que o filtra, distorce, amplifica, enriquece, difrata. A reportagem ora é ao vivo, ora gravada. O monstro é um canteiro de obras, uma maquete montável cujas peças teríamos perdido, enquanto que as peças perdidas de outra construção teriam vindo a se misturar às primeiras (idem, p. 34).

É claro que se pode ver nesse caso relatado um padrão hegemônico normativo – homem heterossexual, branco e rico – instalando-se naquele corpo, produzindo necessidades e criando deficiências, fixando um pensamento e um desejo que o fazia sofrer, fugir de casa em busca de cirurgia racial, e que, muitas vezes, o mandava pular dos prédios. Ao mesmo tempo em que aquele desejo o incluiria no campo social hegemônico, propunha também o extermínio de si mesmo, já que era um sofrimento existir do modo como é.

Nesse ambiente-mercado totalmente midiaticizado, onde vivemos hoje, o tempo todo estamos expostos à informação que nos manipula e horroriza com as situações de exclusão: doença, envelhecimento, isolamento, violência, miséria, desemprego, desamparo, favela, fila de hospital etc. Nesse estado de apavoramento que atinge a todos, somos tomados pela vivência da desagregação somática (...). Mas, ao mesmo tempo, essa mesma mídia que nos apavora vem, aparentemente, nos socorrer oferecendo contornos existenciais vendáveis que prometem forma, contenção da excitação e inclusão” (FAVRE, 2011, p. 622).

Para minorar esses sofrimentos, os estados corporais que produziam fixações em pensamentos e sensações, apostou-se, entre uma saída e outra, em exercícios sensíveis em práticas corporais. Enunciava-se como “trabalhos corporais”, mas, como bem observou uma menina certa vez no grupo, “se a gente vive, já estamos trabalhando o corporal”. A pergunta

disparada nesses exercícios era como estavam cuidando de si mesmos, com atenção ao corpo, ao viver como um todo. Não se pretendia afirmar um modo de “trabalhar o corporal”, ou um determinado modelo de corpo a ser seguido, mas ativar uma sensibilidade para o exercício corporal como um modo de continuar vivendo, tornando-os mais sensíveis a si mesmos. “Quais as sensações, emoções, velocidades, intensidades, pensamentos que atravessam os seus corpos?”, perguntava-se a eles.

Nas experimentações iniciais, era nítida a timidez que alguns tinham ao serem tocados pelo outro ou pelas experimentações com o próprio corpo. Notava-se um distanciamento do próprio corpo e do corpo dos outros. O modo escolhido para funcionar nesta relação com os corpos é o da delicadeza, com aproximações com toques sutis – nesses momentos, pretende-se ativá-los ao se tocar e serem tocados, produzir uma experimentação de contatos por estranhamento com o próprio corpo e com os dos outros. Eram momentos em que se destacava “alguém sendo um corpo”, momento de percepção de si mesmo, de existir naqueles corpos, durando naquele tempo, o que, no excessivo do cotidiano, muitas vezes isso ficava distante e anestesiado. E a questão era justamente fazê-los conectarem-se com o próprio corpo sensível, perceber tamanho, temperatura, ligações, integração, contorno. Variadas técnicas foram empregadas para tanto: jogos teatrais, danças e massagens. Assim, propunha-se uma experimentação coordenada pelos terapeutas: aos poucos, foram os próprios participantes que começaram a sugerir tais práticas.

Em uma das entrevistas, um participante ressaltou que o que mais se interessava na duração dos grupos internos, ou seja, nos dias em que não se realizavam saídas, eram os “trabalhos corporais”:

Eu gostei das atividades corporais que a gente faz, tanto que às vezes eu acho tão interessante que eu faço na minha mãe. É, ela fica: “onde você aprendeu tudo isso?” Então, eu acabei levando pra mim, né? Penso que a maior importância para a gente e para vocês, como vocês sempre buscam visar também, é a sensação. Porque vocês vão fazendo em vários lugares do corpo, vão fazendo algumas experiências pra ver como a gente está se sentindo, como você sente aqui, sente ali, perguntando assim: “qual é a sensação?”. E às vezes, a gente tem uma sensação inesperada no corpo. Então isso é bom, além de desestressar, né? (risadas) Isso acaba sendo tranquilo, acaba sendo uma coisa agradável pra gente, né? (trecho de entrevista com participante realizada em jan/2013)

Para além de técnicas de massagem e de jogos teatrais, trata-se de produzir um dispositivo de encontro: um acoplamento temporário entre pedaços de corpos de terapeutas e

pacientes - de modo a criar um ambiente favorável à expressão dos afetos, das percepções e dos pensamentos dos pacientes - o que pode servir para os terapeutas articularem juntos com eles outra composição dessas monstruosidades encarnadas e desmanchar aquilo que está cristalizado, delineando condições para outras possibilidades de existência.

[diário de campo]

Fotografias tiradas por participantes do grupo de participante e acompanhante atravessando juntos o túnel de tecido na exposição de Lygia Clark, no Itaú Cultural.

[diário de campo]



Desenho de participante após realização de atividade corporal com a proposição posterior de mapear no papel o que acontecia no corpo.

Desenhou (se) um índio e escreveu as palavras: prazer, loucura, mau, estar.

[diário de campo]



Foto tirada por participante para o diário de campo do grupo da Rua dos Gusmões onde acontece uma das cracolândias do centro de São Paulo.

“é aqui é onde eu ficava antigamente pedindo de dinheiro para fumar pedra, hein?” – disse enquanto fazia a imagem.

Experimentação V – Transitar pelos mundos possíveis

Eu andei com você pela cidade e eu nomeei os lugares e a vida-sonho de cada rosto que cruzamos. E você se assustou com a intensidade dessa extensão vazia, se assustou ao ver que o homem ao teu lado não tinha lugar nem nome, e era na dor que ele colhia a palavra do poema. (PESSANHA, 2006, 114)

O grupo estava completo. Seguimos para o SESC Carmo, a poucos quarteirões do CAPS, com o intuito de visitar uma exposição de jogos e a sala de computadores, pois os participantes queriam acessar a internet. Mas, ao chegar à porta do SESC, havia dois palhaços com uma escada. Faziam palhaçadas. E Ulisses logo se aproximou dos palhaços e perguntou para onde eles iam, de onde eram, se eram palhaços. Eles se apresentariam numa praça logo ali. E, por isso, fomos até lá. Ulisses estava feliz, contente, começou a fazer palhaçadas. Dizia: eles são desastrados como eu? Olha lá!

Quando chegamos à praça no Glicério, lugar que alguns trabalhadores da saúde chamam de “Praça do PCC”, pois era lá que residiam Marcola e seus familiares e há ainda um grande controle do tráfico, montou-se uma roda, um palco improvisado.

Logo a vizinhança foi chegando, muitas crianças se aproximavam com seus pais e cuidadores. Os palhaços diziam: “Crianças e crianças, aplausos para os irmãos Klaus!!!”.

Ele estava animado, gritava mais do que as crianças.

Olhou para a terapeuta e disse: “Eu sou criança também, não é!?”.

A terapeuta disse: “Mas você não fez 18 anos? Você acha que ainda é criança?”.

Ele fez que sim com a cabeça. Então a terapeuta lhe disse: “Está com medo de ser adulto, é?”. E ele afirmou com a cabeça novamente.

Ao final do espetáculo, os palhaços chamaram um dos participantes do grupo para ser cobaia do espetáculo. Mas o outro menino, que era muito tímido e sério, apesar de aquele dia estar com um sorriso largo no rosto, se recusou. E por isso, ele se voluntariou: Eu vou! Eu vou!

Ficou no meio enquanto os palhaços atiravam facas de um lado para o outro. Ele fazia palhaçadas. Na volta, aproximou-se e disse: “Nossa, fiquei com medo das facas caírem

em mim! Aliás, ontem à noite, também tive muito medo também. Tava na Cracolândia e uns policiais me abordaram e disseram que iam me matar... Mas atiraram no asfalto!”.

- E o que você fez? - perguntou a terapeuta.

- Eu corri! Senão não estava aqui, né?

Chegando ao CAPS, enquanto lanchavam, escrevemos o que havia acontecido no diário de campo: “hoje fomos à praça...”.

- Qual é o nome da praça?

- É...

- É praça do PCC para mim, oras.

- Que praça do PCC? É praça “não sei o quê” MANSO...

“Fomos à praça e vimos um espetáculo de palhaço”.

- Os irmão Klauss – disse outro menino...

- Deixa eu fazer um desenho? – disse o menino que quase havia tomado um tiro na noite passada.

No outro dia, ele foi ao SESC para perguntar qual era o nome da praça.

Não foi a única vez que ele veio ao grupo com marcas dos apuros que passou nas ruas. Outra vez, chegou mancando e com os braços cortados e, mesmo assim, sem querer muito se justificar como havia se machucado, insistiu em sair com o grupo, de qualquer maneira, mesmo com o corpo visivelmente comprometido. Sentindo dor, conseguiu aproveitar intensamente a duração da saída, brincando e conversando com os outros participantes.

A cada vez, o que prevalece nesses encontros, independentemente dos espaços onde se caminha, é o encontro afetivo entre os corpos. Encontros afetivos, pois seu modo operante produz marcas, imagens corporais e ideias que possibilitam uma variação de estados corpóreos, transições vivenciadas. Ao serem afetados, produzem-se certos estados que aumentam ou diminuem, estimulam ou refreiam a potência de agir e a potência de pensa da mente (SPINOZA, 2011, Livro III).

As singularidades das relações definem os corpos em cada duração, são passagens possíveis, *affectus*, configuração de outras possibilidades de existência, outros mundos possíveis. Um mesmo corpo pode ser afetado de diferentes modos, conforme as relações que se estabelecem em um território.

A alegria e a tristeza, o amor e o ódio são os principais pares, os afetos que explicam as paixões que fazem o corpo padecer. Spinoza (2011) define alegria e tristeza como afetos primários, junto com o desejo, dos quais derivarão todos os outros afetos.

Assim, por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor. Além disso, chamo o afeto da alegria, quando está simultaneamente referido à mente e ao corpo, de excitação ou contentamento; o da tristeza, em troca, chamo de dor ou melancolia (SPINOZA, 2011, p. 107).

Portanto, o amor e o ódio são afetos que derivam da alegria e da tristeza:

O amor nada mais é do que a alegria, acompanhada da ideia de uma causa exterior, e o ódio nada mais é do que a tristeza, acompanhada de uma ideia de uma causa exterior. Vemos, além disso, que aquele que ama esforça-se, necessariamente, por ter presente e conservar a coisa que ama. E, contrariamente, aquele que odeia, esforça-se por afastar e destruir a coisa que odeia (idem, p. 108-109).

Uma vida que se individua em um corpo é composta ou decomposta pelos diferentes momentos de afetação, pelas variações de potência que um indivíduo tem de afetar e de ser afetado por outros corpos.

As relações de movimento e repouso, de rapidez e lentidão, entre as partes fluidas e moles, em seus contatos com os outros corpos, gravam em nosso corpo todos os vestígios destas relações (sombras das coisas em nós) e a vida de um corpo é a variação contínua de sua potência como decorrência dessa sucessão de afecções (muitas, simultâneas) que experimenta (TEIXEIRA, 2004, p. 50).

É a potência dessa variação que produz os deslocamentos que emergem no relato do protagonista dessa experimentação. Quando ele diz que no dia anterior sentiu medo de morrer na Cracolândia devido a um enquadre da policia e depois, no outro dia, está com outras pessoas passeando pelo centro de São Paulo, se divertindo num espetáculo de palhaços, é

possível pinçar algumas questões daí. Primeiro, quando ele afirma sentir medo de morrer, é porque há alguma vontade de cuidar de si importante para sua própria preservação. Segundo, indica que a clínica aí é justamente a oferta de outro território de vida, que possibilite outras relações, outros modos.

Assim, uma estratégia clínica adotada aí é a de composição de vários mundos. Não se trata de propor simplesmente um exílio do mundo Cracolândia. Até porque é importante frisar que o risco produzido na Cracolândia neste dia veio justamente da relação deste menino com a polícia, instrumento do Estado, e não propriamente da relação desse menino com o crack.

Na relação de dependência com uma droga e, especificamente, com o crack em questão, percebe-se que o ponto de partida é sempre a busca de um efeito que o crack produz, uma proximidade petrificante com a morte. Deleuze (2006), ao pensar sobre os efeitos do álcool, diz algo que parece funcionar com relação ao crack também, no entanto, com uma diferença fundamental, a duração entre o efeito da onipotência maníaca e o efeito depressivo do crack é de uma duração muito menor. Por isso, a intensidade de devastação do crack parece maior que a do álcool, devido a esta velocidade maior para o afundamento e para o rebatimento desse efeito corrosivo sobre os corpos.

O alcoolismo não aparece como a busca de um prazer, mas de um efeito. Este efeito consiste principalmente nisto: um extraordinário endurecimento do presente. (...) o alcoolismo é o próprio processo de demolição enquanto determina o efeito de fuga do passado: não somente do passo sóbrio de que eles se separam (...), mas não menos o passado próximo em que acabam de beber e o passado fantástico do primeiro efeito. Tudo se tornou igualmente longínquo e determina a necessidade de beber de novo, ou antes de ter de novo bebido, para triunfar deste presente endurecido e descolorido que subsiste só e significa a morte (idem, p. 161-163).

O problema se constitui quando se interrompem todas as outras relações que o indivíduo tinha e que tramavam uma vida, e enclausura-se na relação com a droga. É aí que a pessoa precipita-se em um estado, cai em uma espécie de buraco-fissura que o restringe à relação com a substância, a uma única duração que é o efeito do efeito da droga. Produz se um endurecimento do presente, fazendo o corpo se afundar cada vez mais – como na queda infinita de Alice no buraco do Coelho²³. Os efeitos da droga começam a afetar a espessura do próprio corpo, a vida passa a ser constante demolição, desterritorialização absoluta, sem qualquer outra territorialização, estase na produção de sentidos. Uma vez, após um período

²³ Conf. Alice no País das Maravilhas de Lewis Carroll.

sem fazer uso de crack, esse mesmo participante teve uma “recaída” e, ao conversar com ele durante um passeio, disse: “eu não recaí, eu estou caindo faz tempo”²⁴.

Porém, a questão das Cracolândias é mais problemática ainda, pois elas configuram um território social complexo já que, além dos jogos de poder do tráfico, da polícia, do Estado, existem também, nesses territórios, paradoxalmente, relações de convivência e afetivas, que criam laços entre as pessoas que ali estão. Certa vez, andando por uma dessas Cracolândias, um homem apresentou-se como um cubano e falando português com dificuldade ainda relatou que, naquele lugar, não era só um inferno como diziam a televisão e os jornais, que tinha uma vida comum ali, disse: “tem muito mais de socialismo aqui do que em Cuba”²⁵. Exagero ou não desse homem, é importante considerar que, nesse lugar, apesar da insistência dos poderes de tomar de assalto à vida, tornando-a cada vez mais nua, um deserto, há sempre a potência de ser afetado e afetar o outro que produz resistências a essa nudez da vida.

O próprio participante relatado nessa experimentação, em entrevista concedida para esta pesquisa, ao ser perguntado sobre sua relação com as ruas do centro, falou da Cracolândia e ao ser questionado sobre o que tinha lá para além da droga, disse:

Os amigos, ué? Lá, a gente se ajuda, dança, brinca. Eu tenho muitos amigos na Cracolândia. Nossa, eu tenho saudade dos meus amigos, eles sempre me ajudavam lá. Eles (os amigos) faziam eu parar de usar (droga) quando eu tava passando mal já, me afastavam da droga (trecho de entrevista com participante do grupo realizada em junho de 2013).

Não se trata de romancear a Cracolândia, mas considerá-la como um território social complexo, composto tanto por jogos de poder, como por jogos afetivos, que é também considerar uma resposta possível ao poder, que é a potência.

Ao mesmo tempo em que é uma zona de cerceamento e controle, zona atravessada pelos poderes do tráfico e Estatal, a Cracolândia contém esses momentos de amizade, durações de comunhão, de vida comum, que precisam ser consideradas ao pensar um modo clínico, ou seja, operações para liberar a vida aprisionada naquele território ou naqueles corpos.

²⁴ Relato de adolescente durante um passeio, anotações no diário de campo do pesquisador.

²⁵ Anotações do diário de campo do pesquisador.

Um modo possível de operar experimentando tanto nestas Cracolândias como com essas pessoas que fazem uso demasiado do crack é produzir com elas outras possibilidades de existência, ainda que no próprio espaço das Cracolândias. No caso dos territórios, produzir intervenções de modo a fortalecer essa vida em comum, esse movimento de “amizade” que relataram o cubano e o entrevistado. E, com os indivíduos em particular, acompanhá-los ao trânsito por outros mundos, ajudar abrir passagem, pode ser estratégia fundamental para fortalecer os corpos.

A proposição é que outros mundos possam compor-se ao mundo da Cracolândia, produzindo, assim, uma constelação de mundos possíveis para essas pessoas transitarem. Isso pode criar condições para que elas tenham outra relação com a droga, cada vez mais de menor dependência e com maiores possibilidades de escolha. Falam sobre as metodologias para o tratamento da dependência: da abstinência, que é a técnica mais asséptica, pois propõe uma “limpeza” orgânica e social para essas pessoas, até a redução de danos, que propõe técnicas e até a utilização de outras drogas menos prejudiciais que o crack com o intuito de diminuir o uso.

A proposição experimentada e problematizada nesse relato é, para além de uma redução de danos, também de ampliação das possibilidades de vida. Essas outras superfícies de trânsito produzem linhas vivíveis, que podem afetar os corpos com alegria, gerando uma contraefetuação, limitando os efeitos devastadores que a fissura pode causar nos corpos.

Outras linhas de forças se compõem para fortalecer os corpos. Elas produzem juntas a contraefetuação que enfraquece a efetuação da fissura e que, antes, operava para o encerramento desses corpos na queda vertiginosa da fissura do crack, na clausura da efetuação infinita. Fazendo um paralelo com o que Deleuze (2006) considerou sobre o álcool, o que se percebe nesse processo de encerramento não é mais o efeito do crack, mas o efeito do efeito do crack que, ao se efetuar na espessura dos corpos, devasta os tecidos corporais e sociais. Por isso, nos lembra Deleuze, para toda efetuação se faz necessária uma contraefetuação. Esse é o limite que impede que uma linha do acontecimento nos arraste até a morte, ou que impede que sejamos enforcados por ela.

Essas outras linhas de força se impõem na feitura de uma rede que se expande como superfície para amparar o outro nessa queda vertiginosa – ainda que, inicialmente, sejam breves sustentações, pequenas pausas na duração-relação com a droga, já produzirão diferenças nos corpos. É isto, então, que pode criar possibilidades de amparar o outro na

queda – a própria potência de afetar e de ser afetado do corpo. E, de tal modo, a queda poderá não ser mais infinita, mas uma recaída deixa de ser estado e passa a ser duração, aproximando o outro da condição de se levantar a cada vez.

Ter como horizonte que os efeitos produzidos pela droga poderão ser vivenciados em outras superfícies do mundo é fundamental para não fechar o pensamento sobre os efeitos da droga na própria clausura dos efeitos. Para tanto, nos jogos de forças, se o corpo tem esclarecimento para saber cuidar de si, este pode fazer uma seleção daquelas forças que o fortalecem ou o entristecem. No entanto, essas não são seleções fáceis, pois:

as alegrias e as tristezas, os aumentos e as diminuições, os esclarecimentos e os assombreamentos costumam ser ambíguos, parciais, cambiantes, misturados uns aos outros. E sobretudo muitos são os que só podem assentar seu Poder na tristeza e na aflição, na diminuição de potência dos outros, no assombreamento do mundo: fingem que a tristeza é uma promessa de alegria e já uma alegria por si mesma. Instauram um culto da tristeza, da servidão ou da impotência, da morte. Não param de emitir e impor signos de tristeza, que apresentam como ideais e alegrias às almas que eles mesmos tornam enfermas (DELEUZE, 2008a, p. 163).

Por isso, Deleuze (2006) lembra que:

é preciso acompanhar-se a si mesmo, primeiro para sobreviver, mas inclusive quando morremos. (...) ser o mímico do que efetivamente acontece, duplicar a efetuação com uma contra-efetuação, a identificação com uma distância, tal o ator verdadeiro ou o dançarino, é dar à verdade do acontecimento a chance única de não se confundir com sua inevitável efetuação, á fissura a chance de sobrevoar seu campo de superfície incorporal sem se deter na quebrantura de cada corpo e a nós de irmos mais longe do que teríamos acreditado poder. Tanto quanto o acontecimento puro se aprisiona para sempre na sua efetuação, a contra-efetuação o libera sempre para outras vezes. Não podemos renunciar à esperança que os efeitos da droga ou do álcool (suas revelações) poderão ser revividos e recuperados por si mesmos na superfície do mundo, independentemente do uso das substâncias, se as técnicas de alienação social que o determinam são convertidas em meios de exploração revolucionários (*idem*, p. 164-165).

Os efeitos desse modo de acompanhar podem também ser verificados na experimentação seguinte, em que se relata a conversa da terapeuta ocupacional com este mesmo participante.

[diário de campo]



Diário de Campo: fotos tiradas por participante de um espetáculo de palhaços.

[diário de campo]



Fotografia tirada por participante do grupo em exposição sobre as manifestações de junho de 2013 na Matilha Cultural para o diário de campo.

Experimentação VI

Ele: - Nossa! Agora, eu “brisei”, achei que esse papel alumínio no chão fosse um cachimbo!

Ela: - “Viajou” mesmo, hein? Lembrei agora dos cachimbos coloridos que tinham na Cracolândia, nunca entendi como eles eram feitos. Eles pintam, é?

Ele: - Não, aquilo é plástico, eles pegam um plástico colorido e derretem no alumínio, eles pintam assim! Você sabe de que cor era meu cachimbo?

Ela: - Não.

Ele: - Era preto e branco! Aqui é Corinthians!

Ela: - Mas, se você gosta tanto de futebol, porque não ficar no CAPS assistindo ao jogo da Copa das Confederações com os outros?

Ele: - Eu não! Se o povo lá quer ficar, que fiquem, mas eu vim hoje para fazer o grupo!

O menino tinha convencido todos os participantes a sair porque considerava que assistir o jogo não era fazer o grupo. Ao chegarem ao SESC do Carmo, a “lan house” estava fechada por causa do jogo, toda a programação cultural tinha encerrado no dia anterior e ele disse aos outros participantes: “Vamos, então, na Caixa (cultural)!” Todos aderiram novamente à sua sugestão.

Estavam passando na frente de um bar no centro e dava para ver um policial dentro assistindo ao jogo “Brasil X Uruguai”, enquanto uma policial aguardava na frente do bar de braços cruzados. Então, ele disse:

- Olha lá, o policial assistindo o jogo! E a policial mulher está esperando ele! Está vendo aquela policial é trabalhadora! Ela é que nem eu, ela quer trabalhar e eu quero fazer meu grupo, não assistir jogo de futebol! Se eu vim aqui fazer meu grupo, eu vou fazer o grupo!

Estavam se aproximando da Praça da Sé, pois precisavam atravessar para chegar ao Caixa Cultural e ele disse:

- *A gente vai passar no meio da Praça da Sé, no meio do movimento. Já dá para sentir o cheiro de crack! Nossa, dá até água na boca! – Referindo-se à Cracolândia que se forma ao final da tarde lá.*

- *Nem olha, hein! – disse a terapeuta enquanto tapava os olhos do menino, brincando.*

Ele: - Relaxa! Eu não sou nóia, não!

Ela: - Mas você quem estava falando que deu vontade de usar no meio do grupo! E tinha acabado de falar que queria fazer o grupo, estou te ajudando a fazer o grupo.

Ele: - É, relaxa! Você tem que entender que eu não sou nóia, eu sou usuário!

A terapeuta ocupacional lembrava que, havia menos de uma semana após um distanciamento do serviço, ele tinha dito exatamente o contrário, bastante triste afirmou: “Acho que estou desistindo. Eu sou um nóia mesmo”. Então tinha uma alegria importante naquela afirmação, por isso, ela quis saber a diferença para ele:

- *E qual é a diferença de nóia e usuário?*

Ele: - Nóia é quem vende tudo o que tem para comprar pedra. E usuário, não!

Ela: - Quer dizer que se o usuário não vende tudo, significa que ele tem mais condições de escolher o que trocar?

Ele: - Isso!

E o menino saiu correndo em direção ao Caixa Cultural. Afetada com aquela ideia alegre que o menino lhe trouxe, disse em voz alta:

- *Gente, estou impressionada! O que aconteceu com ele?*

E outro menino do grupo que entendeu o que ela disse como reclamação respondeu:

- *Está vendo? Agora, aguenta! Fica entrando na mente dele!*

Ela disse: - Eu não entro na mente de ninguém.

Ele: - Entrou, sim, que eu sei! Você é o professor Xavier²⁶ do X-Men que eu sei!

²⁶ Personagem com poderes telepáticos da história em quadrinhos X-Men, da Ed. Marvel Comics.

Ficava claro que, para ele, ser ou não ser não era mais sua questão, nessa experimentação. Percebe-se não se tratava de abdicar ou agarrar-se às identidades, aos vícios, aos lugares, às instituições. Mas o que emergia ali era uma espécie de nomadismo, deslocamentos desse menino pelos espaços, abrindo outros espaços ao se deslocar, inventando tipos de uso e experimentando-se a cada ocupação-performance. Esse deslocamento dos corpos pelos espaços pode ampliar não apenas repertórios de trajetos e espaços urbanos, mas ampliar a variação e as possibilidades de conexão e contato com outros corpos:

Um meio é feito de qualidades, substâncias, potências e acontecimentos: por exemplo a rua e suas matérias, como os paralelepípedos, seu barulhos, como o grito dos mercadores, seus animais, como os cavalos atrelados, seus dramas (o cavalo escorrega, um cavalo cai, um cavalo apanha...). O trajeto se confunde não só com a subjetividade dos que percorrem um meio mas com a subjetividade do próprio meio, uma vez que este se reflete naqueles que o percorrem (DELEUZE, 2008c, p. 73).

Mais possibilidade de os corpos podem ao acaso serem afetados por outras intensidades de encontros e acontecimentos, nutridos por durações alegres que fazem perecer o sofrimento, aumentando sua potência de agir. A vontade de viver torna necessário o deslocamento: uma vida de passagens. Ele improvisa um *funk* durante a entrevista:

Ele passa dia e noite vivendo no mundão
Dia e noite, noite e dia, 24 horas
Doido na fissura querendo fumar
Um moleque radiado doido pra dar um trago...

Vamos lá meu irmão
Sair para o mundão
E indo lado a lado
Para fugir da solidão

Vivendo no mundão
Tentando escapar
da maldita droga
por isso agora eu vou rimar:

Vamos lá meu irmão
Sair para o mundão
E indo lado a lado
Para fugir da solidão...²⁷

“Devir-criança” é o nome que Deleuze e Guattari dão à potência criadora e inventiva da subjetividade, remetem à infância como lugar de invenção e experimentação, fabricação de

²⁷ Trecho de entrevista com participante.

trajetos de toda ordem: imaginários, afetivos, intensivos e extensivos. Experimenta-se esse devir-criança à medida que se caminha lado a lado por esses trajetos extensivos e intensivos, afinal, no encontro entre os corpos, fabricam-se outros trajetos afetivos, em que o corpo-terapeuta, o corpo-adolescente, é meio de produção de realidades, sensibilidades, imagens, ideias. É assim que os encontros por essas andanças tornam-se mananciais de possibilidades, produção de realidades, algo se passa *entre*, paisagens passageiras.

fazer com que o encontro com as relações penetre e corrompa tudo, mine o ser, o faça oscilar. Substituir o *É* pelo *E*. *A e B*. O *E* não é sequer uma relação ou uma conjunção particular, é aquilo que sustenta todas as relações, a estrada de todas as relações, o que faz com que as relações se escapem para fora de seus termos e para fora dos conjuntos de seus termos, e para fora de tudo que poderia ser determinado como *Ser, Uno ou Todo*. (...) Pensar *com E*, em vez de pensar *É*, de pensar *para É*: o empirismo nunca teve outro segredo. Experimentem, é um pensamento extraordinário, e contudo é a vida (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 75)

A vida se manifesta de diferentes formas nos diferentes espaços transitados. Existir em muitos mundos é uma experiência de saúde, é estar em devir continuamente. Não se trata de escolher um mundo para habitar, mas criar cada vez mais condições de transitar pelas bordas de muitos mundos, derrelição de uma unidade substancial-essencial, de identidades, de fixações para ganhar mobilidade, para transitar por entre outros espaços. Explorar e experimentar outros mananciais afetivos cria possibilidades de atualização: contínua presentificação da potência de agir dos corpos, renovação da subjetividade. Encontram-se aí linhas de fazer fugas, como disse o adolescente na entrevista, “indo lado a lado para fugir da solidão”, da droga, da identificação, do sofrimento, de “si mesmo”, da morte. É mais do que uma fuga, é uma arma de “como livrar-se de si mesmo” e produzir outras realidades para a vida: “o erro, o único erro, seria pensar que uma linha de fuga consiste em fugir da vida; a fuga no imaginário, ou na arte. Mas fugir é, pelo contrário, produzir o real, criar vida, encontrar uma arma” (DELEUZE; PARNET, 2004, 63).

[diário de campo]

Foto tirada pela pesquisadora do Vale do Anhagabaú - no canto direito observa-se uma escadaria que serviu de palco para uma apresentação do grupo “Conhecidências do Centro” em 18/05/2011, dia da Luta Antimanicomial.

Trecho do diário de campo sobre este dia:

Dia intenso, vibrante, composto por encontros e desencontros, imprevistos
 Superfícies variadas [quase vertiginosas] nas passagens por esses lugares de
 passagem de tantos
 de tensões e de fluxos
 polifonia desvairada
 a vida não tem cabimento
 não cabe nas exigências,
 em algumas supostas coerências e identidades.
 Ela pode sempre escapar à vontade de enquadrar, das regras, dos conceitos, dos
 saberes, da vontade de organização, ao mesmo tempo em que, necessita de estrutura.
 imprevisível
 esquizo

possíveis críticas para possíveis clínicas

Experimentação VII

... o Diabo, na rua, no meio do redemunho... (ROSA, 2001, p. 437)

Após 10 meses trabalhando juntos no diário de campo grupal, aconteceu o irreparável – perde-se grande parte do diário de campo, como está relatado a seguir.

Na sexta-feira anterior ao feriado de carnaval, um dos participantes se sentou à mesa em que estavam uma fonoaudióloga e uma terapeuta ocupacional e ficou olhando em silêncio, o que era raro. E perguntaram-lhe: “O que foi?” E ele disse: “E, agora, que eu vou fazer?” “No feriado?” – responderam. E ele, antes mesmo de pensarem numa proposta, disse com ironia: “Já sei, vou pra Cracolândia usar muita pedra!”

Um silêncio pairou na sala, até que ele mesmo disse: “Não, eu vou tentar ficar em casa, comendo bala!”.

Pós-carnaval, quarta feira de cinzas. O CAPS i havia ficado quatro dias fechado. O garoto chegou às 11h30 na porta do prédio, esperando dar 12h, quando finalmente o serviço abria e poderia entrar. Estava ansioso. Chegou dizendo que havia passado o carnaval sozinho, num quarto localizado num estacionamento que é pago por uma mulher a quem ele chama de “tia”. Dizia a cada um que passara o feriado comendo balas. “Não usei pedra, não usei crack nem um dia, consegui não usar”, enunciava repetidas vezes a todos do serviço. E, após um tempo, já começou a dizer também: “eu estou na fissura do crack”.

O Conhecidências do Centro acontece às quartas-feiras, e ele esperava ansioso o horário da saída. No entanto, duas técnicas que acompanham o grupo estavam ausentes. Estavam apenas uma terapeuta ocupacional e um psiquiatra. Colocou-se que não haveria saída devido à falta de profissionais, mas os três participantes que vieram neste dia insistiram no passeio e, por isso, resolveram sair.

Estavam presentes: o W.: um menino largo e alto que na maioria das vezes é bem tranquilo, gosta de tocar bateria e, naquela época, relatava repetidas vezes em voz alta as pessoas das quais não tem medo em série: “não tenho medo do pai, nem da mãe, nem do segurança, nem da professora, nem do pastor, nem do médico, nem da psicóloga, nem da terapeuta, nem da enfermeira...”; o A., um menino negro e que anda curvado e com os

ombros segurados na altura das orelhas, como se os mesmo estivessem suspensos por fios invisíveis. Este escutava “vozes de comando” que o diziam a torto e a direito: “negros são feios, fedem e que era necessário morrer ou fazer uma cirurgia racial e ficar branco e loiro, como um ator de uma novela”. Não fazia mais de um mês que este mesmo menino havia subido até o vigésimo andar de um prédio público e foi pego quase se jogando de lá pela zeladora.

E aquele menino citado no começo, que dizia não haver usado crack no carnaval, o C. Sua mãe faleceu quando ele tinha três anos. Então seu pai começou a trancá-lo em um quarto junto com sua irmã mais nova. O pai foi denunciado pelos vizinhos porque maltratava os filhos – disse à juíza que não os queria mais e perdeu o poder familiar. Foram encaminhados a um abrigo, mas ele não conseguia ficar trancado mais e vivia saindo para as ruas, retornando sempre. Até que, após uma saída, quando retornou, soube que sua irmã fora adotada por outra família, rompendo com o único vínculo familiar que ainda tinha. Foi aí que fugiu de vez e, desde os nove anos, mora no centro de São Paulo: inicialmente ficava nas ruas do Largo do Arouche. Depois foi para a Luz, depois conseguiu agenciar um quartinho em um estacionamento, no qual apenas dormia, ficando mais em movimento de rua.

Na entrevista, disse que chegou ao CAPS i com 15 anos para fazer tratamento por causa das drogas e porque era muito nervoso: “É e também porque eu sou muito nervoso! É que eu sou que nem meu pai, meu pai que era assim também, muito nervoso, Quando ele tava com raiva, ele quebrava tudo. E eu, antes, quando cheguei quebrava tudo! Vinha a raiva e eu quebrava tudo mesmo! Hoje, eu estou diferente! Quando vem a raiva, eu consigo me segurar mais. Mas, nossa, só de lembrar dessa época, já me veio a raiva de novo”²⁸

É importante dizer também que a terapeuta ocupacional relatada nesta experimentação ficou muito próxima dele quando começou a frequentar o CAPS i.

E, nessa quarta feira de cinzas, ele insistiu: - Quero ir ao prédio do Banespa!

A terapeuta ocupacional disse-lhe: - Mas lá já fechou! Já são 5 da tarde! E você não tinha medo de altura?

*Ele: - Mas eu quero sair. Então, vamos de novo ao [centro cultural] Banco do Brasil?
- Todos os participantes concordaram com a proposta dele e foram.*

²⁸ Trecho de entrevista com participante do grupo.

Mas, chegando a primeira esquina do primeiro quarteirão, o A., aquele menino que quase se jogou de um prédio começou a correr, sem mais nem menos, quando foi chamado pela terapeuta ocupacional a ficar perto. Ele estava siderado respondendo às vozes delirantes. No entanto, o outro menino que dizia estar na fissura do crack começou gritar: “A., corre!”

E A., começou a responder aos comandos reais do menino. A terapeuta correu até A., chamou-o e também disse ao outro que não podia mandar o A. correr, que era um risco. Mas, assim que o alcançou e começou a conversar com A., para saber o que estava acontecendo e o porquê de ele responder ao que o outro pedia, gritou-se de novo: - Corre, A.! A terapeuta também tentou conversar com o menino C. O médico disse: - C., para! Mas ele disse dissimulando: “- Ah! Eu não estou fazendo nada! O A. só corre porque ele quer”.

Então, a terapeuta chamou A., pediu para andarem de mãos dadas, já que ele não estava conseguindo andar solto e não responder aos comandos de C., que estavam fazendo ele se colocar em risco. A. apenas sorriu sem graça e disse manso: “eu corri porque...” E se calou. Concordou em ir de mãos dadas. Estavam no início da Rua 25 de março, uma rua agitada do centro com muito comércio, ambulantes, pessoas.

E não demorou muito para o menino, ao ver a terapeuta intervir no seu jogo de dominação, querer instaurar outro jogo de dominação mais uma vez: começou a pegar o lixo do chão das ruas e a jogar no corpo da terapeuta. Primeiro, achou uma arma de plástico de brinquedo e jogou nas costas da terapeuta. Logo da primeira vez que fez isso, a terapeuta tentou conversar com ele, mas ele não tinha mais escuta – estava com o peito inflado, cabeça empinada e o olhar fixo e obstinado. O médico pegou a arma de plástico dele. Mas o menino pegou outro lixo do chão e jogou de novo na terapeuta.

E, ainda para compor mais a situação conflitante, logo veio a polícia que começou a rondar e lançar o olhar de fiscalização.

Um ambulante passou e disse: - “É por isso que tem que internar esses “nóias” mesmo!”.

Outro comerciante disse: “Menino assim só tem jeito se for matando!”.

E outro que parecia conhecê-lo da rua chegou mais perto do menino e disse: “Menino, o que você está fazendo? Ela cuida de você! Por que você está desrespeitando ela?”.

Ele não respondeu. A terapeuta propôs voltar ao CAPS, estavam há apenas 3 quarteirões. Mas o menino se recusou, queria continuar até o centro cultural. Tentaram mais uma vez prosseguir, tentando desfazer o palco para as outras pessoas e acalmar a situação. No entanto, ele pegou novamente outro objeto do chão e arremessou na terapeuta, que disse não ser possível continuar daquela forma. Deram meia volta e retornaram. Mas ele continuou a pegar lixo e jogar na terapeuta, que estava segurando o diário de campo do Conhecências do Centro na mão esquerda e o A. na mão direita. E o médico, tentando ajudá-la, pegou o diário de campo para carregar. O médico também tentou conversar com o C., mas este continuava a pegar mais lixo, outras pedras e jogar na terapeuta.

A terapeuta parou para que ele os passasse e disse que não ia prosseguir enquanto ele não parasse de jogar pedras em suas costas. Ficaram um tempo parados, e o outro menino mais tranquilo, W., disse: “vamos logo, estou com vontade de ir ao banheiro”. Foi aí que ele, o C., pediu o diário de campo do grupo ao médico, dizendo que iria ajudá-lo a segurar. O médico deu-lhe, confiando no que ele dizia, mas que não fez.

Logo que ele se distanciou cinco passos de todos, começou a rasgar folha por folha do diário e a jogá-las no meio da rua. O asfalto estava molhado. Algumas folhas caíram em poças de água suja. Os outros participantes foram pegando as folhas que ainda estavam secas e mais ou menos limpas. Recolhiam juntos. Até que, ao ver que recolhiam, ele pegou o que sobrou do diário, picotou e jogou para o alto. Saiu correndo em direção ao CAPS...

Então, o médico disse à terapeuta ocupacional: - “Isso não pode ficar assim, ele sabe que não pode fazer isso, tem que ter uma consequência! Sei lá: suspensão de 3 semanas sem vir ao grupo! Alguma consequência! Com meus filhos é assim, se fez errado, tem consequência!”.

A terapeuta, tentando juntar os pedaços que sobravam para ainda seguir com o A. e o outro menino, só disse: - “Não sei se é através da suspensão que a agente vai lidar com tudo isso que aconteceu e fazê-lo entender que não é possível fazer isso...”.

Então, o médico disse: - “E uma reparação?”.

A terapeuta cansada já disse: “Não sei, precisamos pensar melhor sobre tudo isso que aconteceu. Mas, agora, eu não sei”.

Homo homini rex: relembra Foucault (2012a) que todos e qualquer um, se souberem jogar esse jogo de dominação, podem tornar-se frente ao outro um monarca terrível e sem lei. A cada momento, nas mais diversas circunstâncias, até em nome da justiça e sob o véu do igualitarismo, iniciam-se jogos das mais diversas ordens de dominar o empenho e o desempenho do outro.

A soberania política vem inserir-se no nível mais elementar do corpo social: de súdito a súdito – e, às vezes, trata-se dos mais humildes –, entre os membros de uma mesma família, nas relações de vizinhança, de interesses, de profissão, de rivalidade, de ódio e de amor, se pode fazer valer, além das armas tradicionais da autoridade e da obediência, os recursos de um poder político que tem a forma do absolutismo; cada um, se souber jogar o jogo, pode tornar-se face ao outro um monarca terrível e sem lei: *homo homini rex*; uma cadeia política inteira vem entrecruzar-se com a trama do cotidiano (FOUCAULT, 2012a, p. 211).

Muitos são os relatos dos adolescentes sobre violências cotidianas: a polícia que pega, mas não prende, espanca; um traficante que coage porque o menino “arrastou”²⁹ no “seu território”; as cenas violentas dos roubos; as violências domésticas; os abusos de poder e sexuais, inclusive entre os próprios adolescentes. Cenas que se repetem muito na história desses meninos e meninas, e que têm em comum os movimentos de luta de dominação de corpos e territórios. O aparecimento constante da violência no cotidiano faz com que eles tragam esses movimentos de dominação introjados em seus corpos e, ao mínimo sinal de frustração, podem virar pequenos tiranos querendo tomar o controle à força.

O que estão apreendendo?

Esse mesmo menino que protagoniza essa situação é quem nas entrevistas demonstrou mais incômodo para falar sobre a sua vinculação com o serviço. É que, no início, o motivo pelo qual chegou ao CAPS foi sua condição de vulnerabilidade, configurada por um histórico de abandonos e de expulsões de instituições: familiar, abrigo, de O.N.G., de adoção. A própria situação de uma entrevista, em que o pesquisador e o entrevistado estão em relação dual,

²⁹ Gíria, como “causar”, que define fazer algo que está fora das regras; alvoroçar; bagunçar.

configura uma atmosfera de individualização. Mas, nos casos desses meninos, muitas vezes esses movimentos de individualização não os fortalecem, mas os vulnerabilizam. O fato de eles não conseguirem estabelecer relação, como fica claro nas entrevistas, produz como consequência frequente acabarem sendo moralmente responsabilizados pela sua própria situação pessoal, por não atenderem às oportunidades propiciadas pelas instituições familiares e sociais. De modo que, por serem inadequadamente culpabilizados, começam a assimilar como defesa tais julgamentos, como se isso os protegesse de futuras frustrações.

Nos serviços de saúde mental, já é método de atenção a constituição de redes de atenção aos usuários, configurando para os indivíduos o acesso e a vinculação em diversos espaços sociais, como escolas, família, ONGs, abrigos etc. Pensa-se deste modo que é para evitar ao máximo a dependência dos usuários aos serviços, garantindo possibilidades variadas de relação e experiência. Mas até a feitura dessas redes de atenção torna-se difícil para alguns adolescentes “marcados” pelo julgamento institucional, mesmo com aqueles serviços que são especializados em crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Só pelo fato de muitos deles chegarem ao serviço, pode-se entender que há alguma vontade de entrar em outras relações ou de criar outras condições de vida; mas as manifestações destrutivas, de rebeldias, de raiva, como na situação igual a essa relatada, podem fazer muitas vezes com que as instituições julguem esses movimentos enquadrando os adolescentes em um esquema fatalista. Os serviços podem criar sem crítica disso uma organização de julgamento, regramentos e proibições prévias, configurando microtribunais em que se julgam a vida desses meninos a partir dessas regras, como se apenas a vinculação com os serviços de atendimento já os submetessem a uma relação de credor-devedor, na qual as dívidas são pagas com o cumprimento das regras. Ao invés de elaborar com eles o entendimento dos tais afetos que os agitam, ou mesmo de tentar extrair desses acontecimentos as linhas de vitalidade que poderiam configurar modos de interferir com essas “crises” que os fazem padecer, algumas vezes, os serviços podem acabar julgando-os de tal modo que o veredicto muitas vezes é a proposta de uma suspensão ou a retirada de seu convívio. Podem reiterar, assim, que os desvios, estado de “crise”, afetos tristes devem ser tratados em outros espaços, o que, muitas vezes, acaba sendo o das drogas.

Por isso, os vereditos constantemente são insuficientes para reparar os efeitos de um acontecimento como este da experimentação relatada, pois em sua maioria são efetuados apenas para os indivíduos tomados como as “causas” dos conflitos, de maneira muitas vezes punitiva, sendo raramente uma proposição feita para que se efetue uma relação produtiva

entre o adolescente e a instituição, ou entre o adolescente e o terapeuta. Basta notar os momentos em que apenas se suspendem os meninos das atividades educativas, como se isso pudesse solucionar o acontecimento.

É claro que não se pode generalizar e fazer o julgamento das medidas de suspensão, expulsões dos serviços, há momentos e situações que são cortes necessários para fazer fugir situações de violência, como vezes em que adolescentes chegam armados, mas o que se coloca como necessário é pensar a cada vez, de forma crítica, se são possíveis estratégias para resolver os impasses “com” os adolescentes, e não “para” eles ou “deles”, tomando como posição a responsabilidade sobre aquilo que acontece no encontro entre adolescente ou criança e instituição. Afinal, os conflitos à medida que acontecem, mesmo quando estes sejam repetições projetivas de uma história individual, surgem na superfície de encontro que também é de responsabilidade do terapeuta. Não há posição neutra, nesse sentido, para aquele que cuida ou atende: ele é responsável por aquilo que acontece no encontro, esse é o seu chamamento. Se não houver implicação do terapeuta pelos acontecimentos, podem-se reiterar mais as condições de vulnerabilidade, decretando novamente a falência para esses adolescentes. Os julgamentos produzem mais tristeza, gerando mais sofrimento e diminuindo cada vez mais a potência de agir desses meninos.

Tudo o que envolve tristeza serve à tirania e à opressão. Tudo o que envolve a tristeza merece ser denunciado como mau, pois nos separa de nossa potência de agir: não só o remorso e a culpabilidade, não só o pensamento da morte (IV, 67), mas até a esperança, e mesmo a segurança, que significam a impotência (IV, 47)” (DELEUZE, 2002, p. 61).

Todo juízo supõe critérios pré-existentes, signos imperativos, cujos efeitos são tomados por um fim – “ou a ideia do efeito pela causa” –, ou seja, o juízo faz um recorte sobre o acontecimento, tomando apenas os signos imperativos. Por exemplo, pode-se fazer um recorte desse relato: o adolescente atira pedras nas costas para machucar a terapeuta. Essa ideia pode tornar-se inadequada ao responsabilizar as causas apenas em um corpo, no caso, o do adolescente, e não incluir na composição o corpo-terapeuta, pensando na complexidade desse encontro. Por isso, ao invés do juízo, o combate:

Combate, por toda parte combate, o combate substitui o juízo. Sem dúvida, o combate aparece contra o juízo, contra suas instancias e seus personagens. Porém, mais profundamente, o próprio combatente é o combate, entre suas próprias partes,

entre as forças que subjagam ou são subjagadas, ente as potências que exprimem essas relações de força (DELEUZE, 2008c, p. 150).

Esta posição difere da de um julgamento, que é da ordem da moral e se impõe de modo determinante ao adolescente, por castigos e privações – supondo que ele é o único culpado pela ação, o que implica a relação de vítima-violentador, credo-devedor, como se isso pudesse dar uma suposta solução para a violência, e para o ressentimento em face de tais acontecimentos. Como diz Deleuze (2006):

a moral não tem sentindo nenhum ou então é isto que ela quer dizer, ela não tem nada além disso a dizer: não ser indigno daquilo que nos acontece. Ao contrário, captar o que acontece como injusto e não merecido (é sempre a culpa de alguém), eis o que torna nossas chagas repugnantes, o ressentimento em pessoa, o ressentimento contra o acontecimento. Não há outra vontade má. O que é verdadeiramente imoral, é toda utilização das noções morais, justo, injusto, mérito, faltas (idem, 151-152).

No posicionamento ético, não se trata de desresponsabilizar os adolescentes pelos seus gestos agressivos e violentos, mas, sim, ser necessário compreender esses gestos em contexto, não tomando o adolescente apenas como a única causa, considerando também o encontro deste com as instituições, sejam elas de “saúde”, “cultura”, “pedagógicas”, “judiciárias”, entendendo que os sujeitos respondem às configurações institucionais. E, ainda, o que é importante, levando em conta, como no caso dessa experimentação, as questões relativas ao encontro desse adolescente com a terapeuta. Nessa experimentação, a terapeuta, pela necessidade de compreender tal acontecimento, coloca-se como corresponsável pelo que acontece não apenas a si mesma, mas também aos adolescentes, por isso, pensa não apenas a duração do acontecimento que se fez na rua, mas todo o percurso em que se constituiu o trabalho com esse jovem. Uma condição mínima para lidar com crianças e adolescentes que quando se frustram trazem à tona corpos agressivos é que os terapeutas possam ser afetados por tais movimentos e têm que jogar com eles. Isso é condição de liberdade inventiva na clínica:

É somente verdadeiro a respeito do homem livre, porque ele captou o próprio acontecimento e porque não o deixa efetuar-se como tal sem nele operar, ator, a contra-efetuação. Só o homem livre pode então compreender todas as violências em uma só violência, todos os acontecimentos mortais em um só Acontecimento que não deixa mais lugar ao acidente e destitui tanto a potência do ressentimento do indivíduo que a da opressão na sociedade. É propagando o ressentimento que o

tirano faz aliados, isto é, escravos e servos; só o revolucionário se liberou do ressentimento... (DELEUZE, 2006, p. 155).

Assim, a cartografia como proposição ética de intervenção tem a premissa *de* pensar o encontro de corpos, de contextos, de movimentos, de linhas de força imanentes ao acontecimento para compreender os sentidos, as composições e decomposições que se produzem, para “tornar-se digno dos acontecimentos” lembra Deleuze (2006), *amor fati* nomeia Nietzsche:

Quero cada vez mais aprender a ver como belo aquilo que é necessário nas coisas: - assim me tornarei um daqueles que fazem belas as coisas. *Amor fati* [amor ao destino]: seja este, doravante, o meu amor! Não quero fazer guerra ao que é feio. Não quero acusar, não quero nem mesmo acusar os acusadores. Que a minha única negação seja *desviar o olhar!* E, tudo somado e em suma: quero ser, algum dia, apenas alguém que diz Sim! (NIETZSCHE, 2012, p. 166)

É a partir daí, dessa compreensão, que se pode jogar com os afetos emergentes, e buscar compreender qual é o seu ponto móvel: “o ponto em que a morte se volta contra a morte, em que o morrer é como destituição da morte” (DELEUZE, 2006, p. 156) e o qual cria condições de desdobramentos relacionais, vivenciais, experimentais que substituirão as limitações dos vereditos. Os manejos clínicos constituem-se nesses pontos móveis, pois são sempre invenções entre terapeutas e pacientes, quer sejam gestos, pensamentos ou superfícies de partilha.

Nesse sentido, quando um terapeuta se propõe ao encontro com o outro, assume também a responsabilidade e os riscos possíveis, deve saber que o que faz durante e com o acontecimento – mesmo que seja abster-se, retirar-se ou fugir – implica desdobramentos: é por isso que ele deve se responsabilizar pelo que acontece. Isso é o acompanhamento ético com alguém, quando o terapeuta entende que a qualidade de seus gestos pode ajudar a intensificar ou desmanchar situações. É a partir dessa noção comum que podemos concluir que, num encontro, todos os corpos são propositores: os mínimos gestos, pequenas sutilezas, entonações da voz, delicadezas, podem produzir diferenças fundamentais que poderão conduzir ao julgamento-ressentimento ou ao combate-afirmação.

Se na duração do encontro há um acontecimento que desterritorializa relações, como no conflito ocorrido nessa experimentação, faz-se necessário selecionar forças e afetos dessa desestabilização, capturar o seu sentido, que poderão servir de trampolim para outro modo de

se relacionar no qual ambos, terapeuta e adolescente, poderão aprender com as feridas abertas no acontecimento ou enunciadas por ele: criar condições de renascimento a partir do acontecimento. Deleuze (2006) escreve uma bela passagem sobre isso:

Que haja em todo acontecimento minha infelicidade, mas também um esplendor e um brilho que seca a infelicidade e que faz com que, desejado, o acontecimento se efetue em sua ponta mais estreitada, sob o corte de uma operação, tal é o efeito da gênese estática ou da imaculada concepção. O brilho, o esplendor do acontecimento, é o sentido. O acontecimento não é o que acontece (acidente), ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera. Segundo as três determinações precedentes, ele é o que deve ser representado no que acontece. Bousquet diz ainda: “Torna-te o homem de tuas infelicidades, aprende a encarnar tua perfeição e teu brilho”. Não se pode dizer nada mais, nunca se disse nada mais: tornar-se digno daquilo que nos ocorre, por conseguinte, querer e capturar o acontecimento, tornar-se o filho de seus próprios acontecimentos, refazer para si mesmo um nascimento, romper com seu nascimento de carne. Filho de seus acontecimentos e não mais de suas obras, pois a própria obra não é produzida senão pelo filho do acontecimento (idem, p. 152)

É tudo o que se deseja para esses meninos e meninas que carregam consigo o medo e o ressentimento de suas feridas: renascimentos. Deseja-se a cada acontecimento produzir, ainda que pequenas, mobilidades contra a morte, o ressentimento e o medo. Que estes meninos e meninas possam renascer com os profissionais que o acompanham, serem ambos terapeutas e adolescentes paridos de novo pelo acontecimento.

[diário de campo]



Foto tirada por participante de cena de Filme “Meia noite levarei sua alma” do Zé do Caixão durante passeio ao Itaú Cultural.

Anotações de um diálogo sobre o filme voltando do passeio:

Participante: Eu gostei do Zé do Caixão porque ele era igual a mim. Ele queria machucar todo mundo que tava na frente.

Terapeuta Ocupacional: Por quê?

Participante: Porque era tipo por ciúmes!

Psicóloga: Eu lembro que durante o filme a gente pensou em coisas que faziam ele ficar parecido com o Zé do Caixão e coisas que fazem ele ficar diferentes do Zé do Caixão...

Participante: Mas eu não sou parecido com o Zé do Caixão, eu sou bom, ele é mau!

Outro participante: Ah! Bom! Já estava ficando com medo de você!

Participante: Eu disse “eu era”, “eu era”... No passado!

Experimentação VIII

um jovem do povo tinha um rosto onde julguei ser as aventuras que costumam atribuir-se aos criminosos. A sua beleza capturou-me. Liguei-me a ele, e esperava voltar a viver nele um tema fora da lei. Ora ele era solar... (GENET, 1990, p. 64).

Estavam saindo de um museu e o menino estava alegre, brincando com os outros, apontando o que via entusiasmado. Ele era o mais novo do grupo nesse dia, tinha 13 anos e esquisitices que na psiquiatria são nomeadas como “transtorno opositor”, pois este menino quase sempre dizia não a toda proposta. Fazia xixi nos cestos de lixo da sala de aula, cuspiam nas pessoas e ficava pelado sem às vezes nem saber dizer o porquê.

Era interessante vê-lo vir sozinho e espontaneamente ao grupo, por vontade própria. Ele, de todos os meninos, era o que estava sempre bem vestido, limpo, sem estranhezas aparentes no corpo.

Mas, naquele dia, ele encontrou um senhor na porta deste lugar. Era um senhor mais velho, vestia boina, usava óculos, suspensórios, calça de linho xadrez e uma mochila. E o menino lhe disse: “Nossa, parece que caiu de paraquedas!”.

O senhor de pronto respondeu: “O que você disse!?”.

O menino explicou já menos entusiasmado: “É que o senhor apareceu de repente e pareceu...”.

O senhor cortou o menino e continuou a lhe perguntar cada vez num tom mais agressivo: “Você é louco, menino? Quem você pensa que é para falar assim comigo? Você é louco, retardado mental? Quem você pensa que é para falar comigo, moleque!?”.

Até este momento, os terapeutas não estavam entendendo o que havia acontecido, pois não tinham escutado o que o menino havia dito ao senhor e não intervieram, pois viram o menino tranquilo e respondendo calmamente ao senhor que o questionava muito enfurecido.

Ele disse a cada pergunta: “Não, senhor”.

O senhor continuou a esbravejar: “Você é ladrão? E se eu fosse policial, menino? Já imaginou se eu fosse policial? Cadê seus pais?”.

E o menino lhe respondeu: “Eu não estou com meus pais”.

“Cadê a professora que te acompanha?!”- perguntou o senhor.

E o menino continuou lhe respondendo: “Eu não estou com a escola. Senhor, me desculpe, eu só estava querendo brincar”.

“Mas você não pode brincar com quem você não conhece, moleque!” – continuou o homem.

Os terapeutas e os participantes ficaram próximos do menino, mas não intervieram.

Depois, o menino voltou conversando com uma dos terapeutas e disse o que havia acontecido para o homem começar a gritar: tinha dito ao senhor brincando que parecia ter caído de paraquedas porque ele estava de mochila e um óculos diferente, que parecia aqueles aviadores que saltam de paraquedas. A terapeuta e outro menino que andava junto riram, mas depois se questionaram: mas aquilo é motivo para o homem falar tudo isso? E o outro menino disse: - Ah, tem gente que não sabe brincar, né? E o outro menino disse: - É adulto. Adulto não brinca. A terapeuta disse: - Lógico que não, muitos adultos brincam e têm bom humor. E o que me incomodou é que ele se deu ao direito de gritar daquele jeito por conta de uma brincadeira.

O mal-estar produzido por esse dia é um intruso no pensamento que ecoa e torna estranho aquilo que se escutou daquele homem esbravejando: ladrão, moleque, louco, retardado mental. Mas o que incomodou nesta cena foi: o que fez esse homem fazer tal escândalo, como se ele tivesse muito mais poder que um outro que, como ele mesmo apontava, não o conhecia? O que faz esse adulto avançar nesse participante e se colocar numa atmosfera de arrogância, em que parecia não apenas de seu direito fazer aquilo, mas também um dever – gritar, constringendo o adolescente, por um comentário banal que poderia ser levado como simples brincadeira? E, ainda, o que fez os terapeutas hesitarem e não intervirem naquela cena histórica? O que fez com que os outros acompanhantes e participantes se calassem, nem ao menos interrogassem a esse homem o motivo pelo qual estava gritando? Será que os terapeutas, na dúvida, entenderam aquele senhor poderia ter mais razão que o adolescente? Não se quer problematizar quais são as circunstâncias psíquicas deste homem,

mas evidencia-se aí uma relação social problemática e fundante que é a relação entre o adulto e o adolescente.

O que se configura nesta relação é um discurso do adulto que mais se aproxima de um ensino da moral ao adolescente do que de uma intenção ética que pensa em fazer o bem. Como propõe Walter Benjamin (2009):

Vamos nos colocar no terreno da ética kantiana (...) Kant faz uma diferenciação entre legalidade e moralidade, diferença expressa por vezes da seguinte forma: “Para que algo possa ser moralmente bom não é suficiente que esteja de acordo com a lei ética, mas que também ocorra por causa dela”. Ao mesmo tempo esta dada assim uma outra determinação da vontade ética: está é “livre de motivações”, determina unicamente pela lei ética, pela norma: faze o bem! (idem, p. 11-12)

Tanto por sua aparência como pela arrogância, esses discursos produzem intimidação, sustentam a ideia de “experiência” de um adulto que “sabe o que estava falando”. Benjamin problematiza a dificuldade de um jovem questionar um adulto e a intimidação e amargura que a máscara da “experiência” pode lhe causar.

Talvez ele tenha razão. O que podemos objetar-lhe? Nós ainda não experimentamos nada. (...) Antes de tudo, um fato: também ele foi jovem um dia, também ele quis outrora o que agora queremos, também ele não acreditou em seus pais; mas a vida também lhe ensinou que eles tinham razão. E então ele sorri com ares de superioridade, pois o mesmo acontecerá conosco – de antemão ele desvaloriza os anos que estamos vivendo, converte-os na época das doces asneiras que se cometem na juventude, ou no êxtase infantil que precede a longa sobriedade da vida séria. Assim são os bem intencionados, os esclarecidos. Mas conhecemos outros pedagogos cuja amargura não nos proporciona nem sequer os curtos anos de “juventude”; sisudos e cruéis querem nos empurrar desde já para a escravidão da vida. Ambos, contudo, desvalorizam, destróem os nossos anos, e, cada vez mais, somos tomados pelo sentimento de que a nossa juventude não passa de uma curta noite (vive-a plenamente, com êxtase!; depois vem a grande “experiência”, anos de compromisso, pobreza de ideias, lassidão. Assim é a vida, dizem os adultos, eles já experimentaram isso (BENJAMIN, 2009, p. 22)

O discurso do adulto, sempre justificado pela pretensão de que a experiência de vida lhe confere – “eu sei o que estou falando, tenho mais experiência (...) sei o que estou dizendo, já passei por isto” –, também encobre a falta de sentido e a brutalidade cinzenta que talvez tenha contaminado toda a vida do adulto e que pode hostilizar o espírito e os sonhos dos jovens, tornando-os filisteus que realizam na sua experiência “eternamente a mesma expressão da falta de espírito” (idem, p.24).

Há variadas maneiras de reatualizar tal discurso hostil na clínica como modo de desrealizá-lo, facultando às crianças e adolescentes a possibilidade de expressar-se com liberdade acerca de tais experiências que podem até serem traumáticas. O medo que muitos adultos têm de jogar com o imprevisível, com aquilo que é desconhecido, pode torná-los alheios ao convite dos jovens para olhar para a singularidade das suas experiências, pois, como lembra Benjamin, “cada uma de nossas experiências possui efetivamente conteúdo (...) a experiência é carente de sentido e espírito apenas para aquele já desprovido de espírito” (idem, p.23).

Ainda, após este dia, em uma entrevista, outro participante, ao relembrar tal acontecimento como uma passagem triste, disse: “o moço falou depois que a gente já tava lá na frente: *olha, quem mandou trazer a favela aqui*”³⁰.

Outra situação conflituosa foi lembrada por mais um participante entrevistado. Lembrou que um segurança de um shopping, certa vez, não queria permitir sua entrada e participação em uma exposição de jogos e brinquedos para crianças e adolescentes que acontecia no hall. Mesmo com a intervenção da monitora, que já havia dito que ele podia participar, o segurança insistiu em vetar sua participação e expulsá-lo do espaço. Então face à insistência do segurança, o adolescente pediu ajuda de uma terapeuta ocupacional que o acompanhava, para que explicasse ao segurança que ele estava ali para participar daquela programação. Então o segurança se desculpou dizendo que não sabia que ele estava acompanhado.

A vez que fiquei com raiva foi quando a gente foi no Shopping Light na exposição de brinquedos e o segurança não queria deixar eu entrar. Mano, eu fiquei com raiva. (...) Eu chamei a F. [terapeuta ocupacional] para me ajudar a conversar, que eu já tava ficando com tanto raiva e ia acabar dando razão pra ele [não deixar eu entrar]. (...) Ele tava achando que eu ia roubar, mas eu só queria jogar como os outros [participantes]³¹.

Em outro dia, o grupo foi a um show de música do Paulinho Moska realizado no Centro Cultural Banco do Brasil às 13h da tarde de uma terça feira. Havia muitas pessoas vestidas com terno e gravata que pareciam ter vindo dos bancos e da bolsa de valores que ficam na região, aproveitando o horário de almoço para assistir ao evento. Alguns participantes do grupo estavam animados: um acompanhava o show como se estivesse tocando sua bateria, outro vibrava com um sorriso aberto quase de uma orelha a outra dizendo

³⁰ Trecho de entrevista com participante do grupo.

³¹ Idem.

que era a primeira vez que via um show ao vivo que não fosse da igreja. Animados, mas, em sua maioria, de forma silenciosa. No entanto, o mesmo menino que relatou acima a situação no Shopping, excitado, começou a gritar, pedindo para tocar outras músicas durante o show. As pessoas então começaram a lhe pedir silêncio e isso fez com que ele, ao invés de se calar, começasse a fazer cada vez mais barulho até que preferiu se retirar do show. E logo que viu um dos terapeutas indo atrás do menino, um homem veio comentar em voz alta: “como é que trazem um menino desses num show aqui? Quem traz devia explicar que esses meninos são acompanhados por uma ONG, aí, pelo menos, dava para ficar mais tranquilo. A gente vem para assistir um show tranquilo e tem que aturar um menino desses, é um horror, dá medo”³².

Explicita-se aí a questão – que vem se somar às condições de vulnerabilidade desses jovens, agravada pelas citadas relações entre o adulto e o adolescente – como uma questão de classe que modula as ações e lugares adequados aos diferentes níveis socioeconômicos, isto é, o museu, o shopping center, o show no centro cultural são todos espaços constituídos socialmente para usufruto de pessoas com posição social reconhecida e com poder de consumo, de modo a rejeitar a miséria refletida na cara dessas crianças. É uma forma de tirania que julga aqueles por suas condições financeiras e dita quais são seus lugares de circulação, quando estão fora de lugar, circunscrevendo seus possíveis trajetos.

O movimento macropolítico do Estado operacionalizado nas Cracolândias aparece de forma molecular repetindo-se nas relações humanas, produzindo segregação, humilhação e miséria: vulnerabilidades.

‘Pobreza não é desonra’. Muito bem. No entanto desonram os pobres. Fazem isso e o consolam com o provérbio. Este é daqueles que antigamente se podiam admitir como válidos, mas cuja data de vencimento já chegou há muito tempo. Da mesma forma como aquele brutal ‘Quem não trabalha não come’. Quando havia trabalho que alimentava seu homem havia também pobreza que não desonrava, quando o atingia por má colheita ou outra fatalidade. Mas é desonra sim, essa penúria, da qual milhões já nascem dentro, e em que são enredados centenas de milhares, que empobrecem. Sujeira e miséria crescem como muros, obra de mãos invisíveis, em torno deles (BENJAMIN, 2009, p. 20).

Ao pensar a experiência da burguesia alemã, Benjamin refere-se às modulações de relações humanas pautadas principalmente no poder de consumo e a segregação dos espaços que determinam possibilidades de vida:

A liberdade do diálogo está-se perdendo. Se antes, entre seres humanos em diálogo, a consideração pelo parceiro era natural, ela é agora substituída pela pergunta sobre

³² Anotações do diário de campo do pesquisador.

o preço de seus sapatos ou de seu guarda-chuva. Fatalmente impõe-se, em toda conversação em sociedades, o tema das condições de vida, do dinheiro. No caso, trata-se não tanto das preocupações e dos sofrimentos dos indivíduos, nos quais talvez pudessem ajudar um ao outro, quanto da consideração do todo. É como se estivesse aprisionado em um teatro e se fosse obrigado a seguir a peça que está no palco, queira-se ou não, obrigado a fazer dela sempre de novo, queira-se ou não, objeto do pensamento e da fala (BENJAMIN, 2011, P. 21).

A música que o cantor de *rap* Criolo Doido compôs como uma paródia baseada na música Cálice de Chico Buarque também explicita bem essa questão:

Como ir pro trabalho sem levar um tiro
 Voltar pra casa sem levar um tiro
 Se às três da matina tem alguém que fritar
 E é capaz de tudo pra manter sua brisa

Os saraus tiveram que invadir os botecos
 Pois biblioteca não era lugar de poesia
 Biblioteca tinha que ter silêncio,
 E uma gente que se acha assim muito sabida

Há preconceito com o nordestino
 Há preconceito com o homem negro
 Há preconceito com o analfabeto
 Mais não há preconceito se um dos três for rico, pai.

A ditadura segue meu amigo Milton
 A repressão segue meu amigo Chico
 Me chamam Criolo e o meu berço é o rap
 Mas não existe fronteira pra minha poesia, pai.

Afasta de mim a biqueira, pai
 Afasta de mim as biate, pai
 Afasta de mim a coqueine, pai
 Pois na quebrada escorre sangue, pai³³ (CRIOLO, 2011).

Sobre essas relações de classe determinantes referidas acima, o participante citado na primeira entrevista considerou ainda com muita propriedade que não é a desinformação que afastam as pessoas destes lugares, mas:

Pode ser o medo de ficar constrangido, alguém por acaso (aja) que nem aquele senhor, né? Meio que sair humilhado do lugar. Quem vai lá, vai lá pra passear, ver algo que acha bonito ou quer conhecer o prédio. Mas às vezes, as pessoas, por ver que elas tão num traje, tão em uma forma diferente da deles, acabam meio que discriminando né? Embora, pode pensar: “ah, ele vai roubar, vai fazer alguma coisa”. Mas só queira ver. Daí isso pode trazer um constrangimento pra pessoa, pro menor. No caso (pensam) “Ah, eu vou lá, mas eu sei que eu vou ser humilhado, pra que eu vou lá? Vou voltar triste? Eu vou ter que ir lá pra voltar triste? Pra me barrarem ainda?” É isso que eu penso. (...) Pensando neste ponto de vista, o maior medo é de ser meio discriminado, humilhado. Isso não é legal, né? Já tá numa

³³ Criolo Doido, 2011, disponível no sítio eletrônico: <http://www.youtube.com/watch?v=utJENUg2NJ4> .

situação triste, ruim, e ser mais humilhado ainda, aí que fica bem mais difícil (...) A gente fica meio... Não triste, mas eu não gostaria de ver aquela cena, eu gostaria de ir e voltar bem sempre. Sem nenhum problema, mas como acontece, acaba ficando meio constrangedor para o grupo, sim. A gente não quer ver isso, mas aconteceu. Ninguém fica tão confortável quando alguém fica assim apontando pra sua cara, né? Se ele fazia parte da gente, a gente meio que sentiu também³⁴.

Como fica explícito na versão do Criolo Doido e nestes trechos de entrevista, ainda há modos de controle, embora não mais compostos das linhas duras da época da ditadura militar. Hoje as estratégias de controle são mais flexíveis, compostas por linhas que engendram os corpos e, por isso, conseguem gerenciar os pensamentos, as ações, o cotidiano de cada ser vivente. Cala-se o outro, localizando-o em “seu devido lugar”, restringindo os territórios de existência, portanto, as possibilidades relacionais de vida. Produz-se uma sociedade compostas por corpos que controlam uns aos outros. É assim que o poder se exerce, em rede, produzindo um jogo em que os indivíduos nunca estão infensos ao poder, sempre podem tanto estar em posição de serem submetidos, se submeterem ou submeterem:

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235).

Mas há sempre modos de resistir. Onde há relações de poder, há possibilidades de resistência:

Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva como ele. Que como ele, venha de “baixo” e se distribua estrategicamente. (...) a partir do momento que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 2010, p.241).

Então, será que os gestos dissonantes de “oposição” desse menino citado não foram, um dia, tentativas de resistir ao poder que lhe foi imposto, mas que, ao decomporem seu gesto, tornou-se possível capturá-lo pelas instituições da Psiquiatria e da Moral, e significá-lo como “transtorno” ou “má-educação”, perdendo a força e o sentido originário? Até que ponto

³⁴ Trecho de entrevista com participante do grupo.

é resistência o incômodo que um adolescente produz nos adultos quando ele começa a repetir sempre a mesma estratégia de rebelião e acaba por se fechar em uma identidade marginal? É também modo de resistência quando ele agencia um meio de negociar através da terapeuta com o segurança que queria excluí-lo do espaço, e lá ficar, e consegue “não dar razão” ao segurança, não sendo reativo às forças que o limitavam, mas conseguindo desviar-se delas. Daí, a necessidade de, no acompanhamento desses jovens, pesquisar e resgatar o sentido dessas pequenas rebeliões e problematizar com eles quando elas servem ao poder que os quer determiná-los, limitá-los e quando elas são resistência. Isso é muito diferente da proposta de docilização dos corpos. Trata-se de pensar estratégias de preservação das forças desses gritos, buscando fazê-las operarem a favor da invenção de uma vida, de um estilo, diminuindo o risco de que essa força se volte para o enfraquecimento de sua própria vida, como doença ou delinquência.

Resgatar a mobilidade das resistências é forma de restaurar a força das rebeliões:

Em toda parte se está em luta – há, a cada instante, a revolta da criança que põe seu dedo no nariz à mesa, para aborrecer seus pais, o que é uma rebelião, se quiserem- e, a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião: e é toda essa agitação perpétua que se gostaria de tentar fazer aparecer (FOUCAULT, 2010, p. 227).

O *ethos* clínico exige liberar os afetos que podem decompor as forças do poder que limitam a vida e instauram modos cansados e adoecidos de viver, tornando difíceis as existências. Quando o poder toma de assalto a vida dessa maneira, a resistência posiciona-se a favor dela:

Contrariamente ao que dizia o discurso já pronto, para resistir não há nenhuma necessidade de invocar o homem. O que a resistência extrai do velho homem são as forças, como dizia Nietzsche, de uma vida mais ampla, mais ativa, mais afirmativa, mais rica em possibilidades. O super-homem nunca quis dizer outra coisa: é dentro do próprio homem que é preciso libertar a vida, pois o próprio homem é uma maneira de aprisioná-la. A vida se torna resistência ao poder quando o poder toma como objeto a vida (DELEUZE, 2011, p. 99)

Deleuze ainda diz que os atos de resistência estão ligados aos atos criativos: pode-se pensar um ato de resistência como contrainformação. As informações são todas aquelas produções de massa que regulamentam as ações e relações humanas, os dados e as palavras de ordem, produzindo opiniões que cristalizam as possibilidades de vida dos seres vivos. A

resistência política como contrainformação se produz quando se desobedecem e se ignoram as palavras de ordem dos *mass media*, das políticas estatais; mas a resistência se produz como na arte, em que se configuram superfícies nas quais não se pretende reproduzir nada como opinião, mas, sim, partilhar sensações através de uma variabilidade estética que, à medida que afeta os corpos, tende a produzir mais variabilidades, incitando a criação e a invenção. Assim, a resistência é o contrário das informações, que tendem a afirmar a ideia que a vida é apenas reprodução de opiniões e de esquemas interpretativos e modelos.

Só os atos de resistência podem resistir à morte em vida. Por isso, os atos de resistência são estéticos visto que, nesta guerra sem *linha de front*, no desvario, inventam-se gestos que neutralizam as condições que mortificam. São gestos de potência política: à medida que fazem variar as formas de vida, reinventam-se suas coordenadas de enunciação e apresentam singularidades. Como afirma Deleuze (1991): “o ato de resistência possui duas faces. Ele é humano e é também um ato de arte. Somente o ato de resistência resiste à morte, seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre os homens”³⁵. As resistências só poderão assim ser chamadas se estas operarem para liberar a vida aprisionada. Por isso, elas estão numa relação direta com “o fora”.

É pela relação com o de-fora que a força – considerada agora como força de resistência – é capaz de pôr em questão os poderes estabelecidos. Além disso, as forças de resistência são agora apresentadas como primeiras porque, anteriores ao poder, estão numa relação direta com o de-fora, de onde saem os diagramas que só têm com ele uma relação indireta e mediatizada. Por isso, “o pensamento do fora é um pensamento de resistência”. Ou um pensamento da vida, pois a vida é a potência do fora (MACHADO, 2010, p.179).

Uma bela imagem que ilustra a questão do “fora” é a imagem usada criada por Lawrence: um guarda-chuva que é fabricado pelo homem para se proteger do caos, mas eis que o poeta e o artista abrem uma fenda neste guarda chuva “para fazer passar um pouco de caos livre e tempestuoso” (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 261). É que o artista, o cientista e o filósofo têm essa capacidade de traçar planos permeados de caos, restituindo o infinito aos homens que se protegem sob seus guarda-chuvas de opinião. Contudo, lembram ainda Deleuze e Guattari:

Nada é mais doloroso, mais angustiante do que um pensamento que escapa a si mesmo, ideias que fogem, que desaparecem apenas esboçadas, já corroídas pelo

³⁵ DELEUZE, Gilles. "O ato de criação". Trad. José Marcos Macedo. Em: Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 27 de junho de 1999.

esquecimento ou precipitadas em outras, que também não dominamos. São variabilidades infinitas cuja desaparecimento e aparição coincidem. São velocidades infinitas, que se confundem com a imobilidade do nada incolor e silencioso que percorrem, sem natureza nem pensamento. É o instante que não sabemos se é longo demais ou curto demais para o tempo. Recebemos chicotadas que latem como artérias. Perdemos sem cessar nossas ideias. É por isso que queremos tanto agarrar-nos a opiniões prontas. Pedimos somente que nossas ideias se encadeiem segundo um mínimo de regras constantes, e a associação de ideias jamais teve outro sentido: fornecer-nos regras protetoras, semelhança, contiguidade, causalidade, que nos permitem colocar um pouco de ordem nas ideias, passar de uma a outra segunda uma ordem do espaço e do tempo, impedindo nossa “fantasia” (o delírio, a loucura) de percorrer o universo no instante, para engendrar nele cavalos e dragões de fogo (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 259).

Toda vida exige uma organização, porque o próprio caos poderia ser a própria morte ou a loucura: quando as velocidades das linhas do “fora” tornam-se as senhoras dominadoras, como a terrível linha baleeira que arrasta o Capitão Ahab para sua morte, ou quando um indivíduo cai na clausura do fora, ficando assim exposto sem nenhuma proteção às forças que turbilhonam no caos, no Aberto:

Não há aí o consolo de uma forma, a tranquilidade de uma organização, a promessa de uma consistência. Nem unidade, nem acúmulo possível. Ductilidade turbilhonar do puro devir das partículas elementares. A irrupção do Fora distende o sujeito louco segundo a diagonal do Acaso (PELBART, 2009, p. 124).

Para não ser avassalado pelo caos, encobrimo-nos com guarda-chuvas de opiniões, com ideias formadas, como modo de manter um controle. Porém, é necessária uma medida entre estar aberto ao caos e enlouquecer, e repetir os códigos morais e apenas sobreviver – deve existir um jogo entre um e outro em cada corpo para que se possa estabelecer uma vida artística, fazer “o real³⁶ perde[r] o pé e deixa[r] à mostra uma insegurança trágica” (GENET, 1990, p. 52).

os homens não deixam de fabricar um guarda-sol que os obriga, por baixo do qual traçam um firmamento e escrevem suas convenções, suas opiniões; mas o poeta, o artista abre uma fenda no guarda-sol, rasga até o firmamento, para fazer um pouco de caos livre e tempestuoso e enquadrar numa luz brusca, uma visão que aparece através da fenda (...) a incomunicável novidade que não mais se podia ver (DELEUZE; GUATTARI, 2005, p. 261-262).

As fendas abertas podem mobilizar pequenas rachaduras em algum constituído, produzir tremores nas ideias e conceitos antes instalados de forma rígida no corpo, como um

³⁶ Genet se refere a “real” todo fato que possa constituir uma moral, ou seja, as regras as quais se assentariam as relações humanas. Diz ainda: “uma atitude irreal é a que leva logicamente a estética” (GENET, 1990, p. 52).

engessamento, mantendo o corpo fixado, sedentarizado, estéril e resguardado em uma formatação identitária. Esses são os homens do buraco-branco, segundo Pessanha (2009):

Homens do buraco branco são os cidadãos da legalidade metafísica, os habitantes da representação e da palavra anticorpo. O segredo desses homens consiste em que vestiram o uniforme da identidade mundana e acabaram por se confundir com ele. Esse uniforme, enquanto camisinha gigante, blinda o corpo contra a visita apofática do buraco negro e contra a visita epifânica da criança na corredeira, criança em estado de milagre. O homem uniformizado é um assustado, pois o abrigo na forma de determinação identitária está sempre ameaçado pela latência dos chacais. Como ensiná-los a amar os chacais que estão à espreita? (p. 22).

“Como ensiná-los amar os chacais a espreita?” E tornar os corpos um pouco mais disponíveis ao convite do encontro?

Não me refiro ao convite ocular dos filósofos brancos: “veja o rio, penso o rio”, mas ao convite da mulher gestual e terrena: “Ponha o pé no rio, ponha as mãos na água”. Afinal, o humano não pertence nem só ao buraco onde parecem e nem ao instituído onde desaparece. Entre e o ser domado e o não ser se abre a região comovida do agradecimento e encontro” (idem, p. 25-26).

A essa questão, a resposta que se apresenta até agora é puramente gestual e empírica: acompanhar esses ou os acontecimentos que encarnam os chacais sem a pretensão de enquadrá-los de antemão. O chacal é o estrangeiro, aquele sempre por vir, o que não se pode nomear. Acompanhar desejando o acontecimento e, em sua duração, sustentar sua estranheza, seu grau de intrusão, em vez de simplesmente “naturalizar”. Por isso, não há como se preparar para a vinda do acontecimento, ele não é familiar, está fora dos hábitos cotidianos, é sempre um desarranjo que perturba a intimidade. É preciso baixar as defesas identificatórias, como um corpo com baixa imunidade se permite a intrusão de um vírus, e viver os efeitos desse encontro, os afetos.

Só assim permitir-se-á produzir variações nas formas de vida a partir do contato com as variabilidades do “fora”. Sem isto, acaba-se por apenas repetir códigos morais e sobreviver. As variabilidades do fora que os artistas, os filósofos e os cientistas produzem tornam as linhas do “fora” vivíveis, praticáveis, pensáveis e, ao afetar os corpos, estes variam, produzindo modos de existir a partir dessa afetação pelo “fora”. Deleuze diz: “creio que cavalgamos tais linhas cada vez que pensamos com suficiente vertigem ou que vivemos com bastante força” (DELEUZE, 2008b, p. 137).

Será que o “fora” não se apresenta também através dos gritos intrusivos desses meninos, incitados pelo desejo de invenção e resistência nestes combates entre a vida e morte, como na música original de Cálice?

Talvez o mundo não seja pequeno (Cale-se!)
Nem seja a vida um fato consumado (Cale-se!)
Quero inventar o meu próprio pecado (Cale-se!)
Quero morrer do meu próprio veneno (Pai! Cale-se!)
Quero perder de vez tua cabeça! (Cale-se!)
Minha cabeça perder teu juízo. (Cale-se!)³⁷

Será que é isso que ocasionalmente podem os corpos desses meninos: viver para trazer um pouco de desordem, de o “fora” nesse ordenamento social?

³⁷ Trecho da música Cálice de Chico Buarque e Gilberto Gil, 1978.

[diário de campo]



Fotografia tirada por participante do grupo de grafite na Rua Vergueiro para o diário de campo.

Experimentação IX

Estava bravo naquele dia. Ele não sabia explicar, nem mais ninguém sabia por ele. Tentaram conversar e ele apenas urrava e xingava: “Seu idiota! Você é burro, meu!”, cotovelava e chutava os outros que se aproximavam. Perguntaram-lhe quem era idiota, se alguém tinha deixado-o bravo, o que estava acontecendo, mas ele continuava dando murros na mesa e apenas repetindo os xingamentos. Então, duas pessoas que eram mais próximas dele no serviço disseram que esperariam ele ficar mais tranquilo ali junto com ele. Depois de um tempo, ele se encolheu, sentou-se no chão e começou a chorar.

Quando foi acolhido no CAPS i, há um ano, não olhava nos olhos de ninguém, mal aceitava falar com os outros, preferia ficar sozinho na dele, mas ao mesmo tempo vinha até o serviço que é repleto de pessoas. Vinha com um diagnóstico do Hospital das Clínicas: Síndrome de Asperger. Em casa, a mãe afirmou que, quando ele vinha com esses “nervosos”, ela batia nele porque esse era o único jeito que ela conseguia acamá-lo. Na escola, dava muitos problemas, não queria ficar na sala de aula e diziam que ele passava a mão nas meninas menores, pois com 15 anos estava numa sala de crianças de 10 anos, com justificativa de ter muitas dificuldades para aprender o que era proposto. Quiseram também lhe dar um termo de “Terminalidade Escolar”, que notificava que ele não podia mais aprender nada. Mas isso não prosseguiu, pois ele mesmo não quis mais ir à escola depois que os professores desistiram de colocá-lo na sala de aula e ele desistiu de permanecer expulso da sala, chutando latinhas no pátio.

Tinha alguns interesses específicos: o Corinthians, a Igreja Evangélica, Tim Maia, Roberto Carlos e caminhões. Esses eram os únicos temas que o mobilizavam no começo, se esquivando de fazer outras coisas que não fossem entorno dessas temáticas. Sua rotina era quase sempre a mesma: acordar às 5h da manhã, sair do Bom Retiro, ir a pé até o Mercado Central, observar e desenhar caminhões e carretas da marca Scania, ir ao CAPS i Sé e depois a uma ONG para meninos em situação de vulnerabilidade, voltar para sua casa, que ficava numa ocupação de um prédio, onde morava com mais três irmãos e sua mãe. Preferia andar só e falava com poucos.

Naquele dia, após chorar, conseguiu apenas dizer: “é triste, é triste”. Perguntaram-lhe o que era triste, mas ele não disse. Acalmou-se um pouco e quando lhe propuseram um passeio e que ele levasse os outros do grupo, que mostrasse seu caminho, limpou o rosto e disse: “Praça da República”.

Os outros participantes concordaram. Alguém deu ideia de piquenique na praça e, por isso, organizaram um lanche. Saíram para a rua. Logo, ele se pôs à frente de todos que lhe gritaram: “Está muito rápido, espera um pouco!”, “Precisa esperar se quiser mostrar a todos seu caminho!”. Foi assim que ele se irritou de novo e saiu bufando mais a frente, mas sempre olhava para trás e acabava esperando, mantendo certa distância.

Enquanto isso, outro menino falava sozinho com a cabeça baixa, como se estivesse olhando para o próprio peito, caminhando muito devagar, repetindo-afirmando as pessoas das quais ele não tem medo: “nem do pai, nem da mãe, nem do segurança, nem da professora, nem do médico, nem da psicóloga, nem da terapeuta, nem daquele...”. Uma psicóloga ficou para trás acompanhando-o, tentando falar com ele, interferir naquela falação solitária. Mas ele permanecia repetindo as mesmas séries de coisas enquanto seguia com os outros.

Entre o primeiro e o último, havia duas adolescentes e uma delas levava também um carrinho com sua filha, um bebê de dois meses. Elas atravessavam o viaduto ouvindo um “funk” no MP3, parando vez ou outra para fazer passos de dança e rindo muito.

Outro menino que caminhava muito quieto, recusando-se a responder as perguntas que lhe faziam, ao chegar na catraca do metrô, desesperou-se e disse que não sabia como passar a catraca, ficou com medo, disse que queria voltar ao CAPS, mas outra menina mais nova que falava de suas férias ensinou-lhe como fazia para passar.

Entraram todos no mesmo vagão do metrô, foram do Terminal Parque Dom Pedro II ao Metrô República. Saíram em uma praça na qual havia um coreto em que moravam pessoas. Havia um lago com peixes coloridos. As meninas continuaram cantando. Uma delas se aproximou daquele que falava sozinho e começou a fazer um ritmo com as palmas e a dançar na sua frente e, para a surpresa de todos, o menino que falava sozinho começou a vocalizar um barulho de bateria acompanhando o ritmo da menina. Compuseram uma música juntos: “Tsum! Tsum! Pá! Irch! Tsum! Tsum! Pá! Irch! ...”

Escolheram um lugar para sentar e fazer o piquenique. Pegaram o diário de campo, no qual escreveram sobre esse dia.

E aquele primeiro que os guiou apontou que na praça ficava uma ONG frequentada por ele. Atravessou a rua, chamou o psicólogo da ONG e chamou a terapeuta do CAPS e disse: “agora, conversar, né?”.

Os encontros grupais privilegiam as linhas flexíveis, linhas de fuga. Por isso, fortalecem movimentos de deslocamento em que os sujeitos saem dos lugares compostos por linhas de segmentaridade duras como: família, escola, hospital, serviço de saúde, ONG – em que se privilegiam as identidades de: filho, aluno, paciente, usuário, educando, ou ainda “louco”, “deficiente”, “nóias”, pois são formados pelas linhas do padrão da normalidade.

O caráter público das ruas e praças que confere um anonimato aos passantes facilita o borramento de supostas identidades e intensificam possíveis agenciamentos móveis. Uma das questões que os participantes trouxeram nos acompanhamentos era sobre o uso de crachás que identificavam os profissionais quanto ao lugar de trabalho e sua formação, logo reclamavam: “tira esse crachá! Não vou andar por aí com vocês usando esse crachá de CAPS!”.

São muitas intensidades que entram como variáveis nas operações de uma clínica ambulante. O fluxo de afetos, de composições, de ruídos, de cheiros, de imagens que é produzido nas andanças pela cidade possibilita a fabricação de agenciamentos. Como nessa experimentação, em que o protagonista utiliza-se concretamente desse deslocamento para agenciar uma conversa, já que da própria boca não era possível agenciar as palavras necessárias para conversar. Ou a menina que, ao ver outro menino num fluxo contínuo verborrágico, interveio, puxando-o para compor um som, agenciando uma música, um encontro, uma troca de olhares, atenção, contaminando os outros com alegria. Privilegiar essas linhas flexíveis que se misturam e produzem uma diversidade de agenciamentos.

O que é um agenciamento? É uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através das idades, dos sexos, dos reinos – através das naturezas diferentes. A única unidade do agenciamento é de co-funcionamento: é uma simbiose, uma <<simpatia>>. O que é importante, não são nunca as filiações, mas as alianças ou as misturas; não são as hereditariedades, as descendências, mas os contágios, as epidemias, o vento. Os feiticeiros sabem-no bem (DELEUZE; PARNET, 2004, p. 88)

Nas entrevistas, os participantes relataram diversos agenciamentos entre eles dos quais decorreram aprendizados variados sobre convivência:

Minha participação no grupo? Era participar das coisas, também de um modo amplo, aonde eu podia também ajudar, [isso] também é participar.³⁸.

O grupo funcionava para mim como se fosse uma terapia. Aonde a gente saía, tinha saídas... e a gente via a experiência, de como que foi, se foi uma coisa que você gostou ou não, o que você tirou daquela saída. Era um lugar aonde geralmente conseguia fazer tudo, podia desenvolver o pensamento. Pensar, trocar ideia... Trocar ideias com outras pessoas, ou até mesmo dar sugestões³⁹.

Os encontros entre os corpos heterogêneos produzem uma máquina pulsante e viva que, ao abrir possibilidades de estar na cidade, produz agenciamentos de um viver junto. Esses agenciamentos produzem efeitos no real, por isso, além de éticos, são políticos também, como um jogo de criança que inventa outros usos minoritários para os espaços da cidade.

Essa noção de produção de uma superfície de troca e habitação comum, um mundo comum em um espaço que pode não ter sido intencionalmente produzido para isso. Diz Rancière:

Pela noção de “fábrica do sensível”, pode se entender primeiramente a constituição de um mundo sensível comum, uma habitação comum, pelo entrelaçamento de uma pluralidade de atividades humanas. Mas a ideia de “partilha do sensível” implica algo mais. Um mundo “comum” não é nunca simplesmente o *ethos*, a estadia comum, que resulta da sedimentação de um determinado número de atos entrelaçados. É sempre uma distribuição polêmica das maneiras de ser e das “ocupações” num espaço de possíveis (RANCIÈRE, 2005, p. 63).

Em outro dia, andando com outro participante, falava-se da diferença entre a solidão que permite fazer algo, que permite uma potência inventiva, e a outra solidão que por si só é impotência, pois vem motivada por uma ausência, gerando uma saudade triste. Falaram primeiro dessa, que o faziam sentir tristeza e saudade, e o adolescente lembrou-se do pai, da mãe, da irmã e da sua tia. Depois se lembrou de uma época em que não tinha ninguém também, mas que sabia se virar para dar conta de ficar menos triste e fazia isso brincando nos espaços da cidade. Ele disse que, quando tinha 11 anos e se sentia sozinho lá no Largo

³⁸ Trecho de entrevista com participante do grupo.

³⁹ Trecho de entrevista com participante do grupo.

do Arouche, onde “morava”, caminhava a pé e sozinho até o Monumento dos Bandeirantes em frente ao Parque do Ibirapuera.

- Como você fazia para chegar lá? – perguntou a terapeuta.

- Eu ia a pé até a Praça da República, depois pegava aquela rua [da Câmara] dos Vereadores e chegava na [rua] Brigadeiro Luiz Antônio, descia toda a Brigadeiro até o Monumento.

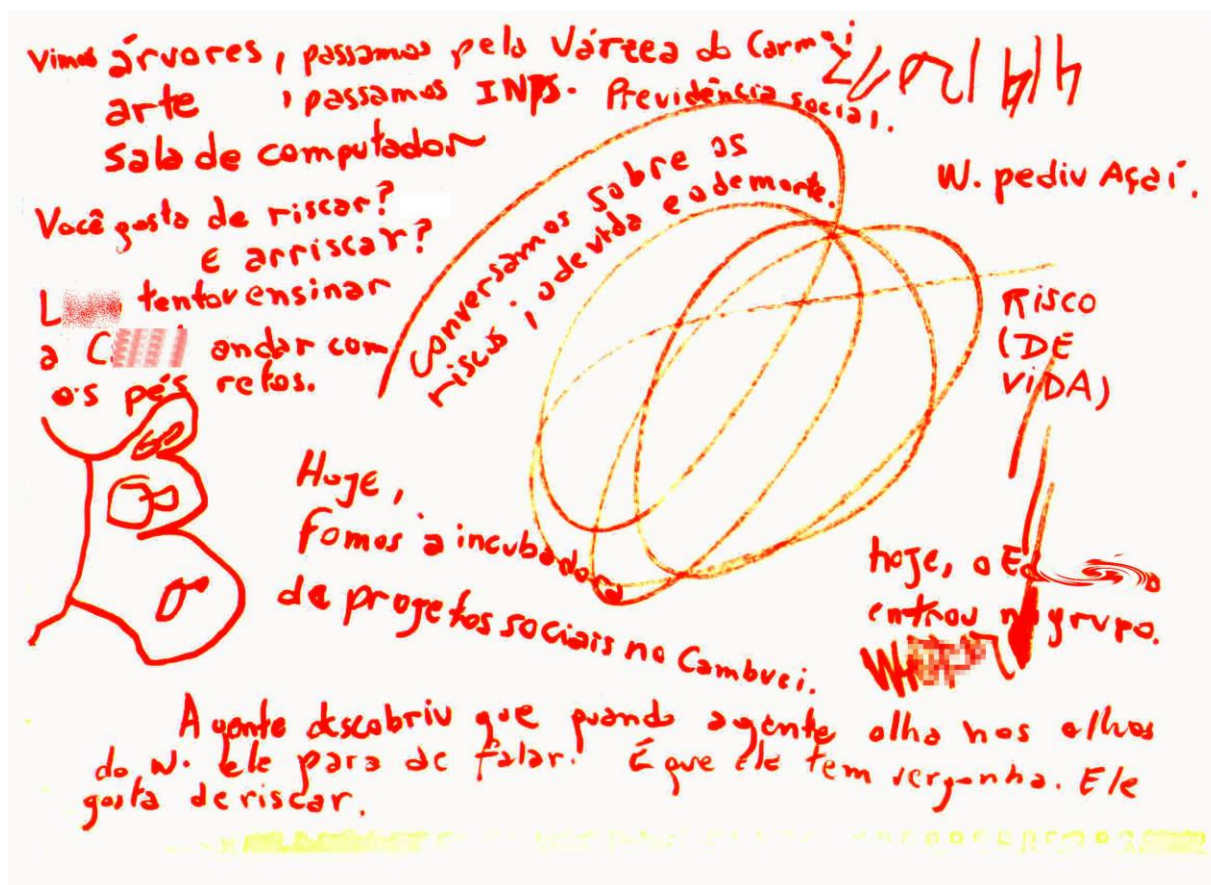
- E o que você fazia lá?

- Subia no barco do monumento. Eu brincava em cima dos cavalos, subia em cima do barco que era plano e dormia ali em cima. Eu não sei porquê, mas ali eu me sentia menos triste, sabia?

Talvez fosse justamente o que estavam discutindo: a possibilidade de agir frente aos estados de “solidão”. Deslocar-se e inventar modos possíveis de lidar com a tristeza brincando pelos espaços da cidade são agenciamentos possíveis não para resolver as causas da tristeza, que muitas vezes são irreparáveis, mas para produzir outra medida de sustentação, em que se cospe para fora do próprio drama e testemunha-se anonimamente outros dramas da cidade, mas sempre passando por eles, não fixando, criando condições de que sejam passagens. Essas condições podem ser os agenciamentos de uma clínica que quer impedir em sua fabricação o estabelecimento de formas fixas de acompanhar e cuidar.

Não é necessário fazer o menino autista da experimentação acima falar da sua angústia, pode-se acompanhar silenciosamente, colocar-se como testemunha de seu drama sem precisar transformar aquilo em texto, sem necessidade de diagnosticar. Acompanham-se, assim, as instabilidades e crises não como algo referente a uma patologia, mas como uma condição da vida, que é sempre instável e transitória. Se o sofrimento desses adolescentes subtende ações aos profissionais que os cuidam, as ações podem não precisar ser debruçadas sobre ou desdobradas a partir do próprio sofrimento ou da condição vulnerabilizante. É possível trabalhar e acompanhar margeando, desviar-se do enclausuramento do que sempre faz sofrer, aquilo que é irreparável e que posiciona os corpos em lugar de impotência. Desviar, mas expor-se mais uma vez juntos aos espaços, à exterioridade, à multiplicidade, à alteridade e estar aberto a outras sensibilidades, permitindo-se alterar-se no encontro com esse exterior, encontrando outros meios para dar continuidade a própria po-ética. Acompanha-se desejando o acontecimento que abrirá passagem de um mundo para outros mundos possíveis.

[diário de campo]



Anotações do diário de campo grupal, realizada com todos os participantes.

Durante o passeio, W. não parava de falar, repetindo uma série de nomes de pessoas de quem ele não tinha medo. Mas parecia já cansado de tanto repetir. Então, andando ao seu lado, descobriram outro modo de fazê-lo parar um pouco para descansar: “A gente descobriu que quando a gente olha nos olhos de W, ele para de falar. É que ele tem vergonha.” [parte do escrito do diário de campo].

Depois do passeio, o W. pegou uma caneta, fez um risco redondo no diário de campo, disse: “foi isso” e assinou. A C. quis desenhar uma árvore e lembrou ao mesmo tempo de uma exposição de desenhos que tinham ido outro dia que se chamava Risco #2. E alguém lembrou do risco que é o traço e do risco que vem de arriscar.

O E., que tinha conhecido o grupo naquele dia, disse que gostava de sentir o gosto do risco, da adrenalina.

- Risco de vida ou de morte? – perguntaram.

- Tanto faz! Eu gosto de me arriscar! – respondeu E.

Experimentação X – Aprendizagens urbanas

Foi aprendendo a ler olhando mundo à volta... (Caetano Veloso)

O percurso do CAPS até a Avenida Paulista foi entre os gritos de reclamações do motorista da kombi e os gritos de ofensa de C., que gritava na janela para as mulheres e homens que passavam. No meio dessa briga, o motorista começava a ameaçar deixar o menino na rua: os terapeutas explicavam a ele que, se o fosse fazer mesmo, teriam que voltar ao CAPS, e, ao C., que deveria parar de gritar.

C. disse: - Queria voltar à escola...

- Quando? – perguntou a psicóloga.

- Logo, logo – disse C. bem baixinho.

- Como é que é? – perguntaram.

- Olha o bloco! Eu disse “olha o bloco”! – C. tentava disfarçar com vergonha.

- Mentira! Você disse “logo logo”. – disse A.

E ao ser surpreendido com a surpresa dos outros, recuou e C. disse: - “No dia de São Nunca! N-U-N-C-A!” - soletrando com dificuldade, mas conseguindo.

- Nossa, ele está conseguindo soletrar a palavra, quando você começou a ler? – perguntou uma terapeuta.

- Ué! Eu aprendi sozinho lá no CAPS! – disse C.

- Será que foi a curiosidade de saber o que a gente escrevia sobre ele nos prontuários? Lembra que há dois anos, mal conseguia escrever seu nome, só sabia escrever “PUTA”, “CU” e desenhava um monte de pintos pelas paredes do CAPS.

Então, ele corta a conversa e diz: - Péra aí, péra aí, eu sei soletrar LUIZA⁴⁰: L – U – I – Z – A.

⁴⁰Nome fictício da psicóloga que acompanha o grupo.

Soletrar os nomes foi o jogo do percurso que todos foram fazendo. Outros quiseram soletrar o nome dos outros participantes e terapeutas.

Quando ele disse que queria voltar à escola, ficou evidente seu interesse por aprender. Podia-se dizer que ele aumentou seu repertório na convivência com as pessoas que encontrou e na vida, mas, mais do que isso, ele aumentou sua vontade de pesquisa e interesse. Isso era evidente nos traços dele, nos novos desenhos e nas frases que arriscava escrever, ao realizar com empenho o diário de campo deste grupo, que, há quatro semanas, tinha sido destruído por ele próprio. E, talvez, tenha destruído justamente porque sabia que aquilo tinha algum valor.

Lá no Itaú Cultural, uma exposição de vídeos do Cao Guimarães. O primeiro vídeo era uma imagem de formigas carregando objetos com o som de um samba. Ele logo começou a cantar: “não deixe o samba morrer...” e os outros logo lhe pediram silêncio. Ele não era nada silencioso.

Na exposição, outro menino pediu para tirar uma foto com a terapeuta. Ele se voluntariou para ser o fotógrafo e começou a fotografar tudo, filmar os vídeos... Registrava tudo através da câmera. Não parava. Pedia para as pessoas para fotografá-las, principalmente para os seguranças e monitores do lugar, que começaram a rir com a sua alegria. Saiu de lá dizendo: “Eu vou ser fotógrafo! Vou ser fotógrafo!”.

Os processos relacionais disparados pelo funcionamento deste grupo não se findam em si mesmos, produzem outros desdobramentos. A inventividade se apresenta como força para achar modos, frestas, meios, estratégias ético-políticas para afirmar e ampliar possibilidades para as vidas em suas multiplicidades – “criar as condições para reativar o lúdico, o afetivo e o poético nos gestos cotidianos e, conseqüentemente, nos territórios existenciais que se produzem através deles” (ROLNIK, 2000, p.5).

Os encontros entre os corpos ou dos corpos com os espaços urbanos podem fazer emergir “espaço potencial” – muito parecidos com aquele que surge entre a mãe e o bebê –, pois também se situa entre a realidade interna do indivíduo e um mundo externo, onde ele tem condições para manejar o que lhe acontece, transformando-o em matéria para investir em

sonhos, que dará sentido ao viver. O espaço potencial também implica o engajamento afetivo dos sujeitos com o mundo. A junção da potência de ser afetado com as possibilidades de experimentação é o que possibilita o viver criativo. Winnicott (1975) diz que a vida só vale a pena de ser vivida se for através da apercepção criativa do mundo, que é a capacidade do indivíduo de perceber a realidade externa para depois transformá-la através de ações criativas que o façam sair de uma complacência submissa à realidade externa. A submissão só leva o indivíduo a obedecer e a adaptar-se, produzindo um estado em que nada mais tem importância e também a sensação de aprisionamento à criatividade de alguém.

Winnicott, porém, lembra bem que a criatividade não se refere exclusivamente à atividade artística, mas se estende também aos gestos mais cotidianos. Ainda explica que a busca do *self* é contínua – são as sucessivas desterritorializações e reterritorizações de si mesmo possibilitadas pela subjetividade flexível –, por isso ela nunca se finda como uma obra acabada.

Quando as crianças por suas experiências de privação e sofrimento não conseguem brincar ou experimentar, é trabalho do terapeuta ou do professor criar possibilidades para que isso ocorra, pois é através do brincar, experimentando o experimental, que essas crianças manifestarão novamente seu potencial criativo e inventivo (WINNICOTT, 1975). Por isso, é importante que quem acompanha também esteja disponível a essa experimentar e brincar junto com elas.

Isso nos dá indicação para o procedimento terapêutico: propiciar oportunidade para experiência amorfa e para os impulsos criativos, motores e sensoriais, que constituem a matéria-prima do brincar. É com base no brincar, que se constrói a totalidade da existência experimental do homem. Não somos mais introvertidos ou extrovertidos. Experimentamos a vida na área dos fenômenos transicionais, no excitante entrelaçamento da subjetividade e da observação objetiva, e numa área intermediária entre a realidade interna do indivíduo e a realidade compartilhada do mundo externo aos indivíduos (idem, p.93).

Os jogos individuais se desdobram para uma brincadeira compartilhada, configurando a experiência cultural compartilhada para que os sujeitos desenvolvam sua potência de criação e invenção de mundos. Pode-se de produzir no encontro entre terapeutas ou educadores e crianças e adolescentes modos de relação que desencadeiam processos de ambientações e experimentações ético-estéticas da existência: uma vida como obra de arte.

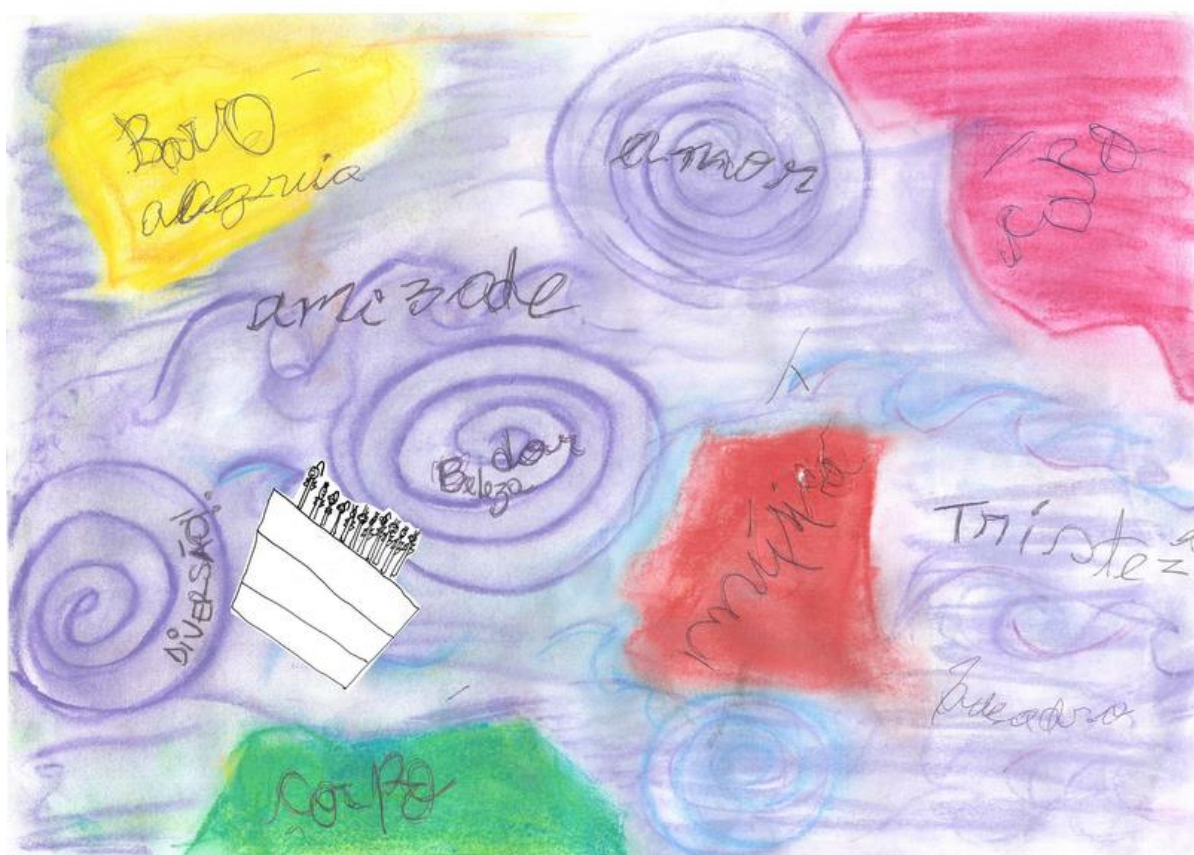
Um convite ao encontro com outros espaços e relações de modo a fazer com que os indivíduos furtem-se de si mesmos, existindo como quem pesquisa no mundo outras possibilidades de existência. Isso pode talvez disparar um interesse em aprender não como obrigação, mas como vontade de potência. Só assim uma experiência cultural pode possibilitar o sonho e a reinvenção do mundo para *si*.

Ainda esse singelo gesto do menino dessa experimentação, que pega a máquina de fotografia e sai registrando os vídeos do artista da exposição, essa brincadeira desdobra-se não apenas a experimentar modos de fotografar e retratar situações, como também é argumento para se apresentar e se relacionar com os monitores e seguranças de outra forma que não aquela costumeira máscara identitária de um menino “rebelde”. Essa experimentação faz funcionar a potente máquina de se reinventar através de devires – é aí que esse menino pode gritar: “eu vou ser fotógrafo!”. A questão não é se ele será fotógrafo de fato ou não, mas é a abertura de outras possibilidades a partir de sua incompletude. Foi preciso agenciar encontros, acoplamentos transitórios, para incorporar um devir-criança. E a potência está justamente nesse por vir, nesse contínuo vir a ser.

A insubordinação em aceitar se enclausurar num indivíduo fadado a cumprir papéis produz a vontade de ser outros. Essa é a potência artística que possibilita a criação de uma outra aliança com a realidade externa: “uma verdadeira recuperação do mundo, (...) uma afirmação da terra e do corpo” (DELEUZE, 2008a, p. 159). Essa é a afirmação do desejo à diferença. “Afirmar não significa carregar, assumir (...) afirmar significa aliviar, tirar a carga do que vive, dançar, criar” (idem, p. 160). Quando se libera de carregar “um destino” ou o peso dos valores morais e das palavras de ordem, o indivíduo pode tomar para si a possibilidade de ser outros. Criar cada vez mais distância do devaneio e das repetições do *mesmo*, e habitar este mundo de intensidades, sustentar as diferenças que se expressam, querendo a todas as possibilidades – dispondo-se a toda a série disjuntiva, devindo os inumeráveis *outros* possíveis e descobrindo o valor expressivo das singularidades.

O eu dissolvido abre-se a séries de papéis, porque faz subir uma intensidade que já compreende a diferença em si, o desigual em si e que penetra todas as outras através e nos corpos múltiplos. Há sempre um outro sopro no meu, um outro pensamento no meu, uma outra posse no que possuo, mil coisas e mil seres implicados nas minhas complicações: todo verdadeiro pensamento é uma agressão. Não se trata das influências que sofremos, mas das insuflações, flutuações que *somos*, com as quais nos confundimos. Que tudo seja tão “complicado”, que *Eu* seja um outro, que algo de outro pense em nós numa agressão que é a do pensamento, numa multiplicação que é a do corpo, numa violência que é a da linguagem, é esta a alegre mensagem (DELEUZE, 2006, p. 306)

[diário de campo]



Desenho do diário de campo do grupo realizado pelos participantes: o “barco do grupo” navegando sobre um mar de palavras.

CONCLUSÃO

Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais em baixo, bem diverso do que em primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?
(ROSA, 2001, p. 51)

Acompanhar os movimentos de adolescentes e crianças em situação de sofrimento psíquico exige dos profissionais que as atendem atenção e sensibilidade para o que emerge no encontro terapêutico. Particularmente, para uma terapeuta ocupacional, escrever sobre o manejo com essas crianças e adolescentes implicaria constituir um plano em que linhas de força, contaminações cambiantes pudessem emergir nas relações de aprendizagens visadas nas experimentações. Escrever seria novamente espaçar as forças aí inscritas para constituir percursos do pensamento que pudessem dar conta dos acontecimentos vivenciados.

Escrever então para deslocar-se de uma mera narração como memória das experiências, para diluir sentidos prévios de um sujeito determinante: uma operação feita de derivações, auscultando o devir, lutando com as palavras numa zona onde a indefinição é o regime. Para Deleuze, escrever é arrastar a linguagem para sua camada a-significante e caótica, dissolver o sentido nesta camada, criando uma linguagem que é como um "gaguejar" na própria língua, uma nova língua dentro da língua dominante. A gagueira é a minoração, é a linha de fuga. Por isso, escrever é pura manifestação de saúde, um testemunho de saúde:

não se escreve com as próprias neuroses. A neurose, a psicose não são passagens de vida, mas estados em que se cai quando o processo é interrompido, impedido, colmatado. (...) não que o escritor tenha forçosamente uma saúde de ferro (haveria aqui a mesma ambiguidade que no atletismo), mas ele goza uma frágil saúde irresistível, que provém do fato de ter visto e ouvido coisas demasiado grandes para ele, fortes demais, irrespiráveis, cuja passagem o esgota (DELEUZE, 2008c, p. 13-14).

O escritor como cirurgião, em suas operações, libera esta saúde e esta vida aprisionadas. Não se trata de uma saúde que expressará as próprias memórias, mas uma escrita que apele para um povo, que invente um povo que falta – isso é próprio da função

fabuladora. Processo de crítica e invenção de modos de resistência para perceber os vetores afetivos que passam e configuram sofrimentos, vulnerabilidades e potências de agir.

A escrita como combate. Assim, a necessidade de traçar linhas de fuga para produzir movimentos de invenção e criação na clínica com crianças e adolescentes em situação de sofrimento impulsionou a escrita desse trabalho. Cartografar como método de produção de intervenções clínicas e críticas do encontro entre profissionais e adolescentes. À medida que se acompanhou os adolescentes nas travessias pela cidade, atentava-se para os efeitos, os movimentos intersubjetivos, os afetos e linhas de força que emergiam a cada acontecimento. A escrita atua como método de potencializar o trabalho cartográfico, ativando a sensibilidade da terapeuta ocupacional para os modos e modelos que aparecem no trabalho diário, com o intuito de ao problematizá-los, verificar quais os efeitos destes na vida dos adolescentes. Intervenções, escrita e pensamento, aqui, se produziram em diferentes linhas de invenção, mas que tramam e constituem as aprendizagens de uma terapeuta ocupacional com adolescentes e crianças.

Muitas foram as dificuldades que se apresentaram no campo de pesquisa: os efeitos de institucionalização ameaçavam que a pesquisa fixasse um objetivo, endurecendo e limitando, assim, as possibilidades de invenção clínica, do pensamento e da escrita. Por isso, foi necessário, no acompanhamento com esses adolescentes, um combate contra os efeitos da institucionalização e contra o cansaço que emergiam no corpo da terapeuta e ameaçavam sucumbir a potência experimental da pesquisa. Nos acompanhamentos clínicos e nesta escrita, mais do que o combate contra a tirania, contra as relações de poder que se manifestam nos encontros com outras instituições e com os adolescentes, o maior combate se configurou na própria terapeuta. Como combater sem sobrepor-se ao outro pela força? Um combate sem vontade de destruição, sem vontade de mutilar o outro? Trata-se principalmente de um combate consigo:

Mas esses combates exteriores, esses combates-contra encontram suas justificacões em combates-entre que determinam a composicões das forças no combatente. É preciso distinguir o combate contra o Outro e o combatente entre Si. O combate-contra procura destruir ou repelir uma força (...), mas o combatente-entre, ao contrário, trata de apossar-se de uma força para fazê-la sua (DELEUZE, 2008c, p. 150)

É por isso que a disponibilidade afetiva é uma necessidade, uma disposição para se lidar com os afetos gerados a cada encontro: estar aberto, permitir afetar e ser afetado, habitar um campo problemático que talvez não tenha solução final, mas modos de dar continuidade.

Um tal modo se cria vitalmente, através do combate, na insônia do sono, não sem certa crueldade contra si mesmo: nada de tudo isso resulta do juízo. O juízo impede a chegada de qualquer novo modo de existência. Pois este se cria por suas próprias forças, isto é, pelas forças que sabe captar, e vale por si mesmo, na medida em que faz existir a nova combinação. Talvez esteja aí o segredo: fazer existir, não julgar. (...) Não temos que julgar os demais existentes, mas sentir se eles nos convêm ou desconvêm, isto é, se nos trazem forças ou então nos remetem às misérias da guerra, às pobreza do sonho, aos rigores da organização. Como disse Spinoza, é um problema de amor e ódio, não de juízo (DELEUZE, 2008c, p. 153).

As intensidades que surgiram nos encontros com esses meninos nem sempre foram alegres. Spinoza, no Livro III de *Ética*, diz que, à medida que o corpo é afetado por intensidades que provêm do encontro exterior com outros corpos, ele pode produzir uma imagem confusa e ideias inadequadas no estado desse corpo, fazendo-o padecer. É fundamental, então, “um cuidado de si” daqueles que acompanham para que os próprios profissionais, ao lidarem com estes corpos que já estão padecendo com ideias inadequadas sobre si e vulneráveis, não entendam os momentos tristes, de crises e de vontades de dominação como um chamamento a uma luta egóica ou mesmo física com os adolescentes.

Antes, devem acionar um combate agonístico dos próprios afetos, o que possibilita o devir dos gestos de resistência contra, ou seja, que não sejam exclusivamente reativos ao ódio ou à tristeza, pois isto seria demonstração da sua impotência de regular e refrear os afetos, um modo de servidão.

No abuso de poder, o exercício legítimo do seu poder é ultrapassado e se impõe aos outros sua fantasia, seus apetites, seus desejos. Encontramos aí a imagem do tirano ou simplesmente a do homem poderoso e rico, que se aproveita desse poder e de sua riqueza para abusar dos outros, para lhes impor um poder indevido. Percebemos, porém – em todo caso, é o que dizem os filósofos gregos –, que esse homem é na realidade escravo dos seus apetites. E o bom soberano é precisamente aquele que exerce seu poder adequadamente, ou seja, exercendo ao mesmo tempo seu poder sobre si mesmo. É o poder sobre si que vai regular o poder sobre os outros (FOUCAULT, 2012b, p. 265-266)

O combate agonístico entre a tirania e a ética, entre os afetos tristes e alegres, entre a morte e a vida é necessário como modo de esclarecer ao máximo a estrutura dos encontros.

Este combate entre si deve estar presente primeiramente no próprio acompanhante-terapeuta, porque é neste combate que se podem fazer as seleções das ideias dos corpos que convêm aos nossos, que trarão alegria e aumentarão a potência de agir daquelas ideias que nos trazem tristeza e diminuem nossa potência de agir. É desse esclarecimento que podem converter os afetos em ações éticas.

é preciso efetivamente que ao menos certos signos nos sirvam de trampolim e que certos afectos nos proporcionem o impulso necessário (Livro V). No encontro ao acaso entre corpos podemos selecionar a idéia de certos corpos que convêm com o nosso e que nos dão alegria, isto é, aumentam nossa potência. É só quando nossa potência aumentou suficientemente, a um ponto sem dúvida variável para cada um, entramos na posse dessa potência e nos tornamos capazes de formar um conceito, começando pelo menos universal (conveniência de nosso corpo com algum outro), mesmo se na sequencia devemos atingir conceitos cada vez mais amplos segundo a ordem de composição das relações. Há portanto uma *seleção* dos afetos passionais, e das ideias de que ele dependem, que deve liberar alegrias, signos vetoriais de aumento de potência, e repelir as tristezas, signos de diminuição: tal seleção dos afectos é a própria condição para sair do primeiro gênero de conhecimento e atingir o conceito adquirindo uma potencia suficiente. (...)Essa seleção é muito dura, muito difícil. É que as alegrias e as tristezas, os aumentos e as diminuições, os esclarecimentos e os assombreamentos costumam ser ambíguos, parciais, cambiantes, misturados uns aos outros. E sobretudo muitos são os que só podem assentar seu Poder na tristeza e na aflição, na diminuição de potência dos outros, no assombreamento do mundo: fingem que a tristeza é uma promessa de alegria e já uma alegria por si mesma. Instauram o culto da tristeza, da servidão ou da impotência, da morte. Não param de emitir e impor signos de tristeza, que apresentam como ideais e alegrias às almas que eles mesmos tornaram enfermas. É o caso do par infernal, o Déspota e o Sacerdote, terríveis ‘juizes’ da vida. A seleção dos signos ou dos afectos como primeira condição para o nascimento do conceito não implica, pois, só o esforço pessoal que cada um deve fazer sobre si mesmo (Razão), mas uma luta passional, um combate afetivo inexpiável em que se corre risco de vida, onde os signos afrontam os signos e os afectos se entrecocam com os afectos, para que um pouco de alegria seja salva, fazendo-nos sair da sombra e mudar de gênero. Os gritos da linguagem dos signos marcam essa luta das paixões, das alegrias e das tristezas, dos aumentos e diminuições de potência. (DELEUZE, 2008c, p. 162- 163).

Não evitar, nem julgar, estar presente no e em conflito e selecionar os signos ativados no ato de conhecimento, como no aforismo 333 de *A Gaia Ciência*, onde aparece esse combate dos impulsos do qual resulta o conhecimento, o esclarecimento, de que resultam as ações afirmativas.

Non ridere, non lugere, neque detestari, sed intelligere! [Não rir, não lamentar nem detestar, mas compreender!] disse Spinoza, da maneira simples e sublime que é sua. No entanto, que é *intelligere*, em última instância, senão a forma na qual justamente aquelas três coisas tornam-se de uma vez sensíveis para nós? Um resultado dos diferentes e contraditórios impulsos de querer zombar, lamentar e maldizer? Antes que seja possível um conhecer, cada um desses impulsos tem de apresentar sua visão

unilateral da coisa ou evento; depois vem o combate entre essas unilateralidades, dele surgindo aqui e ali um meio-termo, uma tranquilização, um justificação para os três lados, uma espécie de justiça e de contrato: pois é devido à justiça e ao contrato que esses três impulsos podem se afirmar na existência e conservar mutuamente a sua razão. A nós nos chega à consciência apenas as ultimas cenas de conciliação e ajuste de contas desse longo processo, e por isso, achamos que *intelligere* é algo conciliatório, justo bom, essencialmente contrário aos impulsos; enquanto é apenas *uma certa relação dos impulsos entre si*. Por longo período o pensamento consciente foi tido como pensamento em absoluto: apenas agora começa a raiar para nós a verdade de que a atividade de nosso espírito ocorre, em sua maior parte, de maneira inconsciente e não sentida por nós; mas eu penso que tais impulsos que lutam entre si sabem muito bem fazer-se sentidos e *fazer mal uns aos outros*: - a violenta e súbita exaustão que atinge todos os pensadores talvez tenha aí a sua origem (é a exaustão do campo de batalha). Sim, pode haver no nosso interior em luta muito heroísmo oculto, mas certamente nada de divino, nada repousando eternamente em si, como queira Spinoza. O pensar consciente, em particular o do filósofo, é a espécie relativamente mais suave e tranquila: daí que justamente o filósofo pode se enganar mais facilmente sobre a natureza do *conhecer*. (NIEZTSCHE, 2012, p. 195-196).

Às vezes, precisa-se sustentar, durante um tempo, o conflito em si para que se possa achar o momento certo da estrutura-encontro, em que se pode fazer um gesto que irá diferir, mudar a direção do conflito, fazendo o gesto de convite ao encontro num plano comum e não de relação de credor-devedor, ou servo-senhor.

Após a destruição do diário de campo, depois de uma semana, o adolescente continuava muito agitado e ainda tentando provocar a terapeuta ocupacional, seguindo-a pelo serviço e xingando, jogando objetos quando ela passava por perto. A terapeuta tentava manter distância do adolescente, mas sem se retirar dos espaços, abstendo-se de alguma resposta reativa às provocações dele. Até que outro menino, J., que também ficava em situação de rua veio-lhe perguntar, no momento em que o adolescente estava jogando objetos na terapeuta:

- *O que você fez para ele fazer isso com você?*

- *Não sei ao certo, J; mas eu acho que ele não faz isso só por raiva, sabe?*

- *Como assim?*

- *Ah, ele faz isso também por que tem um amor e o medo de perder o amor. Você já fez isso, J.? Gostava tanto de alguém que te cuidava e por medo que ela te abandonasse ou que*

te tratasse mal, você começou a tratá-la mal que era para você dar a razão a ela de te abandonar, de desistir de cuidar de você de uma vez por todas e acabar com a angústia?

J. fez que sim com a cabeça e disse que já tinha feito isso muitas vezes, mas que estava tentando fazer diferente.

Depois de ouvir a conversa com o outro menino, o adolescente parou de lançar objetos contra a terapeuta e saiu da sala batendo a porta. Um pouco mais tarde, enquanto a terapeuta brincava com o J., que havia lhe pedido um cafuné na cabeça, o adolescente se aproximou do menino e começou a brincar com ele – desatando os cadarços de seus sapatos. Então, chegou perto da terapeuta e lhe bagunçou o cabelo: esta era a trégua. A terapeuta puxou-lhe para bagunçar-lhe os cabelos também, respondendo à brincadeira. Mas isso fez o adolescente começar a chorar e abraçar a terapeuta.

Da agitação à continência, do medo ao abraço: deslocamentos. A proposição experimentada foi atravessarem juntos os acontecimentos, incorporando as intensidades, produzindo experimentações que viabilizassem um estado de jogo a cada vez, efetuando uma partilha do sensível, das tristes e alegres durações do comum. A cada encontro, tratava-se de pôr em jogo as forças que emergiam, acolhendo o devir dos gestos que investiam a multiplicidade das possibilidades de vida no ambiente que se instaurava. Um estado de arte sem arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G.. **A comunidade que vem**. Trad.: António Guerreiro. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

_____. **Infância e história**: destruição da experiência e origem da história. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e a testemunha. Trad.: Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **Profanações**. Trad.: Selvino José Assman. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

AGG, K.. **Contato, técnica energética e improvisação: investigação na construção da personagem marabá**. Dissertação (mestrado). Orientador: Marília Vieira Soares. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, 2005.

AMARANTE, P.. **Loucos pela vida**: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1998.

ARIÈS, P.. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1984.

BARBERY, M.. **A Elegância do Ouriço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, M. D.. **O fazedor de amanhecer**. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.

_____. **Memórias inventadas: terceira infância**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

_____. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARTHES, R.. **Aula**. Trad.: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.

_____. **Como viver junto**: simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

_____. **Roland Barthes por Barthes**. Trad. Leyla Perrone Moises. São Paulo: Cultrix, 2003b.

BENJAMIN, W.. **Obras Escolhidas**: Magia e Técnica, Arte e Política. Trad.: Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** Trad.: Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Ed. 34, 2009.

_____. **Obras Escolhidas II: Rua de mão única.** Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2011.

BLANCHOT, M.. **A Conversa Infinita: a experiência limite.** São Paulo: Ed. Escuta, 2007.

BORGES, J. L.. **O livro dos seres imaginários.** Trad.: Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.**

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. (2004). **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial.**

CALVINO, I.. **Cidades Invisíveis.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

CANGUILHEM, G.. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CLARK, L.. **Lygia Clark.** [Catálogo de exposição]. Barcelona: Fundacion Antoni Tapies, 1998.

DELEUZE, G.. Conclusões sobre a vontade de potência e o eterno retorno. Trad.: Luiz B. L. Orlandi. **A ilha deserta.** São Paulo: Iluminuras, 2008a.

_____. **Conversações.** Trad.: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008b.

_____. **Crítica e Clínica.** Trad.: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2008c.

_____. **Espinosa: filosofia prática.** Trad.: Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. **Lógica do Sentido.** Trad.: Luis Roberto Salinas Fontes. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. "O ato de criação". Trad. José Marcos Macedo. São Paulo: Folha de São Paulo, **Caderno Mais!**, 27 de junho de 1999.

DELEUZE, G; GUATTARI, F.. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 1.** Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5.** Trad.: Peter P. Pelbart; Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.

_____. **O que é a filosofia?** Trad.: Bento Prado Jr.; Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 2005.

DELEUZE, G; PARNET, C.. **Diálogos.** Trad.: José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

FAVRE, R.. Viver, Pensar e Trabalhar com o corpo como um processo de existencialização contínua. **Revista Reichiana**, nº 13, 2004. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae.

FOUCAULT, M.. **Dictos e Escritos volume IV: estratégia, poder-saber.** Organização, seleção de textos e revisão técnica: Manoel Barros da Motta. Trad.: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. **Dictos e Escritos volume V: ética, sexualidade, política.** Organização, seleção de textos e revisão técnica: Manoel Barros da Motta. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b.

_____. **Em Defesa da Sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. **O Poder Psiquiátrico:** curso dado no Collège de France(1973-1974). Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, H. L.. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GAGNEBIN, J. M. **História e Narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. Infância e pensamento. In: GHIRALDELLI Jr. (Org.). **Infância, escola e modernidade.** São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

GENET, J.. **Infernos:** fragmentos. Trad.: Aníbal Fernandes. Lisboa: Hiena Editora, 1990.

GIL, J.. O corpo paradoxal. In: **Movimento total: o corpo e a dança.** Trad.: Miguel Serras Pereira. São Paulo: Iluminuras, 2004.

GUATTARI, F.. **As Três Ecologias.** Campinas: Papyrus, 2009.

_____. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. **Revolução Molecular:** pulsações políticas do desejo. Trad.: Suely B. Rolnik. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GUATTARI, F; ROLNIK, S.. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HELDER, H.. **Do Mundo.** Lisboa: Assírio & Alvim, 1994.

_____. **Ou O Poema Contínuo.** São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

LARROSA, J.. **Pedagogia Profana:** danças, piruetas e mascaradas. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

LEVINAS, E. **Entre nós: ensaios sobre a alteridade.** Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, E. A.. **Arte, Clínica e Loucura:** território em mutação. São Paulo: Summus: FAPESP, 2009.

LINS, D.. Deleuze: o surfista da imanência. In: LINS, D; GIL, J. (Org.). **Jogo e Música.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008.

LISPECTOR, C.. **A hora da estrela.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

MATISSE, H.. **Escritos e reflexões sobre arte.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

MACHADO, R.. **Deleuze, a arte e a filosofia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2010.

NEGRI, A.. **Exílio** (Seguido de valor e afeto). Tradução: Renata Cordeiro. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda, 2001.

NIETZSCHE, F.. A filosofia na época trágica dos gregos. Trad.: R. R. Torres Filho. **Coleção Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. **Gaia Ciência.** Trad.: Paulo Cezar de Souza. 1ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L.. **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PELBART, P.. **Da clausura do fora ao fora da clausura.** São Paulo: Iluminuras, 2009

_____. **Vida Capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

PESSANHA, J.. **Certeza do Agora.** São Paulo Ateliê Editorial, 2006.

_____. **Instabilidade Perpétua.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

POLACK, J; SIVADON, D.. O corpo, o mapa e o monstro. In: **A íntima utopia: trabalho analítico e processos psicóticos**. Trad.: Hortênsia Santos Lencastre. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

RANCIÈRE, J.. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34, 2005.

RICOEUR, P.. **O si-mesmo como um outro**. Trad.: Lucy Moreira César. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

ROLNIK, S.. **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. “Nota de tradução”. In: GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Pensamento, corpo e devir – uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. In: **Caderno de Subjetividade**. V. 1. n.2 – set/fev PUC-SP, 1993.

_____. Por um estado de arte: a atualidade de Lygia Clark. In **Núcleo Histórico: Antropofagia e Histórias de Canibalismos**, São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1998; pp. 456-467.

ROSA, J. G.. **Grande Sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001.

SIMONDON, G.. A gênese do indivíduo. In: PELBART, P.P.. **Cadernos de Subjetividade: o reencantamento do concreto**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2003.

SPINOZA, B.. **Ética**. Trad.: Tomaz Tadeu. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TEIXEIRA, R. R. A Grande Saúde – uma introdução ao Corpo sem Órgãos, **Interface – Comunic., Saude, Educ.**, v.8, n.14, p.35-72, set.2003-fev.2004.

WINNICOTT, D.W.. **O brincar e a realidade**. Trad.; José Otávio de Aguiar e Abreu e Vanede Nobre. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

ZYGOURIS. R.. **Pulsões de vida**. Trad.: Caterina Koltai; Carmen Lucia M. Valladares. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

Referências de Documentos Eletrônicos

ANDERSON, L.. **I in u – eu em tu**. Catálogo da exposição realizada no Centro Cultural Banco do Brasil. Disponível em <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/CatalogoLA3.pdf>. Acesso em: 12/03/ 2013.

ENO, B.. **Music for a small boat crossing a medium sized river.** Disponível em: <https://twitter.com/asip/status/244844390877655042>. Acesso em: 13/03/2013.

EVANS, C. W.. **Aqui tudo parece construção mas já é ruína.** Disponível em: <http://www.inhotim.org.br/arte/artista/view/99> . Acesso em: 13/04/2013.

FAVRE, Regina. Um corpo na multidão: do molecular ao vivido. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 15, n. 37, June 2011 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000200025&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04/04/2013.

FONSECA, T. M. G; KIRST, P. G.. O desejo de mundo: um olha sobre a clínica. **Psicologia & Sociedade**; 16 (3): 29-34; set/dez.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a04v16n3.pdf>. Acesso em: 15/03/2011.

FOUCAULT, M.. **O que é a Crítica?**, 2005. Disponível em: <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf> . Acesso em: 15/03/2011.

IMPOSSÍVEL, C. P. D. **Cidade Luz – Uma investigação-ação no centro de São Paulo.** Disponível em http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf. Acesso em: 18/03/2013.

HORN, R.. **Rebelião em silêncio.** Catálogo da exposição realizado pelo Centro Cultural Banco do Brasil. Disponível em: <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/CatalogoRebeccaHorn.pdf>. Acesso 10/01/2012.

LARROSA, J.. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. 2002. **Revista Brasileira de Educação.** Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbeddigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf. Acesso em 10/12/2010.

LEONILSON, J.. Sob o peso dos meus amores. Catálogo virtual da exposição **Sob o peso dos meus amores.** 2011. Itaú Cultural. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/leonilson/index.cfm/f/palavra/anota%C3%A7%C3%B5es> . Acesso em 23/12/2011.

OITICICA, H.. Experimentar o Experimental. 1972. **Itaú Cultural: Programa Helio Oiticica.** Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia/ho/index.cfm?fuseaction=documentos&cod=362&tipo=2> . Acesso em 05/06/2012.

ORTEGA, F.. Music For a Small Boat Crossing a Medium Size River, 2012. Disponível em: http://www.samartprojects.org/oeuvre/46294/Music_For_a_Small_Boat_Crossing_a_Medium_Size_River_Fernando_Ortega/ . Acesso em 15/04/2013.

PELBART, P. P.. Vida nua, vida besta, uma vida. **Trópico.** 2006. Disponível no endereço eletrônico: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2792,1.shl>. Acesso em 10/12/2011.

ROLNIK, S. B.. Quarar a alma. In: **The Quiet in the Land 2; Everyday Life, Contemporary Art and Projeto Axé**. Salvador: Museu de arte moderna, 2000. Disponível em: http://caosmose.net/suelyrolnik/pdf/quarar_a_alma.pdf. Acesso em 05/03/2010.

VICENTIN, M. C. G... Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-91042006000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05/03/2010.

ANEXO I – Roteiro de perguntas para a entrevista semi-estruturada

- 1- Como funciona o grupo *Conhecências do Centro* para você? Há quanto tempo você participou dele? Ainda participa?
- 2- Para você, qual é a função deste grupo na programação do CAPS i da Sé?
- 3- O que os terapeutas (acompanhantes) fazem no grupo? Como eles fazem funcionar o grupo?
- 4- Como funcionam as saídas deste grupo para você?
- 5- Como se dá sua participação?
- 6- Como funciona a escolha dos lugares que vocês percorrem? Você participa dessa escolha?
- 7- Existiram acontecimentos, experiências, encontros que você gostou, aprendeu algo ou achou interessante? Quais? Você saberia explicar o motivo?
- 8- Aconteceu alguma experiência nestas saídas o que te incomodou, te deixou constrangido ou não gostou? Quais? Por quê?
- 9- Houve alguma pessoa te ofereceu acolhimento nessas situações das quais você não gostou? Como foi este acolhimento?
- 10- Houve algum lugar, acontecimento que foi desencadeado nessas saídas que mobilizou outros processos em sua vida? Por exemplo, algo que te interessou ou algum lugar que depois continuou a visitar sozinho ou com seus familiares?
- 11- Você poderia relatar quais as experiências que foram importantes para você durante as saídas dos grupos?
- 12- Houve alguma exposição de arte ou obra de arte que você gostou? Qual? Por quê?
- 13- Você considera que os acompanhamentos dos profissionais do CAPS i Sé neste grupo faz alguma diferença nestes percursos por estes lugares? Se sim, como?
- 14- Quais espaços percorridos você sentiu mais facilidade para permanecer, para utilizar? Em algum dos lugares visitados foi oferecida ajuda de alguém da própria instituição (do Centro Cultural, do parque, da biblioteca)? Se sim, como foi essa ajuda?